

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO E INOVAÇÃO**

Anna Paula Almeida Sales

Aspectos do irracionalismo da fase imperialista em Joseph A. Schumpeter

Juiz de Fora

2019

Anna Paula Almeida Sales

Aspectos do irracionalismo da fase imperialista em Joseph A. Schumpeter

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito – Mestrado em Direito e Inovação da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Mestre em Direito

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Sales, Anna Paula Almeida.

Aspectos do irracionalismo da fase imperialista em Joseph A. Schumpeter / Anna Paula Almeida Sales. -- 2019.
150 f.

Orientador: Elcemir Paço Cunha

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Direito. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2019.

1. Schumpeter. 2. Análise imanente. 3. Ideologia. 4. Lukács. I. Cunha, Elcemir Paço, orient. II. Título.

ANNA PAULA ALMEIDA SALES

Aspectos do irracionalismo da fase imperialista em Joseph A. Schumpeter

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Direito e Inovação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito e Inovação.

Aprovada em Juiz de Fora, no dia 17 de Julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço Cunha
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Sérgio Marcos Carvalho de Ávila Negri
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Vitor Bartoletti Sartori
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo a compreensão do pensamento de Joseph Alois Schumpeter através da análise imanente de duas de suas obras mais consagradas, *A teoria do desenvolvimento econômico* e *Capitalismo, socialismo e democracia*. A hipótese trabalhada é a de que Schumpeter expressa o conservadorismo burguês, comportando tanto elementos da apologética vulgar, quanto elementos do irracionalismo. Conforme descobrimos no decorrer do exame aqui realizado, a predominância na teoria schumpeteriana é do irracionalismo, principalmente na fase de maturidade do autor, quando ele elabora uma crítica romântica do capitalismo acompanhada da proposta do “terceiro caminho” alternativo entre capitalismo e socialismo. Como ideólogo que sempre esteve ao lado do compromisso de manutenção da ordem burguesa, situamos a teoria de Schumpeter no processo de decadência ideológica da burguesia.

Palavras-chave: Schumpeter. Análise imanente. Ideologia. Lukács.

ABSTRACT

The purpose of this work is to understand the thought of Joseph Alois Schumpeter through the immanent analysis of two of his most consecrated works, *The Theory of Economic Development and Capitalism*, *Socialism and Democracy*. The hypothesis worked out is that Schumpeter expresses bourgeois conservatism, embracing both elements of vulgar apologetics and elements of irrationalism. As we have discovered in the course of the examination carried out here, the predominance in Schumpeterian theory is irrationalism, especially in the author's maturity phase, when he elaborates a romantic critique of capitalism accompanied by the proposal of the alternative "third way" between capitalism and socialism. As an ideologist who has always been alongside the commitment to maintain the bourgeois order, we place Schumpeter's theory in the process of ideological decadence of the bourgeoisie.

Key-words: Schumpeter. Immanent Analysis. Ideology. Lukács

AGRADECIMENTOS

“Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia” (ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994).

Aprendi muito no período do mestrado, não só sobre Marx e o materialismo histórico-dialético, mas, e principalmente sobre existir todo dia. Aprendi a respeitar meu tempo e meu modo, aprendi a me respeitar. Finalmente compreendi a vida como um grande processo, do qual o mestrado e o trabalho que dele é fruto, e que aqui vos apresento, constituem pequenos passos daquela que eu espero que seja uma longa travessia. Apesar do processo de escrita ser extremamente solitário, ele só foi possível com a ajuda de muitas pessoas, pessoas estas as quais agora expresso a minha mais profunda e sincera gratidão. Este trabalho é dedicado a todos vocês que, no meio deste difícil, mas gratificante percurso, não soltaram a minha mão mesmo quando eu quis soltá-la porque achei que não iria conseguir.

Agradeço aos meus pais que em meio a tantas dificuldades nunca hesitaram em fazer o possível e o impossível para me apoiar. Agradeço ao meu querido irmão, eu continuo “copiando” os seus passos, obrigada por me inspirar desde sempre. Agradeço ao meu gato, Alvo, companheiro inseparável dos dias e noites de estudo. Família, eu amo vocês.

Agradeço à Alice e Daniel (DANICE) por terem feito do lar deles o meu, “exercendo a função social da propriedade”, como eles me disseram em um momento de completo desespero. Essa dissertação também é de vocês que me deram um teto, carinho e amigos que eu vou levar pra sempre. Alice, minha companheira de orientação, de artigos, de desespero, de eventos acadêmicos, e, claro, de copo, esse trabalho não seria nada sem você. Obrigada por tudo, obrigada por não me deixarem nunca duvidar do poder da amizade.

João e Vevê, a outra parte dos BaviFriends, esse trabalho também é dedicado à vocês que me acolheram como poucas pessoas o fariam e se tornaram os melhores vizinhos que um dia eu tive.

Agradeço à “República dos Migxs”, minha segunda em casa em Juiz de Fora. Markim e Coutinho, obrigada por terem me acolhido e me cuidado como os irmãos que eu de fato considero que são. Estarei torcendo sempre por vocês.

Carol, essa dissertação existe porque você sempre esteve ali pra me apoiar, antes mesmo de eu conseguir entrar no programa, você já me cedia um canto na sua casa. E foi

assim até hoje, sempre que precisei. Obrigada por ter me apresentado aos primeiros amigos que eu fiz em Juiz de Fora, Migos Against Humanity, eu dedico essa para vocês!

Agradeço aos Farage, Ana e Pedro, pela amizade incondicional há tantos que eu já perdi as contas. Obrigada por sempre um lugar quente e tranquilo e por estarem lá por mim, os amo!

Isadora, “Dodis”, irmã que a vida me deu quando fomos cursar nossas respectivas graduações na mais bonita do Brasil (UFV), obrigada por ser sempre alguém com quem eu possa contar. Obrigada por também ter me cedido sua casa nesse processo, essa dissertação também é pra você. Te amo e sinto saudades, irmã.

Stephania, “Tefy”, a Lily da minha Robin, obrigada por ter sido minha companheira inseparável de rolês, por ter também me cedido sua casa nesse processo, por sua gentileza inabalável e sua sinceridade incrível. Dedico este trabalho à você, ao Abelardo, ao Mingau e ao Aveia.

Agradeço ao “mozão”, Cícero. Companheiro de copo e do PCC (Partido Cachaceiro Comunista), obrigada por não me deixar desistir e me ajudar a compreender o mestrado como um processo, por sua força incrível, pela melhor imitação de um Belchior tocando cajón que eu já vi na vida, e por ser o melhor amigo que eu fiz em Juiz de Fora. Eu também devo este trabalho a você, meu amigo!

Agradeço ao Paulo Rafael (Rafa), por simplesmente ser quem é e tanto me ensinar, e tanto me abraçar e cuidar de mim com tanto carinho nesse processo dissertativo. Te levarei comigo sempre, meu artista favorito!

Lívia, amiga que eu conheci no mestrado, que me deu inúmeras caronas e me quebrou milhões de galhos, além de estar comigo até o final dessa empreitada, eu te devo demais esse trabalho. Entramos no programa juntas e juntas saíremos! Obrigada por segurar minha mão e não soltar!

À minha turma de mestrado, sou só saudade e gratidão. “Hiperativos e Categóricos” vocês fizeram essa jornada ser incrivelmente mais divertida, muito obrigada à todos vocês!

GeoEsquerda, obrigada por terem me “adotado” mesmo eu não sendo da geografia, levarei vocês sempre comigo como certeza de amizade e companheirismo.

Nem só em Juiz de Fora meu processo dissertativo foi feito, Leopoldina e Viçosa foram partes indispensáveis nisso tudo, assim agradeço à minha família de Viçosa, Mell, Gustavo, Flor e Dionísio, mil vezes obrigada por serem SEMPRE o meu porto seguro. Da graduação pra vida, eu não largo vocês nunca! Essa dissertação é dedicada a vocês e deve muito à vocês. Amo vocês tanto que nem cabe em mim.

Roberta, Mário, Tiffany, Sofia, Alison, Arthur Lima, Rato, Yago e Arthur Britto, amigos que a UFV e Viçosa me trouxeram, e que foram tão indispensáveis nessa caminhada, obrigada por serem luz nos meus dias mais sombrios. Amo vocês!

Ao bar do Teddies e a todos seus funcionários que sempre me receberam de braços abertos e me fizeram sentir em casa quando tudo que eu precisava era espairecer, muito obrigada por todas as caipirinhas grátis. Esse trabalho também deve muito à vocês.

Ao Mateusão (Hufnagel), obrigada por ter me tirado de casa todas aquelas vezes e por ter sido um baita companheiro e amigo nesses dias. Esse trabalho também é teu.

Agradeço às “mais lindas”, Lu, Black e Perturbada por todo o apoio dado nesta jornada. Vocês me inspiram!

Ao “pessoal do twitter”, meu muito obrigada. Vocês seguraram minhas pontas e aturaram minhas lamúrias incontáveis vezes, serei eternamente grata.

Por fim, e de forma alguma menos importante, agradeço ao meu orientador Elcemir, por ser o exemplo vivo de como um profissional da educação deve agir, exemplo de professor e de orientador. Obrigada por renovar minha fé na educação pública e por me fornecer as ferramentas necessárias para lutar. Não preciso dizer que esse trabalho não seria absolutamente nada sem sua orientação e compreensão. Agradeço também à Universidade Federal de Juiz de Fora, que não só financiou essa pesquisa, como também me garantiu momentos incríveis e os melhores tons de laranja no pôr do sol. Eu sou muito feliz e grata por mais essa oportunidade vivida na Universidade Pública.

Esta é a localização social do Gran Hotel “Abismo”. Cada dia se torna mais evidente que os problemas do capitalismo decadente se tornam insolúveis. Permanentemente se ampliam os setores da melhor parte da intelectualidade que já não podem tapar os olhos ante este pesadelo, ante a impossibilidade de resolver aqueles problemas cuja solução a base vital específica destes setores, e cuja resposta conforma a base material e vital de sua existência. Precisamente a parte mais séria e melhor destes setores chega até aquele abismo que permite perceber a insolubilidade destes problemas. À beira do abismo, de onde se vê a dupla perspectiva: por um lado o beco sem saída intelectual, a anulação da própria existência intelectual, a queda no abismo do desespero; de outro lado, o salto vital até o campo do proletariado revolucionário, o salto vital até o futuro luminoso.

(György Lukács)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DA MISÉRIA À DESTRUIÇÃO DA RAZÃO: UMA BREVE EXPOSIÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA.....	18
2.1 A CATEGORIA DA “DECADÊNCIA IDEOLÓGICA” DA BURGUESIA.....	18
2.2 A PRIMEIRA FASE DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: A APOLOGÉTICA DIRETA OU “VULGAR” DO CAPITALISMO	25
2.3 A SEGUNDA FASE DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: O IRRACIONALISMO, A CRÍTICA ROMÂNTICA DO CAPITAL E A “DESTRUIÇÃO DA RAZÃO”	30
2.4 CONCLUSÃO	37
3 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENTRE A APOLOGÉTICA E O IRRACIONALISMO	41
3.1 SCHUMPETER E A INFLUÊNCIA DOS MARGINALISTAS: A OPÇÃO POR UMA TEORIA DO VALOR SUBJETIVA EM DETRIMENTO DA TEORIA DO VALOR-TRABALHO.....	42
3.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A INOVAÇÃO E O FENÔMENO DO CRÉDITO: IRRACIONALISMO E APOLOGÉTICA NO EIXO CENTRAL DA <i>TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i>	51
3.3 A CENTRALIDADE DO EMPRESÁRIO NA <i>TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</i> : OS PRIMEIROS PASSOS DE SCHUMPETER RUMO À “TEORIA DAS ELITES”	63
3.4 O LUCRO EMPRESARIAL COMO FORMA DE NEGAÇÃO DA MAIS-VALIA....	70
3.5 <i>BOOM</i> E DECADÊNCIA: A FACE APOLOGÉTICA E IRRACIONALISTA DOS CICLOS ECONÔMICOS DE SCHUMPETER	74
3.6 CONCLUSÃO	80
4 CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA: O SOCIALISMO DE SCHUMPETER COMO TERCEIRA VIA.....	89
4.1 SCHUMPETER E A CRÍTICA À MARX: UMA FORMA DE REAÇÃO AO MATERIALISMO.....	90
4.1.1 A “especialização mesquinha” schumpeteriana como método de análise das classes sociais	90
4.1.2 “Marx, o profeta”: a ideologia do “terceiro caminho” como reação ao materialismo	96
4.1.3 Economia subjetivista vulgar, imperialismo e ciclos econômicos.....	99
4.2 A DERROCADA DO CAPITALISMO	107
4.2.1 Desenvolvimento e monopólio: a defesa cega do progresso e da concorrência monopolista em Schumpeter	107

4.2.2 “As paredes desabam”: o fim do capitalismo	113
4.3 O “SOCIALISMO” BURGUESES DE SCHUMPETER: A CRÍTICA ROMÂNTICA DO CAPITAL REALIZADA ATRAVÉS DE UMA TERCEIRA VIA	118
4.3.1 O direito burguês utilizado como ferramenta para a transição do capitalismo ao socialismo	122
4.3.2 <i>Socialismo & Democracia</i> : A teoria democrática elitista de Schumpeter	128
4.4 CONCLUSÃO	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

1 INTRODUÇÃO

O pensamento do economista e teórico social austríaco Joseph Alois Schumpeter assumiu uma posição de extrema relevância durante o século XX, não só no âmbito das ciências econômicas, como também nas mais variadas áreas do conhecimento. Frequentemente elencado entre um dos cinco economistas mais importantes do século XX, Schumpeter foi o grande responsável por trazer os holofotes de volta à relação entre desenvolvimento econômico e progresso tecnológico sob a égide do modo de produção capitalista. Diante disso, não há dúvidas de que as formulações teóricas de Schumpeter influenciaram todo o plano das ideias no decorrer da fase imperialista do capitalismo, atingindo até mesmo o campo do direito. Apesar do problema do direito não aparecer de forma específica no decorrer da nossa análise, a influência que Schumpeter exerceu no debate sobre inovação e tecnologia, e também sobre a democracia, pode repercutir no âmbito do direito¹, pois a lógica schumpeteriana que imputa que mais inovações equivaleriam a um maior desenvolvimento econômico é, por sua vez, capaz de influenciar diretamente nas legislações sobre o direito de concorrência e patentes, por exemplo. Assim, uma análise do pensamento de Schumpeter é extremamente relevante não só para a economia, para a ciência política, ou para as ciências sociais, mas também para o direito e para toda a grande área das ciências humanas aplicadas.

Conhecido como “O profeta da inovação”, Schumpeter delinea o progresso tecnológico como *essencial* ao desenvolvimento econômico, e em razão dessa proximidade com a inovação, o teórico é vulgarmente associado a movimentos progressistas. A inovação schumpeteriana, compreendida de forma genérica como uma nova combinação de meios produtivos, é o fator fundamental e indispensável para o desenvolvimento econômico. O economista austríaco atribui a responsabilidade pela atitude de inovar a uma categoria de homens seletos a qual ele chama de *empresários*, são os empresários, portanto, o motor do desenvolvimento. Dessa maneira, Schumpeter individualiza o progresso tecnológico e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico, deixando-os a cargo do esforço de uma categoria de indivíduos específica.

¹ Referenciamos aqui alguns trabalhos que permitem entrever a influência que Schumpeter tem no direito, principalmente na questão de direito da concorrência. Os trabalhos de Almeida (2014) e Andrade (2014) serão retomados de forma breve na conclusão deste trabalho: BENFATTI (2017), ALMEIDA (2014), ANDRADE (2014), KATZ (2005), BAKER (2007), MCRAW (2012), SIDAK (2009), ŚLEDZIK (2014).

Além da inovação tecnológica, Schumpeter também é reconhecido por teorizar sobre o processo de *destruição criativa*, sobre os Ciclos Econômicos (*Business Cycles*), e no final da vida, tomando consciência da instabilidade destrutiva do capitalismo após ter vivido o início de um século XX dominado por diversas crises econômicas sucessivas e arrasadoras, teorizou também sobre a não sobrevivência do sistema capitalista. O austríaco tornou-se ainda um crítico ferrenho da democracia clássica burguesa, propondo uma teoria democrática elitista em seu lugar que influenciou bastante a teoria política no decorrer do século XX. As proposições acerca do fim do capitalismo, a transição para um “socialismo”, e a crítica à democracia clássica podem, numa primeira mirada, serem suficientes para que Schumpeter seja compreendido enquanto um crítico do capitalismo, e até mesmo um seguidor de Marx, no entanto, conforme buscaremos demonstrar no decorrer deste estudo, não há nada de verdadeiramente crítico da ordem burguesa ou de materialismo em Schumpeter. O que rastreamos é uma capitulação do autor ao compromisso burguês de manutenção do *status quo* mesmo quando há a proposta de que o capitalismo não resistirá e de que por isso, uma subsequente transição para o socialismo seria necessária. A teoria schumpeteriana nesse ponto se torna uma mera *crítica romântica* do capital, e o seu caminho para o socialismo é na verdade a sugestão de uma “terceira via” (ou “terceiro caminho”) que traz guardada em si a reação ao socialismo.

Dessa maneira, o objeto de estudo deste trabalho é o pensamento de Schumpeter, o qual nos propomos a examinar, por intermédio da análise imanente, duas de suas obras mais importantes: *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*, publicada pela primeira vez em 1911, e *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, de 1943. A escolha de somente duas obras do autor foi feita principalmente em razão de nossa limitação temporal, no entanto, a opção dos títulos em questão se deu não só em razão da extrema relevância que assumem dentro da teoria schumpeteriana, mas também por serem respectivamente, a obra mais importante da fase do jovem Schumpeter, e a obra mais importante da fase de maturidade do autor, tendo *Capitalismo, Socialismo e Democracia* sido a última obra publicada em vida pelo economista, que veio a falecer em janeiro de 1950.

Acreditamos que através dessas duas obras, em decorrência do espaço temporal que existe entre uma e outra (trinta e dois anos), seria possível captar a evolução do pensamento de Schumpeter no decorrer dos anos, o que ele manteve em seu pensamento desde a juventude, o que foi modificado, o que foi incluído, e como as nuances e tendências que já se manifestavam na fase jovem evoluíram no decorrer dos anos até atingirem a fase adulta do autor. Permitindo-nos acompanhar uma trajetória intelectual que caminha, inicialmente, de

um exame acrítico e a-histórico da ordem burguesa, que sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e do progresso tecnológico no capitalismo nunca são remetidos às contradições que progresso adquire no modo produtivo capitalista, capazes de gerar fatores negativos como o aumento do desemprego e destruição ambiental, até culminar na sua crítica romântica que aparece no período da guerra mundial, quando Schumpeter decreta a não sobrevivência do capitalismo.

Descartando de pronto a existência de uma crítica materialista do capitalismo em Schumpeter, o que buscamos é, portanto, compreender o pensamento deste autor principalmente de modo que seja possível para nós identificarmos qual a tendência do pensamento burguês dominante na teoria que o economista desenvolveu no decorrer dos anos: estaríamos diante do agnosticismo e da apologética vulgar típicas do pensamento burguês em sua fase concorrencial, ou então estaríamos de frente à sua aparente antítese, qual seja, o irracionalismo e a crítica romântica do capitalismo (apologética indireta) que foram predominantes na fase imperialista do capitalismo? Nossa hipótese de trabalho é que Schumpeter comporta no decorrer da evolução de seu pensamento ambas as tendências antitéticas do ideário burguês, de modo a apresentar elementos tanto da apologética vulgar do capitalismo, quanto da sua crítica romântica. Para fazer esse rastreamento, utilizaremos o instrumento da análise imanente, conforme sugerido por György Lukács em *A destruição da razão*, obra na qual o filósofo analisa o percurso feito pela filosofia alemã imperialista até atingir a base teórica da barbárie que fundamentou o nazismo hitlerista. Partimos então do mesmo pressuposto que Lukács, o de que não existe nenhuma ideologia “inocente” (LUKÁCS, 1959, p. 4-5). A análise imanente surge das aquisições de Marx a respeito da determinação social do pensamento, das reciprocidades que existem entre ser e pensar:

Como *consciência genérica* o homem confirma sua *vida social* real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si. O homem - por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual*(*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) - é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida. **Pensar e ser são, portanto, certamente diferentes, mas [estão] ao mesmo tempo em unidade mútua** (MARX, 2004, p. 108, *grifo nosso*).

Se nosso objetivo é o esclarecimento acerca de um determinado pensamento, a identidade elucidada por Marx entre o ser social e o pensar nos obriga a voltarmos-nos à totalidade histórica onde tal pensamento foi produzido. Aqui importa ressaltar que a totalidade, para Lukács, não se relaciona com configurações estáticas ou com a simples junção de fragmentos recortados de forma descontextualizada, e que seriam posteriormente rearticulados, mas, pelo contrário, a concepção lukácsiana diz respeito a uma “*totalidade em processo*, teleologicamente orientada (...) a totalidade em processo não é um devir arbitrário, mas uma sucessão ordenada de ordenações, de ‘equilíbrios estruturais’ regidos por leis próprias que resolvem as grandes tendências gerais da transformação” (CHASIN, 1978, p. 65). Desse modo, a análise de uma questão ideológica qualquer, como a aqui pretendida, só se torna possível mediante a atitude de se relacionar o todo às partes da existência social (CHASIN, 1978, p. 63), pois o complexo histórico-social é inegavelmente uma “determinante fundamental do pensamento” (CHASIN, 1978, p. 65). Superado está, portanto, aquele tipo de análise que dicotomiza a questão ideológica, separando de um lado as condições que ensejaram seu florescimento, e de outro lado a ideologia em si, como se a relação de ambas se desse de modo excludente, como uma sendo externa a outra (CHASIN, 1978, p. 65). Podemos então conceituar a análise imanente da seguinte maneira:

Por análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito, origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias. O que vale dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma, mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituem em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam. (...) Donde, só se compreende a natureza efetiva de uma entidade ideológica quando se articula a análise imanente dos textos que a explicitam com a investigação de sua gênese histórica e com a da função social que desempenha (CHASIN, 1978, p. 77-78).

O pensamento de Schumpeter é então fruto de condições objetivas e também atua no interior dessas condições, tendo sido um dos mais renomados e influentes economistas do século XX, a análise de sua teoria é bastante contributiva para variadas áreas do conhecimento. É dessa maneira que o presente trabalho tem por escopo apresentar o estudo do pensamento deste autor, tendo por base um materialismo consequente como alternativa aos limites dos caminhos frequentemente percorridos. Para tanto, recorreu-se a, sobretudo, Marx,

Lukács, e outros autores que contribuíram para o alargamento da filosofia lukácsiana e para o marxismo em geral, como é o caso de José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho.

Dividindo a pesquisa em três capítulos, a trajetória por nós traçada segue aqui apresentada: o capítulo I traz uma recuperação da crítica ao pensamento burguês realizada por Lukács, de modo a situar a compreensão do leitor sobre o que entendemos como a decadência ideológica da burguesia e suas principais formas de manifestação – a apologética vulgar e o irracionalismo. A recuperação dessa crítica é ponto de partida incontornável para o exame por nós pretendido, pois é a partir dela que as obras escolhidas de Schumpeter serão investigadas. Já a análise das obras em si foi dividida nos outros dois capítulos seguintes, sendo o capítulo II referente à *Teoria do desenvolvimento econômico*, e o capítulo III à *Capitalismo, socialismo e democracia*, como uma obra difere bastante da outra quanto ao conteúdo abordado – na primeira prevalece uma teoria que é mais essencialmente econômica, já na segunda nos deparamos com uma análise mais focada no sócio-político – acreditamos que a realização da análise assim em separado facilitaria o processo. Já dentro desses dois capítulos, o que procuramos fazer foi apontar aspectos da teoria schumpeteriana capazes de elucidar a funcionalidade desse pensamento à manutenção da ordem burguesa-capitalista, contextualizando-o com as condicionantes histórico-sociais do período crítico em que ambas as obras foram escritas, para que assim fosse possível apreender as particularidades da teoria schumpeteriana que, acompanhando a materialidade, guarda em si a convivência de certas nuances da apologética vulgar e da crítica romântica do capitalismo.

É ocioso dizer que as questões abordadas não esgotarão o mote, principalmente porque a limitação temporal só nos permitiu a análise efetiva de duas das obras publicadas por Schumpeter. Ademais, Schumpeter foi um autor extremamente eclético, um intelectual voraz que se mostrou não só muito curioso com autores diversificados, como também capaz de absorver as mais variadas influências, de modo que para entendê-lo plenamente, muito mais tempo precisaria ser dedicado para o rastreio de tudo aquilo que compôs seu pensamento. Nossa pretensão se mostra então um tanto mais modesta.

Acreditamos na importância de um estudo mais dedicado a um autor tão fecundo e relevante para todo o pensamento ocidental do último século quanto Schumpeter e, para tanto, uma análise nos contornos marxista de seu constructo teórico, com o intuito de rastreá-lo para buscar entender a que de fato ele se presta, se mostra necessária. Schumpeter é ainda um dos principais, se não o principal nome quando o assunto é inovação tecnológica, e o tão em voga “empreendedorismo”, sem mencionar a importância que o seu estudo sobre os ciclos econômicos e a sua concepção de democracia também assumiram no decorrer dos anos.

Carece a literatura brasileira de análises da obra schumpeteriana que incorporem as noções lukácsianas esboçadas precipuamente em *A destruição da razão*, motivo pelo qual este trabalho foi realizado, tendo sempre a consciência de que ele constitui apenas uma pequena e inicial etapa de um estudo que precisa ainda de que muitos outros caminhos sejam trilhados para o seu complemento.

2 DA MISÉRIA À DESTRUIÇÃO DA RAZÃO: UMA BREVE EXPOSIÇÃO ACERCA DO CONCEITO DE DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA

O objetivo da pesquisa é demonstrar como o pensamento de Joseph Alois Schumpeter possui momentos de apologética direta (ou “vulgar”) do capitalismo e também momentos de irracionalismo que equivale a uma apologética mais elaborada, feita de forma indireta. Desse modo temos que todo o percurso teórico do economista austríaco aqui analisado se enquadra no momento da chamada *decadência ideológica da burguesia*, conceito esse que passa a ser de extrema importância para o trabalho em questão.

Este capítulo visa, portanto, efetuar uma breve recuperação da crítica ao pensamento burguês realizada principalmente pelo filósofo húngaro György Lukács que foi retomada por outros pensadores no decorrer do século XX, como os brasileiros José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho também utilizados nesta exposição. O constructo teórico de Lukács parte da crítica de Karl Marx à economia política clássica no Livro I de *O Capital*, ampliando-a para o âmbito da filosofia burguesa, com foco no que se desenvolveu na Alemanha na fase imperialista do capitalismo, indo do pós-hegelianismo até àquilo que serviria como base ideológica para a ascensão do nazifascismo.

O capítulo em questão se apresenta então enquanto ponto de partida fulcral para a análise por nós realizada, tendo em vista que delineará os contornos da crítica à decadência do pensamento burguês de modo que os apontamentos aqui apresentados serão posteriormente utilizados nos capítulos seguintes para o exame das obras escolhidas de Joseph A. Schumpeter, quais sejam, *A Teoria do Desenvolvimento Econômico e Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Assim, para que tal exame seja possível, acreditamos na imprescindibilidade de uma breve contextualização inicial sobre a decadência ideológica da burguesia e seus momentos de apologética e irracionalismo, miséria e destruição da razão.

2.1 A CATEGORIA DA “DECADÊNCIA IDEOLÓGICA” DA BURGUESIA

A decadência ideológica da burguesia, no âmbito da ciência econômica, foi inicialmente denunciada por Karl Marx em seu posfácio à segunda edição de *O Capital*, Livro 1, quando alertou que a economia política clássica, pelo fato de compreender e aceitar a ordem capitalista como o último estágio de desenvolvimento humano – e não como uma contingência histórica e, portanto, uma fase temporária, degrau para uma etapa ainda mais desenvolvida –, só se manteria enquanto ciência até o momento em que a luta de classes

abandonasse o seu período de latência para eclodir, se desvelando aos olhos de todos (MARX, 2013, p. 121). É assim que Marx assinala Ricardo como sendo o último grande representante da economia política clássica, uma ciência que mantinha um comprometimento com a busca pela verdade. Com Ricardo, “a ciência burguesa da economia chegara aos seus limites intransponíveis” (MARX, 2013, p.122). O ano de 1830 marca, para Marx, o início da crise decisiva da economia política burguesa:

Na França e na Inglaterra, a burguesia conquistara o poder político. A partir de então, a luta de classes assumiu, teórica e praticamente, formas cada vez mais acentuadas e ameaçadoras. Ela fez soar o dobre fúnebre pela economia científica burguesa. Não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo, se contrariava ou não as ordens policiais. O lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo, e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica e imparcial (MARX, 2013, p. 123).

A eclosão da luta de classes que adveio com a revolução continental de 1845-1849 trouxe à cena principal a classe proletária, e ao vir à tona, esta classe levou aqueles estudiosos que ainda tentavam manter alguma relevância científica a empenhar-se em coordenar a economia política burguesa com suas exigências que não podiam mais ser ignoradas. Essa resposta da burguesia ao proletariado surge como um “sincretismo desprovido de espírito”, cujo maior representante foi Stuart Mill. Reside aí, conforme delineado por Marx (2013, p. 124), a “declaração de falência da economia ‘burguesa’”.

Dáí em diante, Marx traça um paralelo entre o que ocorria na Inglaterra e França com a Alemanha, país de formação tardia e no qual a objetivação do capitalismo havia se dado através da chamada “via prussiana”², tendo em vista as diferenças que detinha em relação à “via clássica” de Inglaterra e França. Marx afirma que o modo de produção capitalista só

² O conceito de “via prussiana”, inicialmente empregado por Lênin e posteriormente desenvolvido por Lukács, diz respeito a uma das vias particulares de objetivação do capitalismo, contemplando a forma com o que capitalismo se desenvolveu na Alemanha. Nas palavras de José Chasin: “Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatária, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os pecados de todas as formas de estado” (CHASIN, 1978, p. 625). Para maior compreensão ver Lukács (1959) e Chasin (1978).

atinge a maturidade na Alemanha no momento em que já havia sido retirado o véu que encobria suas contradições antagônicas, depois que as lutas históricas aconteceram na França e na Alemanha. A luta de classes já era, portanto, evidente quando o capitalismo se concretizou no país germânico, e o seu proletariado já possuía uma sólida consciência de classes, mais ainda do que a própria burguesia alemã (MARX, 2013, p. 124). Isso, por sua vez, impediu que lá houvesse a formação de um pensamento burguês que pudesse ser elevado ao nível de ciência, conforme o que havia acontecido antes na Inglaterra, pois a desvelada luta de classes matava a possibilidade de desenvolvimento de um pensamento burguês comprometido em revelar a verdade de forma imparcial. Dessa maneira, desde cedo em sua formação capitalista, o pensamento burguês alemão já se inclinava em uma vil e decadente apologética do capital:

O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã excluía, portanto, a possibilidade de todo desenvolvimento original da economia “burguesa”, mas não a sua... crítica. Na medida em que tal crítica representa uma classe específica, ela só pode representar a classe cuja missão histórica é o revolucionamento do modo de produção capitalista e a abolição final das classes: o proletariado (MARX, 2013, p. 124).

Saindo do plano econômico e indo para o filosófico, Marx considera o filósofo alemão Hegel como o último grande representante da filosofia burguesia revolucionária. Apesar de criticar o “lado mistificador” da dialética hegeliana, o economista de Trier aduz que “a mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento” (MARX, 2013, p. 129). Enquanto a forma mistificada da dialética hegeliana parecia servir à glorificação do capitalismo ascendente, ela esteve em voga na Alemanha. A partir do momento que a mistificação é desfeita e o cerne racional da dialética é obtido, ela passa a ser demonizada pela burguesia porque, nas palavras de Marx (2013, p. 130), “uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório”. Ou seja, a dialética desmistificada revela a transitoriedade do modo produtivo capitalista, revela que ele não é o estágio último do desenvolvimento, indo contra o projeto de dominação da classe agora dominante, a burguesia. A dialética passa então a ser combatida pela burguesia justamente porque ela não se deixa intimidar, sendo essencialmente crítica e revolucionária (MARX, 2013, p. 130).

Assim, temos que para Marx e também para Lukács a dissolução da filosofia hegeliana e da economia política ricardiana determinam o início do período de decomposição do pensamento burguês, que para assinalar um marco temporal se inicia em meados de 1830, atingindo o seu ápice e marco limítrofe definitivo no ano de 1848. O ano de 1848 foi marcado por uma série de revoluções na Europa que serviram para concretizar o poder hegemônico nas mãos da burguesia, mas que também, e de modo simultâneo, deixaram brechas para a eclosão da luta de classes e, por conseguinte, para o então aparecimento de um protagonismo da agora emergente classe proletária. O temor advindo das revoluções de 1848 é suficiente para fazer a burguesia cessar seu ímpeto progressista e verdadeiramente científico, pois a partir deste momento a perspectiva teórica emancipadora desenvolvida no período revolucionário burguês, como a dialética na filosofia e a teoria do valor-trabalho na economia, passa a se chocar com os interesses atuais da burguesia, que eram conservadores do *status quo* hegemônico em que ela ali se encontrava. Entre a sua herança teórica progressista e emancipadora e a manutenção de seu poderio, a burguesia opta pelo segundo, fazendo isso às custas do desenvolvimento do conjunto de seu pensamento que agora entra em um período de profundo declínio através, inicialmente, da apologética direta do capitalismo: inicia-se então a decadência ideológica da burguesia.

Lukács, partindo da denúncia de Marx a respeito da decadência ideológica burguesa no âmbito da economia, amplia suas considerações para o campo da filosofia, principalmente a filosofia alemã do período imperialista. Dessa maneira, o filósofo húngaro divide a filosofia burguesa em três períodos para que sua análise fosse facilitada. O primeiro período, traçando um paralelo com o afirmado por Marx sobre a economia política, é o da chamada filosofia burguesa “clássica”, “que vai até cerca do fim do primeiro terço do século XIX, ou no máximo, até 1848. É esta época que dá origem à expressão mais elevada da concepção do mundo da burguesia” (LUKÁCS, 1967, p. 31). A filosofia clássica era parte do movimento progressista e libertador da burguesia em ascensão que lutava para derrubar os privilégios da aristocracia feudal, convergindo com os interesses da então revolucionária burguesia. Desse modo, seus resultados eram férteis, e lhe era permitido manifestar seu caráter universal e científico, capaz de gerar a descoberta de tantas perspectivas novas: os erros dos filósofos dessa época eram provenientes de “ilusões heroicas que correspondem a necessidades históricas” (LUKÁCS, 1967, p. 32). Aos pensadores do período clássico também era permitida uma certa independência da classe burguesa em razão dessa convergência de interesses, que, por sua vez, lhes permitia exercer o papel de críticos da própria burguesia.

Após o derradeiro ano de 1848, como já ressaltado, a burguesia interrompe sua feição progressista e, conseqüentemente, interrompe também sua busca pela verdade científica pois a partir desse momento sua antiga perspectiva teórica (a clássica) passa a se chocar com o projeto de sociedade que ela agora passava a visar. Após o fim do combate burguês ao feudalismo então derrotado, o que vem é a luta contra o ascendente proletariado a fim de manter sua ordem social capitalista, a burguesia assume, portanto, um papel defensivo, conservador. Dessa maneira, neste segundo período evolutivo do pensamento burguês:

A filosofia deste período constitui reflexo exato, no plano do pensamento, do compromisso social. Renuncia à missão de dar resposta às últimas questões do espírito. No plano da teoria do conhecimento, esta tendência se manifesta pelo agnosticismo, o qual pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade e que este conhecimento não teria aliás nenhuma utilidade para nós (LUKÁCS, 1967, p. 33).

Esse segundo período da filosofia burguesa estende-se até o início da fase imperialista do capitalismo, por volta do ano de 1880, 1890 (NETTO, 1978, p. 18), a decadência ideológica da burguesia neste momento já estava em curso. A razão, tão importante para os estudiosos do período iluminista, passa a ser descreditada, transforma-se em agnosticismo que é a descrença na capacidade da razão de apreender a totalidade do real. Há uma desvalorização da razão, interpretada por Coutinho como o “abandono”, a “miséria” da razão:

Na época em que a burguesia era o porta-voz do progresso social, seus representantes ideológicos podiam considerar a realidade como um todo racional, cujo conhecimento e conseqüente domínio eram uma possibilidade aberta à razão humana. Desde a teoria de Galileu de que “a natureza é um livro escrito em linguagem matemática” até o princípio hegeliano da “razão na história” estende-se uma linha que – apesar de suas sinuosidades – afirma claramente a subordinação da realidade a um sistema de leis racionais, capazes de serem integralmente apreendidas pelo nosso pensamento. Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior (...). **Entre o que a burguesia agora apresentava-se a abandonar estava, talvez em primeiro lugar, a categoria da razão** (COUTINHO, 2010, p. 22, grifo nosso).

O que vemos nesse momento do pensamento burguês, portanto, é uma ruptura com aquele momento anterior progressista, pois a tarefa ideológica da burguesia antes revolucionária e agora conservadora, reacionária, passa a ser, no período da decadência, a de negação ou limitação da razão. Se antes a razão era tida como “heroica” em seu papel de

descoberta da realidade, agora o objetivo passava a ser o de limitar o seu papel no conhecimento e na práxis humana (COUTINHO, 2010, p. 23). Assim temos que a filosofia daquele momento, influenciada pela tendência do agnosticismo predominante na teoria do conhecimento, limita-se a exercer um papel de “guarda-fronteiras” do conhecimento, impedindo que conclusões socialistas capazes de desacreditar a ordem burguesa e alimentar o propósito revolucionário do proletariado fossem retiradas das ciências econômicas e sociais (LUKÁCS, 1967, p. 34). Essa tendência se expressa nos principais movimentos filosóficos do período, quais sejam o positivismo e o neokantismo.

A filosofia, que renuncia à sua antiga missão social de ser expressão no plano do pensamento de interesses históricos da burguesia, abandonando seu comprometimento com a busca pela verdade e o exame de todo problema ideológico, aceita exercer a função de segurança dos interesses burgueses daquele momento, assegurando sua estabilidade e a manutenção do *status quo* (LUKÁCS, 1967, p. 35). Não sendo suficiente, ela é afetada pela divisão social do trabalho própria dos estágios mais avançados do capitalismo que a converte em uma ciência cada vez mais especializada e dissociada da burguesia. Dessa maneira, a posição social do filósofo sofre uma mudança radical conforme Netto:

Agora vítima da crescente especialização condicionada pelo avanço da divisão social do trabalho, ele está afastado da vida econômica produtiva da sociedade e passa a manter os seus vínculos de pertença com uma camada social – quase sempre agregada à instituição universitária – que é como que a depositária da filosofia; assim burocratizado, ele adquire a “liberdade” de articular uma reflexão que é determinada pelos problemas específicos desta intelectualidade “livre” (NETTO, 1978, p. 18).

Por sua vez, a filosofia torna-se interesse exclusivo da camada intelectual da sociedade, afastando-se de vez da burguesia cada vez mais desinteressada. Vira ciência especializada, uma “filosofia de professores” (LUKÁCS, 1967, p. 34) que confinada nos muros das Universidades, aparta-se da realidade social.

O último estágio da evolução da filosofia burguesa delineado por Lukács é o que se desenvolve a partir da entrada do capitalismo em sua fase imperialista, fase esta que possui mediações extremamente complexas que agudizam profundamente as contradições inerentes ao capitalismo. É um período de crise vivido pela ordem vigente que leva ao florescimento de um “conjunto ideológico que leva em conta o fim da estabilidade burguesa” sobre o agnosticismo do período precedente (NETTO, 1978, p. 18-19). A filosofia havia conquistado uma certa autonomia da burguesia, mantendo-se como interesse quase exclusivo dos

intelectuais, isso gerou uma ruptura com a tradição outrora progressista da burguesia, mas não com os fundamentos burgueses propriamente ditos, que persistiram sem ter sofrido nenhum tipo de crítica séria (LUKÁCS, 1967, p. 38). Os intelectuais somente aparentavam esboçar uma crítica mais contundente à burguesia quando se tratava de assuntos referentes à cultura e à moral individual, interesses estes que lhe eram mais caros, mantendo-se distantes, portanto, de uma crítica que fosse realizada no âmbito econômico, político e social burguês. É esse distanciamento que vai permitir a formação da chamada “crítica romântica do capital” (ou anticapitalismo romântico), uma crítica que mantém a intangibilidade da base sócio-econômica do capitalismo sempre respeitada, e que marca o terceiro período evolutivo da filosofia burguesa, o período irracionalista da chamada “destruição da razão”. Sobre a “miséria da razão” do período anterior, que reduziu a racionalidade às regras meramente formais que claramente deixavam escapar a totalidade da vida humana, nasce a “destruição da razão”:

Ora, o que foge ao cálculo, às manipulações homogeneizadoras de uma racionalidade reduzida a regras formais, é precisamente a totalidade do objeto, da vida humana. E essa totalidade só é irracional quando se tem da razão um conceito limitado, um conceito que a reduza às simples regras do intelecto, ou – para usar a expressão com que Weber caracteriza essa atividade burocrática – à mera “racionalidade formal” (...). E, com isso, empobrecem decisivamente as várias esferas da vida. A práxis aparece agora como uma mera atividade técnica de manipulação; a objetividade se fragmenta numa coleção de “dados” a serem homogeneizados; e, finalmente, a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo a que se aplicam. Essa “miséria da razão” transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana. Tanto a “destruição” quanto a “miséria” da razão, tanto o irracionalismo quanto o agnosticismo positivista ou estruturalista ligam-se a esse predomínio incontestado da espontaneidade burocrática. (...) Tanto o “intelecto” que se fixa na imediatividade da “vivência”, abandonando as mediações sociais como inautênticas, tanto o positivismo agnóstico quanto o irracionalismo existencialista capitulam diante do imediato, são incapazes de recompor no pensamento a essência da dialética da objetividade. Em suma, aceitam como “condição humana” o dilaceramento histórico (historicamente condicionado) que a alienação – por meio da burocratização da práxis – introduz na vida humana (COUTINHO, 2010, p. 42-44).

Se no período anterior o pensamento burguês se manifestava predominantemente através da apologética direta do capitalismo, no período imperialista, a crise vivenciada pela ordem capitalista que a complexificava cada vez mais não mais permitia esse elogio direto. A filosofia burguesa então entra também em um momento de crise em razão da necessidade de uma “nova” ideologia – que na verdade era apenas uma continuidade, mas com outra “forma”

– que vai desaguar no irracionalismo filosófico e na crítica romântica do capitalismo, que vem propor a ilusão do “terceiro caminho” alternativo ao capitalismo e ao socialismo com a finalidade precípua de evitar o descontentamento da população causado pela crise, e que poderia levá-la a sublevar-se contra as bases da sociedade capitalista. “A crítica da cultura capitalista constitui, ao contrário, o tema central dessa filosofia nova”, afirma Lukács (1967, p. 44), entretanto essa crítica e a concepção de “terceiro caminho” filosófico que ela traz – a ideologia do período imperialista – trazem consigo a missão social de impedir que se retire da crise a conclusão socialista.

Tendo explicitado aqui de forma breve tendências da chamada “decadência ideológica da burguesia”, desdobraremos agora nos próximos tópicos deste capítulo uma explicação mais detalhada do que configura a apologética direta do capitalismo e a indireta, sendo esta característica do irracionalismo que dominou a cena do pensamento burguês na fase imperialista do capitalismo.

2.2 A PRIMEIRA FASE DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: A APOLOGÉTICA DIRETA OU “VULGAR” DO CAPITALISMO

Há uma diferença entre a apologética vulgar e direta do capitalismo e sua antítese burguesa, a crítica romântica do capital, conforme levantado por Marx e ressaltado por Lukács. O ponto de partida da apologética vulgar se encontra em James Mill que exaltava a unidade das contradições das relações econômicas existentes sob a égide do capitalismo, negando essas próprias contradições (LUKÁCS, 1968, p. 55), e ela culmina em um “sincretismo desprovido de espírito” que tinha como seu melhor representante o filho de James Mill, John Stuart Mill, naquilo que Marx afirma ser “a declaração de falência da economia burguesa” (MARX, 2013, p. 123-124). É a exaltação de uma suposta e vazia “harmonia” que existiria no capitalismo, que leva a economia a se limitar cada vez mais a uma “mera reprodução dos fenômenos superficiais” que vai se aviltar num liberalismo disposto a efetuar compromissos com os interesses burgueses (LUKÁCS, 1968, p. 55-56). O anticapitalismo romântico, por sua vez, se efetiva através de uma crítica contra a cultura e a moralidade capitalista, mas mantendo intocada sua base econômica. Ela então faz uma defesa do capital por intermédio do levantamento de seus lados ruins, é uma apologética indireta e mais complexa que será melhor delineada no tópico seguinte.

A apologética direta, vigente no segundo estágio de desenvolvimento do pensamento burguês conforme a divisão lukácsiana, que configura a fase inicial da decadência ideológica

da burguesia, tomou conta do pensamento burguês após 1848 quando, no âmbito econômico, passa a vigorar a corrente neoclássica que utilizava a teoria da utilidade marginal em detrimento da teoria do valor-trabalho, e no âmbito filosófico a cena torna-se dominada principalmente pelos positivistas e neokantistas.

O ano de 1848 é definitivo porque é o ano que marca a crise que dissolveu a economia política clássica em razão da profunda alteração da relação que existia entre a burguesia e o projeto de emancipação humana conduzido pelos iluministas no período da modernidade, resumido no célebre jargão “liberdade, igualdade e fraternidade”. A revolução burguesa que derrotou o feudalismo não levou à emancipação de toda a sociedade, mas sim a uma nova ordem – melhor e mais evoluída que a feudal, importante deixar claro – que descansava sobre uma outra forma de dominação de classe: a ordem capitalista e o domínio burguês:

Instaurando o seu domínio de classe, a burguesia experimenta uma profunda mudança: renuncia aos seus ideais emancipadores e converte-se numa classe cujo interesse central é a conservação do regime que estabeleceu. Convertendo-se em classe *conservadora*, a burguesia cuida de neutralizar e/ou abandonar os conteúdos mais avançados da cultura ilustrada. Por seu turno, as classes e camadas sociais que, ao lado da burguesia revolucionária, articularam o bloco social do *Terceiro Estado* e agora viam-se objeto da dominação burguesa trataram de retomar aqueles conteúdos e adequá-los a seus interesses (NETTO; BRAZ, 2006, p. 20).

A burguesia assume então uma posição conservadora de seu *status quo*, em detrimento da outrora posição revolucionária. Seu conflito agora passa a ser não mais com os resquícios da nobreza feudal derrotada na última revolução, mas com a classe proletária que ascendia como classe autônoma e herdava todo o movimento progressista e revolucionário. Entrava em cena um novo antagonismo de classes, dessa vez protagonizado entre o proletariado revolucionário e a burguesia conservadora.

No âmbito econômico, 1848 marca, portanto, o início da crise da Economia Política clássica, crise essa que é ocasionada pela transformação da burguesia em classe reacionária, abandonando todas as conquistas heroicas de sua ciência econômica que eram compatíveis somente com seu momento revolucionário, não mais expressando os ideais da agora conservadora burguesia. As conquistas teóricas da Economia Política clássica passam a ser assumidas pelo proletariado revolucionário (NETTO; BRAZ, 2006, p. 21), enquanto o pensamento burguês se degenera numa apologética vulgar do capitalismo que passa a negar todas as contradições uma vez reveladas pelo pensamento burguês. A apologética vulgar na economia traduz-se então enquanto uma tendência ao abandono da teoria do valor-trabalho,

teoria esta desenvolvida em razão de uma pesquisa que era feita a partir da *produção* dos bens materiais, e não de sua *distribuição*, e que demonstrava o caráter explorador do capital (NETTO, BRAZ, 2006, p. 23). Traduz-se também enquanto a exaltação vazia de uma suposta harmonia do capitalismo, como à fuga da realidade, negando as contradições inerentes à ordem capitalista com explícita intenção de manutenção da ordem, como a não colocação de nenhum problema substancialmente novo (LUKÁCS, 1968, p. 62), e como uma tendência geral ao ecletismo que nada mais é do que “a tentativa de erigir como ‘método’ científico o ‘por uma parte... e por outra’, tão caro ao pequeno-burguês, de negar as contradições da vida ou – o que é a mesma coisa – de contrapor entre si, de uma maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias” (LUKÁCS, 1968, p. 61).

Há ainda uma outra tendência desenvolvida nessa fase inicial da decadência que afeta tanto a economia quanto outras áreas do conhecimento, como a filosofia e a sociologia: a especialização do conhecimento decorrente da divisão social do trabalho que é típica do capitalismo. No que tange à economia, a divisão social do trabalho gera uma economia como disciplina científica cada vez mais autônoma e apartada de outras áreas como história, política e sociologia. É a era das ciências especializadas que produzem conhecimentos estanques que não se misturam como forma de evitar qualquer pretensão de se conhecer o todo social, deixando de lado procedimentos analíticos que partem da produção, e se restringindo, portanto, ao imediatismo dos fenômenos da circulação e distribuição dos bens econômicos. Sobre a economia altamente especializada do período da decadência, as palavras de Netto e Braz (2006, p. 22):

No marco dessa “divisão intelectual do trabalho científico”, a Economia se especializa, institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico. Adequada à ordem social da burguesia conservadora, torna-se basicamente instrumental e desenvolve um enorme arsenal técnico (valendo-se intensivamente de modelos matemáticos). Ela renuncia a qualquer pretensão de fornecer as bases para a compreensão do conjunto da vida social e, principalmente, deixa de lado procedimentos analíticos que partem da produção – analisa preferencialmente a superfície imediata da vida econômica (os fenômenos da *circulação*), privilegiando o estudo da *distribuição* dos bens produzidos entre os agentes econômicos e quando, excepcionalmente, atenta para a produção.

Essa nova ciência econômica rompe de vez com a antiga Economia Política clássica, passando a considerar categorias econômicas próprias da burguesia – como capital, propriedade privada, lucro e etc – enquanto “realidades supra-históricas, eternas, que não

devem ser objeto de transformação estrutural, senão ao preço da destruição da ‘ordem social’”, abandonando de vez os elementos críticos fornecidos pelos autores da Economia Política, e tornando-se finalmente uma importante ferramenta de manutenção, manipulação e legitimação do *status quo* burguês (NETTO; BRAZ, 2006, p. 23).

A “especialização mesquinha” atinge também outras importantes áreas do conhecimento, como a filosofia e a sociologia, com o intuito de separá-las do estudo da economia, buscando evitar dessa maneira que se atingisse a conclusão socialista. O pensamento especializado se limita à apreensão imediata da realidade, não permitindo que a descrição da forma aparente seja superada, e que se alcance assim a reprodução da essência. A forma aparente é então convertida em fetiche, pois lhe é concedida uma autonomia que ela não possui (COUTINHO, 2010, p. 38). É assim, como pensamento fetichizador, que a filosofia do período decadente atua, caindo em uma incapacidade de se atingir a essência do real, a sua totalidade, e convertendo em antinomias algumas de suas contradições dialéticas. Esse traço fetichizador não é exclusividade da apologética direta, mas acontece em todas as manifestações do pensamento decadente, conforme Coutinho: “Esse traço essencial do pensamento decadente – o de ser um pensamento fetichizador – manifesta-se em todas as suas orientações, ‘racionalistas’ ou irracionais, ‘objetivistas’ ou subjetivistas, positivistas ou existencialistas. Nenhuma delas transcende a mera descrição da imediatez” (COUTINHO, 2010, p. 39). É justamente por ser esse pensamento fetichizador, incapaz de superar a apreensão do momento imediato, aparente, que o pensamento decadente serve à burguesia, já que se mostra incapaz de desvelar suas reais contradições. Um dos momentos em que a sujeição desse pensamento à economia de mercado capitalista aparece é o da referida especialização das atividades humanas e das áreas do conhecimento que a divisão social do trabalho exige:

Essa especialização atinge os próprios fundamentos subjetivos da práxis, operando no interior do homem uma falsa fragmentação entre supostas faculdades antagônicas, como a sensibilidade, e o intelecto. Em vez de momentos mutuamente fecundantes da ação humana, tais supostas “faculdades” ordenam-se agora segundo relações de exclusão, de hierarquia etc (COUTINHO, 2010, p. 40).

Outra tendência seguida pelo pensamento burguês da fase inicial do período da decadência é o agnosticismo, através do qual se manifesta também a renúncia à busca pela essência verdadeira do mundo em razão do agnosticismo negar a capacidade da razão atingir essa essência. Conforme Netto (1978, p. 18), a antiga crença na razão, característica do

período iluminista, é substituída por essa descrença na razão que se manifesta tanto no positivismo, como no neokantismo, e que, por sua vez, reflete o abandono das grandes temáticas sócio-históricas para assumir o papel de “guarda-fronteiras” do conhecimento apontado por Lukács:

A filosofia deste período constitui reflexo exato, no plano do pensamento do compromisso social. Renuncia à missão de dar resposta às últimas questões do espírito. No plano da teoria do conhecimento, esta tendência se manifesta pelo agnosticismo, o qual pretende que não podemos nada saber da essência verdadeira do mundo e da realidade e que este conhecimento não teria aliás nenhuma utilidade para nós. Só temos que nos preocupar com as aquisições das ciências especializadas e separadas umas das outras, conhecimentos indispensáveis do ponto de vista da vida prática de todos os dias. O papel da filosofia, segundo o agnosticismo, deve limitar-se a vigiar para que ninguém ultrapasse os limites definidos pelas ciências e para que ninguém ouse tirar das ciências econômicas e sociais conclusões que poderiam desacreditar o regime. No mesmo sentido, o agnosticismo proibi-nos de explorar as descobertas das ciências naturais contrárias aos dogmas religiosos. Esta filosofia repudia por princípio todas as pesquisas que tendem a elaborar uma concepção coerente do mundo, pois uma visão de conjunto definiria os limites traçados pela ciência, que considera como autoridade suprema (LUKÁCS, 1967, p. 34).

Por conseguinte, o agnosticismo do período é expressão direta da “miséria da razão” assumida pela burguesia no pós-1848, quando a burguesia rompe com sua tradição progressista, descontinuando a evolução do seu pensamento filosófico, o que, na materialidade, corresponde à descontinuidade na evolução do próprio capitalismo (COUTINHO, 2010, p. 22). Com o surgimento de novos antagonismos de classes que opunham a ascendente classe proletária à classe burguesa, a burguesia abandona a racionalidade que lhe tornava capaz de interpretar a realidade e se torna depositária de um pensamento, uma ideologia, que agora lhe servia à função de manutenção do seu modo de produção capitalista, da sua hegemonia de classe. É assim que o pensamento burguês, em seu segundo estágio evolutivo conforme a divisão lukácsiana, entra na fase inicial de sua decadência ideológica, que abrange, portanto, todos os âmbitos do conhecimento, da economia – que deixa para trás as descobertas heroicas da Economia Política clássica, assumindo a postura de uma apologética vulgar e direta do capitalismo que degenera num liberalismo vil – à filosofia – que negligencia a razão e incorpora a sua descrença, o agnosticismo –, passando pela sociologia, pela história e pela política – que surgem como saberes cada vez mais autônomos, especializados, incorporando a divisão social do trabalho que os separam da base econômica como forma de impedir a conclusão socialista. O conjunto

ideológico burguês da fase inicial da decadência trata, portanto, de fazer uma apologética direta do capitalismo, enaltecendo a unidade de suas contradições insuperáveis que assumem uma faceta harmônica e a-histórica permitindo, dessa maneira, evitar a sua compreensão real. A tendência assumida é a de total evasão da realidade.

2.3 A SEGUNDA FASE DA DECADÊNCIA IDEOLÓGICA DA BURGUESIA: O IRRACIONALISMO, A CRÍTICA ROMÂNTICA DO CAPITAL E A “DESTRUIÇÃO DA RAZÃO”

Lukács estudou o irracionalismo em, pelo menos, duas de suas obras, “Existencialismo ou Marxismo”, e mais detidamente em “A Destruição da Razão”, na qual assinala o percurso estabelecido pela filosofia irracionalista alemã de Schelling até Hitler, passando por nomes como Kierkegaard, Nietzsche, Weber, entre outros. Apesar de manter sua análise restrita à filosofia alemã, terreno que ele julgou muito fértil para o florescimento dessa vertente no período imperialista, entre outros motivos pela formação capitalista tardia da Alemanha, pela sua classe proletária forte que intensificava a luta de classes com a burguesia, e pela dissolução da filosofia hegeliana que teve grande impacto em solo alemão, é importante ressaltar que Lukács entende o irracionalismo enquanto um “fenômeno internacional” (LUKÁCS, 1959, p. 14), que adquiriu formas desenvolvidas e muito diversas em vários lugares, determinadas principalmente pelo estágio de agudização em que se encontrava a luta de classes em cada país (LUKÁCS, 1959, p. 15). Dessa maneira, o filósofo húngaro estabeleceu o irracionalismo como a corrente filosófica “fundamental e decisiva da filosofia reacionária dos séculos XIX e XX” (LUKÁCS, 1959, p. 10), desenvolvendo a tese que de não haveria nenhuma ideologia “inocente” porque a partir do momento em que uma filosofia se coloca contrária ou favorável à razão, ela decide também qual a sua essência, qual a missão que deve cumprir no desenvolvimento social (LUKÁCS, 1959, p. 4-5). É por essa razão que o irracionalismo nasce como uma resposta aos problemas colocados pela luta de classes travada naquele determinado momento histórico, motivo pelo qual é imprescindível analisar tal fenômeno relacionando-o com suas condicionantes histórico-sociais. Assim, o irracionalismo moderno, predominante na fase imperialista do capitalismo, surgiu e carregou sempre consigo uma luta constante contra o materialismo e o método dialético, o que, por sua vez, é expressão também da luta de classes (LUKÁCS, 1959, p. 6).

O irracionalismo também pode ser dividido em períodos para sua melhor compreensão, de modo que seu primeiro momento importante é aquele que vai de Schelling até Kierkegaard, marcado pela luta contra o conceito idealista, dialético-histórico, do progresso. Se antes a expressão mais desenvolvida da dialética se deu como um desdobramento da Revolução francesa de 1848, que encontrou sua expressão mais metodologicamente consciente e logicamente desenvolvida em Hegel, após a dissolução da filosofia hegeliana e a Comuna de Paris, quem herda o método dialético é o proletariado, contra o qual a filosofia irracionalista se volta (LUKÁCS, 1959, p. 6). Nessa segunda fase, o filósofo de maior expressão no irracionalismo é Nietzsche, e ela se estende até a filosofia que serviu de base para o nazi-fascismo. Em ambas as etapas, o irracionalismo se coloca contrário ao mais alto conceito filosófico progressista de seu tempo, entretanto antes de 1848 era a burguesia quem desenvolvia a filosofia progressista, e após 1848 ela abandona essa sua faceta, que é herdada pela classe proletária ascendente. Lukács destaca que há uma diferença entre a reação irracionalista à dialética idealista burguesa e àquela contra a dialética materialista proletária: no primeiro caso, existiu uma crítica realmente fundamentada, baseada numa tentativa real de conhecimento das coisas, e que manifestava os defeitos e as limitações reais da dialética idealista. Tal não ocorreu no segundo caso, muito pelo contrário, pois nos deparamos com uma filosofia burguesa que além de mostrar incapacidade para realizar uma crítica embasada, também era relutante a estudar verdadeiramente o adversário para, no mínimo, tentar refutá-lo seriamente (LUKÁCS, 1959, p. 7). Essa incapacidade de estudar, compreender e refutar seriamente o materialismo dialético denota uma tendência do desenvolvimento do irracionalismo que vai acompanhá-la em toda sua extensão, e que atinge o seu ápice no nazifascismo: a baixa do nível filosófico, a precariedade dos fundamentos, a decadência propriamente dita da filosofia burguesa que é ocultada atrás do véu da argumentação sofística tão característica das filosofias irracionalistas posteriores (LUKÁCS, 1959, p. 7).

Fica claro, portanto, que o irracionalismo moderno nasce como resposta reacionária aos problemas trazidos pela luta de classes. Conforme sintetizado por NETTO (1978, p. 43):

O irracionalismo moderno nasce da grande crise econômico-social, política e ideológica que marca a transição do século XVIII ao XIX”. Na sua evolução, são perceptíveis duas fases: a primeira compreende o caminho que leva de Schelling a Kierkegaard, “o caminho que conduz da reação feudal provocada pela Revolução Francesa à hostilidade burguesa contra a ideia de progresso”, e notabiliza-se pela “luta contra o conceito idealista, dialético-histórico, do progresso”; a segunda fase tem por marco 1870 precisamente o tempo da

afirmação da hegemonia prussiana, da eclosão da Comuna Parisiense e da emergência do imperialismo — e nela “será a ideologia do proletariado, o materialismo dialético e histórico, o alvo de ataque cuja natureza essencial determinará o ulterior desenvolvimento do irracionalismo. Este novo período encontra em Nietzsche seu primeiro e mais importante expoente.

Dessa maneira, o irracionalismo enquanto corrente filosófica não evoluiu conforme o próprio desenvolvimento de sua problemática interna – como é o caso do materialismo e da dialética, detentores de uma história coerente e única –, mas sim segundo condições externas que lhe são impostas pelo desenvolvimento da luta de classes que trava com o seu próprio adversário, reiterando constantemente seus traços básicos, quais sejam: “o desprezo pela inteligência e pela razão, a glorificação direta e chã da intuição, a teoria aristocrática do conhecimento, a repulsa ao progresso social, a mitomania e etc” (NETTO, 1978, p. 44).

É com Schelling, Schopenhauer e Kierkegaard que se funda a corrente irracionalista da primeira fase, por meados de 1789 a 1848. A inflexão radical sofrida no idealismo objetivo de Schelling após sua partida para Jena, quando ele abandona Hegel, torna evidente as tendências místicos-irracionalistas de seu pensamento que o farão contrapor entendimento à razão no processo de conhecimento (NETTO, 1978, p. 44). A razão contraposta e assim reduzida ao mero entendimento é característica tanto do irracionalismo, que tem como consequência a “destruição da razão”, quanto do racionalismo formal do agnosticismo que conduz à “miséria da razão”, configurando assim ambas as tendências conservadoras assumidas pelo pensamento burguês decadente pós 1848. Conforme apontado por Coutinho (2010, p. 44), essas duas vertentes filosóficas compõem cabeças diferentes do mesmo monstro, se complementando, portanto. Apesar de sua bipartição de faces, possuem a unidade do corpo, o que explica porquê tanto o agnosticismo, quanto o irracionalismo, negam a possibilidade de apreensão da totalidade do real pela razão, que tem seu valor negligenciado em uma e destruído na outra. É assim que podemos afirmar que sobre o terreno da descrença na razão propagada pelo agnosticismo predominante no período anterior, é que nasce a sua “destruição” levada a cabo pelo irracionalismo filosófico que domina no segundo período da decadência ideológica burguesa, correspondente à fase imperialista do capitalismo. A “destruição da razão” se dá da seguinte maneira:

Ora, a *destruição da razão* decorre de que, identificados os limites do entendimento — que, basicamente, não pode dar conta da contraditoriedade do ser social, contraditoriedade que surge, para o pensamento, em toda a sua crueza, com a Revolução Francesa— como os limites da racionalidade, a razão se mostra incapaz de apreender a realidade, e, conseqüentemente, esta é concebida, em si mesma, como oarenciada de qualquer legalidade racional.

A destruição da razão dá-se, assim, em dois planos: tanto o pensamento racional é desvalorizado como se nega à realidade uma estrutura e uma dinâmica racionais (NETTO, 1978, p. 45-46).

Schelling, através da sua “intuição intelectual” reservada a poucos “iluminados” que assume o papel de *organon* do conhecimento, é o responsável por instaurar um antagonismo insuperável entre entendimento e razão, o que gera a incognoscibilidade do real propagada pelo irracionalismo (NETTO, 1978, p. 46). Schelling é seguido por Schopenhauer e Kierkegaard, cada um destes com contribuições importantes para o irracionalismo. De Schopenhauer o irracionalismo herda a *apologia indireta* do capitalismo, sua mais alta forma de defesa, e o *pessimismo* (NETTO, 1978, p. 47-48). Já a contribuição de Kierkegaard fica a cargo de sua ética da intencionalidade, que “só pode conduzir ao solipsismo moral que legitima o niilismo (...). ‘Explorou tão radicalmente o limbo de uma falsa dialética mística que, ao chegar ao momento de sua renovação no período imperialista, já restava muito pouco a acrescentar ao realizado por ele’” (NETTO, 1978, p. 48).

A segunda fase do irracionalismo, correspondente ao período imperialista no qual o capitalismo adentra no último quartel do século XIX, vem propor uma “nova” filosofia, que de nova na verdade tinha pouca coisa. Ela desenvolve o antagonismo insuperável entre razão e entendimento, procurando opor a intuição àquilo que é conhecido por intermédio da razão, quando na realidade, a intuição seria parte do processo para se atingir a verdade das coisas, parte do método para se alcançar o conhecimento científico, portanto. Surge também durante o imperialismo a necessidade de uma ideologia em razão da crise, que somada à redução da razão ao entendimento, gera uma ideologia supra ou anticientífica que busca destronar a razão (LUKÁCS, 1967, p. 54). Conforme Netto:

A crise filosófica manifesta-se, agora, através da premente necessidade de uma ideologia, que se estrutura em torno do irracionalismo. Na impossibilidade, social e teórica, de uma defesa clara do sistema, e na necessária intocabilidade do modo de produção capitalista, a ideologia irracionalista burguesa propõe a falsa solução do “terceiro caminho”: nem capitalismo, nem socialismo. Para tanto, ao nível da epistemologia, ela instaura uma nova objetividade, a objetividade dos mitos (uma pseudo-objetividade) e postula a intuição como o instrumento do conhecimento verdadeiro (NETTO, 1978, p. 19).

O pensamento burguês que foi virando ciência superespecializada, mantendo suas áreas de conhecimento estanques e aceitando o papel de “guarda-fronteiras” no período anterior à fase imperialista, tornou-se também cada vez mais indiferente à burguesia,

autônomo a esta classe, que o deixou a encargo dos intelectuais burocratizados que fazem parte do aparelho estatal, cedendo a esta camada o direito de explorar seus métodos e resultados (LUKÁCS, 1967, p. 35). No entanto, tal exploração era condicionada ao exercício da função de “guarda-fronteiras” do conhecimento, que deveria impedir a conclusão socialista, tratava-se, portanto, de uma independência meramente relativa (LUKÁCS, 1967, p. 35). Não há, conforme Lukács (1967, p. 36) uma “mudança radical” na filosofia do primeiro momento da decadência, que tinha como momentos predominantes o agnosticismo e a apologética vulgar do capitalismo, para a filosofia irracionalista do período imperialista, mas sim uma continuidade. Entretanto, houve o acréscimo de “componentes indispensáveis para, ao mesmo tempo, amenizar a brutalidade da percepção da chamada crise geral do sistema e tentar esforços de reação à teoria social que responde à práxis do proletariado” (NETTO, 1978, p. 18). Nota-se, portanto, que o verdadeiro interesse da filosofia irracionalista era impedir que a sociedade se descontentasse com a crise ao ponto de se revoltar contra os fundamentos que sustentavam a ordem capitalista burguesa. Dessa maneira, devido ao momento crítico que o capitalismo perpassava, não era mais possível fazer um elogio direto daquela ordem socioeconômica como foi possível outrora, pois isso desacreditaria os teóricos da fase imperialista. Se o capitalismo aparentava estar “ruindo”, a solução era então “seguir o fluxo”, criticando-o superficialmente, de modo a manter a base de sua estrutura inalterada. É assim que surge a ideologia do “terceiro caminho” ou “terceira via”:

À medida que a crise se prolonga, a concepção de um “terceiro caminho” progride cada vez mais no plano social: é uma ideologia segundo a qual nem o capitalismo nem o socialismo correspondem às verdadeiras aspirações da humanidade. Essa concepção parece aceitar tacitamente o fato de que o sistema capitalista é teoricamente indefensável tal como existe. Mas assim como o “terceiro caminho” na teoria do conhecimento tinha por missão readmitir diretamente em seus privilégios o idealismo filosófico, não mais defensável, o “terceiro caminho” filosófico está investido da missão social que consiste em impedir a “*intelligentzia*” de tirar da crise a conclusão socialista. Por ser indireto, o “terceiro caminho” não deixa de ser uma apologia do capitalismo (LUKÁCS, 1967, p. 44).

A filosofia imperialista, por mais independente e confinada à *intelligentzia* que fosse, não abriu mão da base social e econômica do capitalismo que a fundamentava, não dirigiu nenhum tipo de crítica séria aos fundamentos burgueses que persistiram naquele período, por mais que esboçasse muitas vezes um tipo de crítica agressiva contra a cultura e a moral individual burguesa (LUKÁCS, 1967, p. 38) – a chamada crítica romântica do capitalismo, que mantinha inalterada a base socioeconômica do capitalismo, fazendo uma apologética mais

complexa e perigosa do sistema por intermédio do apontamento de algumas de suas facetas ruins. É importante ressaltar que o respeito à intangibilidade da base econômica e social do capitalismo pelo pensamento produzido no período imperialista se encontrava condicionado a essa independência que a burguesia permitiu que os teóricos do período tivessem, é a manutenção da função de “guarda-fronteiras” da filosofia, o respeito aos limites burgueses, que lhes permitiu ter certa margem de liberdade até a qual poderiam até mesmo expressar um gesto aparente de revolta.

O “terceiro caminho filosófico”, oriundo de autores como Nietzsche, Mach e Avenarius, pretendia na realidade combater o materialismo filosófico quando atacava o velho idealismo, e apresentava uma “nova filosofia” que supostamente superaria a velha contraposição entre materialismo e idealismo (LUKÁCS, 1959, p. 18). No entanto, a argumentação levantada contra o materialismo no período em questão sempre se limitou a afirmar que uma interpretação do mundo baseada no materialismo não seria de modo algum “mais útil” do que, por exemplo, a fé em Deus (LUKÁCS, 1959, p. 20), traduzindo-se, portanto, em uma argumentação vazia de sentido. De acordo com Lukács, tudo isso manifesta claramente que:

Essa combinação de uma luta real contra o materialismo com ataques aparentes contra o idealismo arroga a pretensão de apresentar uma “nova” filosofia que se sobrepõe por fim à velha e falsa contraposição do materialismo e idealismo, descobrindo no campo filosófico uma “terceira via” (...). Também isto deixa claro a atitude fundamental do irracionalismo frente a dialética. É tese fundamental do materialismo dialético a de que a prática constitui o critério da verdade teórica. A exatidão ou inexatidão dos reflexos conceituais de uma realidade objetiva que existe independentemente de nossa consciência ou, mais exatamente, o grau em que nos aproximamos dela se comprova somente na prática e através desta. James, que compreende claramente as limitações, a impotência do idealismo metafísico e se refere repetidas vezes a elas (dizendo, por exemplo, que o idealismo concebe o mundo “como algo acabado e perfeito desde toda eternidade”, enquanto que o pragmatismo trata de compreendê-lo em seu devir), afasta-se tanto da teoria como da prática toda relação com a realidade objetiva, convertendo assim a dialética em um irracionalismo subjetivista (LUKÁCS, 1959, p.18-19, *tradução livre*).

Uma das atitudes essenciais do irracionalismo, que assinala o serviço que esta vertente filosófica presta à burguesia, consiste, portanto, em oferecer ao homem certo “conforto”, certa segurança em relação à concepção de mundo que é traduzida em uma ilusão de liberdade, independência e dignidade que o vincula à burguesia reacionária (LUKÁCS, 1959, p. 19). A elaboração do “terceiro caminho” ou “terceira via” mantém então “intactos todos os

princípios da teoria do conhecimento do idealismo subjetivo, escamoteando seus limites” (LUKÁCS, 1967, p. 47), e vai culminar em uma variante moderna do agnosticismo, que diferentemente daquela do período precedente, que recusava à razão o papel de conhecedora da realidade, torna-se criadora de mitos (LUKÁCS, 1967, p. 48). A mitomania configura, portanto, outra tendência do irracionalismo filosófico. O idealismo recai na construção de mitos desde que abandona o agnosticismo: naquele momento, o mito passa a se opor ao conhecimento científico, a função que ele assume é de falsear e obscurecer as conquistas sociais derivadas da ciência, como fez, por exemplo, a mitificação nietzscheana em relação ao darwinismo (LUKÁCS, 1967, p. 49-50). Dessa maneira, sobre a função da ideologia “mistificada” que nasce na fase imperialista, Lukács afirma:

A função social da ideologia, isto é, dos mitos é, portanto, atualmente, a seguinte: sugerir uma concepção do mundo que corresponda à da filosofia do imperialismo, onde quer que a ciência se mostre incapaz de oferecer uma visão de conjunto, e substituir a perspectiva oferecida pela ciência, cada vez que esta contradisser a concepção proposta pela filosofia paradoxal do estágio do imperialismo: a filosofia mantém de um lado a teoria do conhecimento do idealismo subjetivo herdada do agnosticismo, mas, por outro lado, estamos em presença de uma função completamente nova desse agnosticismo, função que consiste em criar um novo pseudo-objetivismo, franqueando o limite que o separa do mito (LUKÁCS, 1967, p. 50-51).

É Nietzsche o principal nome do irracionalismo imperialista, pois além de sua filosofia assumir o papel de conciliar o resgate da *intelligentzia* para o lado da burguesia, de modo que ela não queira romper com esta classe, com a manutenção de seu sentimento de rebeldia, é ela também que introduz, partindo do agnosticismo, a criação de mitos na cultura da decadência. Conforme Netto:

A pseudo-objetividade nietzscheana leva consigo todos os materiais ideológicos que serviram para fundamentar o irracionalismo, de 1789 a 1848; no entanto, inter-relaciona estes materiais — o ateísmo religioso, a glorificação da intuição, o aristocratismo epistemológico, a apologia indireta — numa configuração diversa: dá-lhes uma nova organicidade, a que é requerida pela cultura burguesa na fase da sua luta vital contra o socialismo, ao inserir-lhe uma ética de fundamento inédito e ao propor-lhe uma alternativa diferente. A ética de Nietzsche, cujo fundo é um darwinismo *social* grotesco, enuncia-se explícita e cruamente como *moral da dominação*: é ética exclusiva para classes possuidoras e não se debate, portanto, com os dilemas que atormentam o solipsismo moral de Kierkegaard. A solução para a cultura burguesa está no mito dionisíaco: não mais a tentativa de “salvá-la” resguardando o homem “normal”, mas convertendo o tipo decadente no homem do futuro (naturalmente que se trata de um futuro também mitificado: o “eterno retorno” de Nietzsche é, simplesmente, “o triunfo do ser sobre o devir”. Estes novos ingredientes

adequam o irracionalismo às exigências agressivas da burguesia imperialista: não mais a romântica e aparente recusa do mundo capitalista, mas a sua assunção belicosa num ativismo reacionário (NETTO, 1978, p. 50).

Após Nietzsche, a filosofia imperialista alemã se degenera até atingir uma escancarada apologia da barbárie, obra de autores como Klages, Junger, Boehm, Krieck, Rosemberg, sustentada nas teses de H. St. Chamberlain e no darwinismo social de Gobineau, Gumpłowicz, Ratzenhofer e Woltmann. A economia, por sua vez, se desenvolve enquanto uma economia subjetiva, afastando-se completamente da tarefa essencial que consiste em explicar fenômenos sociais, e mantendo bem longe de si os problemas colocados pela teoria do valor trabalho. Paralelamente, a sociologia se consagra como ciência autônoma apartada da economia (NETTO, 1978, p. 52-53). Todas essas tendências se encontram sob o manto do irracionalismo moderno burguês e sua luta contra o materialismo dialético herdado pela classe proletária pós-1848, que deságua na “destruição da razão” como forma de impedir a conclusão socialista. Tal desenvolvimento se encontra, portanto, condicionado à materialidade, às tendências históricas e sociais daquele momento, ou seja, a luta de classes.

Em síntese, a decadência ideológica da burguesia esgota as categorias centrais do pensamento moderno, quais sejam, razão, historicismo e humanismo. A preocupação com a busca pela verdade, com a compreensão da totalidade do real, e com o progresso da humanidade é dissolvida em categorias a-históricas e mitos que substituem o conhecimento científico propriamente dito. A crença na razão como forma de acessar e transformar a realidade social herdada do iluminismo se degenera conforme o pensamento burguês e sua decadência avançam, desaguando no irracionalismo do período imperialista que configura expressão da negação da razão, e, por conseguinte, negação da possibilidade real de emancipação humana.

2.4 CONCLUSÃO

O caminho traçado pelo ideário burguês, conforme analisado por Lukács, pode ser resumido da seguinte maneira: até por volta de 1830, quando a burguesia ainda mantinha seu ideal revolucionário com o intuito de dar fim aos remanescentes privilégios feudais da nobreza e do clero, a produção científica burguesa era comprometida com a busca pela verdade e pela compreensão da totalidade do real. Os erros cometidos pelos pensadores burgueses eram erros advindos da ingenuidade típica do momento, acompanhavam, portanto,

o movimento do real. Foi nesse período que se desenvolveu a economia política clássica e a teoria do valor-trabalho, tendo atingindo o seu ápice com o economista inglês David Ricardo, e a dialética idealista hegeliana, sendo Hegel o último representante do período heroico da filosofia burguesa. Esse período anterior a 1830 constitui o auge da produção científica burguesa, que cumpria com o seu papel crítico, com a filosofia buscando intervir e responder os problemas das ciências naturais e sociais, ascendendo então ao nível das mais altas abstrações (NETTO, 1978, p. 17). Isso foi possibilitado porque a burguesia então ascendente encarnava o ideário do progresso de toda a sociedade, de modo que seus pensadores sustentavam a “plena cognoscibilidade do mundo” e o caráter de universalidade da filosofia burguesa (NETTO, 1978, p. 17).

Após 1848, a burguesia tomou de vez o poder, extinguindo os privilégios da nobreza feudal, e o proletariado surgiu como classe autônoma, como sua antítese. A burguesia encerrava o seu ciclo progressista e passava a assumir então uma posição defensiva da ordem que havia estabelecido, o que gerou uma mudança brusca no seu pensamento, iniciando assim o seu segundo período evolutivo e a decadência ideológica da burguesia. Era a época de predominância da apologética vulgar e direta manifestada tanto na economia, com o movimento iniciado pelos neoclássicos que negavam a teoria do valor-trabalho, quanto na filosofia, pelos positivistas e neokantistas que abandonavam a razão como forma de apreensão possível da realidade. O pensamento burguês da época deixava de lado a dialética e o materialismo de outrora e se caracterizava pela fuga da realidade, buscando meios de mitigar ou mesmo esconder as contradições inerentes à ordem capitalista que serviriam de munição ao proletariado revolucionário. A tendência geral da decadência ideológica da burguesia pode ser traduzida da seguinte maneira:

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. (...) Agora fogem também os ideólogos da burguesia, preferindo inventar os mais vulgares e insípidos misticismos a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta (LUKÁCS, 1968, p. 52)

A dissolução da escola econômica ricardiana em paralelo com a dissolução da filosofia hegeliana desembocam, de um lado, em uma apologética vulgar do capitalismo, e, de outro, em uma crítica romântica do capitalismo que originará uma apologética mais perigosa, mas

não menos problemática do capitalismo: a apologética indireta, realizada através da crítica da cultura capitalista, uma defesa exercida através do aparente apontamento de seus lados maus, mas que na verdade mantinha inalterada a base sócio-econômica da ordem burguesa (LUKÁCS, 1968, p. 55). É a crítica romântica e a apologética indireta que irão vigorar no período subsequente do pensamento burguês, correspondente à fase imperialista do capitalismo. Nesse terceiro estágio, na medida em que a crise se aprofunda e as contradições se acirram, no plano social passa a ganhar força a ideologia do “terceiro caminho” que não deixa de ser uma apologética do capitalismo:

Essa concepção parece aceitar tacitamente o fato de que o sistema capitalista é teoricamente indefensável tal como existe. Mas o “terceiro caminho” está investido na missão social que consiste em impedir que a *intelligentzia* retire da crise a conclusão socialista. Por ser indireto, o “terceiro caminho” não deixa de ser uma apologia do capitalismo. Com efeito, se as correntes irracionistas criticam aspectos da vida capitalista, fazem-no sempre negligenciando como secundárias as condições sociais; o elemento mais importante das ideologias irracionistas consiste em transformar, mistificando-a, a condição do homem do capitalismo imperialista em uma condição humana geral e universal (NETTO, 1978, p. 19-20).

Apologética direta e irracionalismo, manifestado através da crítica romântica do capitalismo que se traduz como uma apologética feita às avessas, são, portanto, complementares. Ambas representam faces distintas, mas que se retroalimentam, do pensamento burguês, é o contraste indicado por Marx e trazido novamente à tona por Lukács (1968, p. 55) entre a defesa burguesa do progresso e a crítica romântica do capitalismo incapaz de ser superado pela própria burguesia: “a concepção burguesa não conseguiu jamais superar a mera antítese àquela concepção romântica: por isto, esta a acompanhará como legítima antítese até que chegue sua hora” (MARX *apud* LUKÁCS, 1968, p. 55). E esse contraste persistirá até que a ordem burguesa seja suplantada pela única classe “verdadeiramente revolucionária”: o proletariado, produto da própria burguesia que empunhará as armas forjadas por essa mesma classe, e que lhe trará a morte (MARX; ENGELS, 2005, p. 46-49).

Dessa maneira, a crítica realizada inicialmente por Marx, e posteriormente ampliada por Lukács, à evolução do pensamento burguês expressada na categoria da decadência ideológica da burguesia é extremamente significativa por desvelar a fundamentação histórico-social da ideologia burguesa-capitalista através da crítica imanente da totalidade social, que oferece uma verdadeira possibilidade de crítica da ordem capitalista, capaz de reestabelecer a concepção ontológica, pois conforme afirmado por Coutinho, a crítica lukácsiana referente à

decadência, se articula organicamente com a “explicitação e sistematização de uma ontologia autenticamente materialista e dialética, capaz de responder adequadamente aos impasses filosófico-teóricos de hoje” (COUTINHO, 2010, p. 19 e 20).

3 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: ENTRE A APOLOGÉTICA E O IRRACIONALISMO

Tendo definido no capítulo anterior o que entendemos acerca do conceito de decadência ideológica da burguesia, e de suas expressões – apologética vulgar e irracionalismo – temos que o objetivo do estudo feito no presente capítulo é investigar, por meio de análise imanente, o pensamento exposto na obra *A Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter. O constructo teórico schumpeteriano seria marcado pela predominância de um de uma apologética vulgar e direta do capitalismo, como aquela dominante na primeira fase da decadência ideológica burguesa, ou estaríamos diante do irracionalismo e de suas expressões, quais sejam a crítica romântica do capitalismo e ideologia do terceiro caminho, típicos da fase imperialista do capitalismo? É esta a pergunta que nos propomos a responder no decorrer deste capítulo.

É importante destacar neste primeiro momento que, apesar de Schumpeter ter desenvolvido posteriormente a teoria de que o capitalismo sucumbiria e haveria uma transição para o socialismo, tese esta desenvolvida plenamente na obra que analisaremos no capítulo seguinte, *Capitalismo, socialismo e democracia*, nunca vislumbramos em Schumpeter um momento de crítica *verdadeira* da ordem burguesa no pensamento do economista austríaco em razão do fato deste autor sempre ter mantido intactas as bases sócio-econômicas fundantes do capitalismo burguês, mesmo quando teorizava sobre a sua suposta destruição e a transição para o que ele chama de socialismo. Conforme buscaremos demonstrar no decorrer destes dois capítulos, há na teoria schumpeteriana uma oscilação entre a apologética direta do modelo capitalista e a sua crítica romântica – expressão do período da fase imperialista –, principalmente pela pavimentação de um “terceiro caminho” alternativo à dialética e ao socialismo marxista, de modo que Schumpeter se enquadra como mais um dos teóricos a ter elaborado uma das muitas formas de reação à Marx no início do século XX.

Sobre a escolha da *Teoria do Desenvolvimento Econômico* para a análise aqui pretendida, ela se deu em razão do fato desta obra figurar como a mais relevante do “jovem” Schumpeter, além de constituir um dos trabalhos mais importantes de toda a vida do economista austríaco, tendo em vista que constam nela as raízes de toda a teoria econômica, social e política que Schumpeter viria a desenvolver no decorrer de sua vida. É, portanto, obra

fundamental para entendimento e apreensão da teoria schumpeteriana, sendo a sua análise um esforço incontornável para a melhor apreensão do edifício teórico do autor.

O que pretendemos, portanto, demonstrar é como a teoria schumpeteriana se encontra tomada por elementos de apologética vulgar e irracionalismo, reflexo do período histórico em que foram concebidas e do estágio em que se encontrava desenvolvida a luta de classes entre burguesia e proletariado. Apesar de ser um economista respeitado, Schumpeter desenvolve sim um pensamento em muitos aspectos decadente, fruto do compromisso social que estabeleceu com a burguesia que após as revoluções de 1848 entra em modo reacionário e conservador, abandonando as conquistas científicas de sua fase heróica. Vislumbramos então na *Teoria do Desenvolvimento Econômico* de Schumpeter elementos daquela fase evolutiva do pensamento burguês que Lukács denominou de “decadência ideológica da burguesia”, em razão principalmente da convivência que existe entre o irracionalismo, aqui pautado na centralidade que o economista austríaco dá ao papel desempenhado pelo empresário inovador – categoria que se torna uma espécie de mito –, e a apologética vulgar do sistema capitalista, que se encontra na exaltação de uma suposta “harmonia” nas contradições do capitalismo, que é capaz de ser renovado sucessivamente através dos períodos de *boom* e decadência.

Nesse sentido, acreditamos ser importante fazer uma advertência inicial para explicar por que razão não há em nosso estudo uma análise da categoria da inovação por si: isso se dá porque o conceito de inovação não pode ser separado do desenvolvimento econômico nessa obra de Schumpeter em razão do fato dele ser compreendido enquanto meio propulsor do desenvolvimento. É nesse sentido que o autor realiza o seu estudo, de modo a conceber a inovação como um fenômeno essencial do desenvolvimento, logo, se visualizamos uma apologética do desenvolvimento econômico capitalista na obra aqui analisada, visualizamos também uma apologética da inovação, que é sempre descrita como algo benéfico e necessário ao sistema.

3.1 SCHUMPETER E A INFLUÊNCIA DOS MARGINALISTAS: A OPÇÃO POR UMA TEORIA DO VALOR SUBJETIVA EM DETRIMENTO DA TEORIA DO VALOR-TRABALHO

Joseph Alois Schumpeter foi um dos mais importantes economistas do século XX. O austríaco nascido em Triesch ficou conhecido como o “profeta da inovação” ao desenvolver uma teoria econômica centralizada na função do “empresário” inovador, que ao realizar “novas combinações” dos meios produtivos existentes na sociedade, impulsionava a economia

gerando lucros empresariais momentâneos, dando origem aos períodos de booms e decadência – os chamados “Ciclos Econômicos”. A *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, obra publicada pela primeira vez em alemão no ano de 1911, contém ideias que em 1909 já estavam todas formuladas, “quando o quadro geral dessa análise das características puramente econômicas da sociedade capitalista tomou a forma que permaneceu substancialmente inalterada desde então” (SCHUMPETER, 1997, p. 19). Conforme o autor expõe no prefácio à edição inglesa da referida obra, a segunda edição – neste trabalho analisada – foi publicada em 1926, com a omissão do capítulo VII, e alterações na escrita dos capítulos II e VI (SCHUMPETER, 1997, p. 19). A *Teoria do Desenvolvimento Econômico* foi concebida, portanto, no início da fase *imperialista* do capitalismo³ que se dá por volta do terceiro terço do século XIX e adentra o século XXI, quando uma nova forma de capital, o capital financeiro, surge desempenhando um papel decisivo em conjunto com o surgimento de uma nova forma empresarial, a *monopolista*, que irá complexificar todas as relações sociais. A respeito da fase imperialista do capitalismo, Lênin, em sua obra seminal sobre o Imperialismo aduz:

Ninguém ignora até que ponto o capitalismo monopolista agudizou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta agudização das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial. Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de

³ Conforme Netto e Braz (2006, p. 171-173) a fase anterior à imperialista, chamada *capitalismo concorrencial* (também conhecido como “liberal” ou “clássico”) durou aproximadamente da oitava década do século XVIII até o último terço do século XIX, e sob a sua égide que surge a luta de classes na sua modalidade moderna, fundadas na contradição entre capital e trabalho: “A violência dos primeiros protestos operários era a reação inevitável à brutalidade das exploração capitalista, então basicamente centrada no incremento do excedente mediante a extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) - inexistiam quaisquer garantias para os trabalhadores, indefesos diante da capacidade da burguesia” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 173). É sob a fase concorrencial do capitalismo que se dá a formação da *grande indústria* (a indústria moderna) como desdobramento da I Revolução Industrial, e é em razão do surgimento da grande indústria que o mundo enfrenta um processo de urbanização nunca antes visto e a expansão de suas fronteiras através da busca por matérias primas e da exportação de mercadorias para todo o globo. Essa fase é caracterizada pelas amplas possibilidades de negócios que se apresentavam aos pequenos e médios capitalistas: “na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição, a ‘livre-iniciativa’ (“iniciativa privada”) tinha muitas chances de se consolidar em meio a uma concorrência desenfreada e generalizada - embora as quebras e falências durante as crises afetassem especialmente os pequenos e médios capitais, estes dispunham de oportunidades de investimento lucrativo que, no futuro, seriam cada vez menores, já que, à medida que se desenvolvia o capitalismo, mais se faziam sentir os efeitos da concentração e da centralização” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 172-173).

capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como urna das tendências do imperialismo, a formação de “Estados rentistas”, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupões”. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não. Certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. **O capitalismo, no seu conjunto, desenvolve-se muito mais rapidamente do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra)(LÊNIN, 2011, p.265-266, grifo nosso).**

Cabe lembrar que após 1848, quando a etapa concorrencial do capitalismo se aproximava do fim, a luta de classes foi elevada a um novo patamar após as revoluções que marcaram o ano de 1848: de um lado havia a classe operária que após a derrota sofrida em 1848 ganhava cada vez mais consciência do antagonismo de classe entre burguesia e proletariado, e tornava-se finalmente “classe para si, articulando-se nacional e internacionalmente e situando o operariado como o novo sujeito *revolucionário* capaz de superar a ordem burguesa, transformando-a em uma sociedade sem exploração e sem dominação de classe; já do outro lado havia uma burguesia agora temerosa em razão das revoluções de 1848, que converte-se em classe *reacionária, conservadora*, com o intuito de manter intocada sua dominação de classe e a relações sociais assentadas na propriedade privada dos meios de produção (NETTO; BRAZ, 2006, p. 175). Tal processo, como explicado no Capítulo I, repercute inevitavelmente no pensamento do período, que se torna reflexo exato do compromisso social, renunciando a busca por respostas às “últimas questões do espírito” (LUKÁCS, 1967, p. 33). Após 1848 há, portanto, um completo abandono dos ideais emancipadores burgueses, que são substituídos por ideais conservadores, e é assim que adentramos na fase imperialista do capital. Apesar do pensamento imperialista apresentar tendências diferentes do momento que o precede, inclusive a necessidade da fabricação de uma ideologia em razão da crise que não existia no período anterior, os fundamentos burgueses são mantidos sem nenhum tipo de oposição séria, mantendo-se também o compromisso social com a burguesia, que passa a ser efetuado não mais de forma escancarada por intermédio da apologética vulgar, mas através da crítica romântica do capital, que traduz-se enquanto uma apologética indireta e mais complexa. É nesse contexto mais complexo ainda, tendo em vista que o estágio imperialista acentuou as contradições elementares do modo produtivo capitalista, introduzindo novas tensões econômicas que se traduziram nas

mais variadas crises⁴ que surge a *Teoria do desenvolvimento econômico*, e isso diz muito sobre as tendências e o ecletismo presentes nela.

Pois bem, tendo feito essa breve contextualização, voltemos à obra. O motivo da gênese da *Teoria do Desenvolvimento Econômico* dá-se em razão da constatação por parte do autor de uma insuficiência da teoria econômica neoclássica em compreender e explicar os fenômenos econômicos essenciais gerados pelo desenvolvimento dinâmico da economia. A Escola Austríaca (ou neoclássica) nascida no fim do século XIX propagava uma teoria econômica que gravitava ao redor da teoria do equilíbrio, era assim *estática* no sentido de que não compreendia o “progresso” como algo econômico, algo que rompia o equilíbrio estático do sistema econômico, mas pelo contrário, se encontrava enraizado nos dados, exercendo uma mera influência ou simples perturbação sobre a produção e distribuição. Nas palavras do próprio Schumpeter em nota de rodapé número 67:

A divisão do trabalho, a origem da propriedade privada da terra, o controle crescente sobre a natureza, a liberdade econômica e a segurança legal — eis os mais importantes elementos constitutivos da “sociologia econômica” de Adam Smith. Relacionam-se claramente com estrutura social do curso econômico dos acontecimentos, não a nenhuma espontaneidade imanente do último. Também se pode considerar o tema como a teoria do desenvolvimento de Ricardo (...) a saber, o “prognóstico hipotético” de que em consequência do crescimento progressivo da população aliado à exaustão progressiva da potência do solo (que, segundo ele, pode ser interrompida apenas temporariamente por aperfeiçoamentos na produção) eventualmente apareceria uma posição de imobilidade — que deve ser distinguida *toto coelo* da posição momentânea ideal de imobilidade do equilíbrio da teoria moderna — na qual a situação econômica se caracterizaria por hipertrofia da renda da terra, que é algo totalmente diferente do que é entendido acima por teoria do desenvolvimento, e ainda mais diferente do que entenderemos por isso neste livro. Mill elaborou mais cuidadosamente a mesma linha de pensamento e também distribuiu diferentemente a cor e o tom. Em essência, todavia, (...) é exatamente a mesma coisa (...). J. B. Clark (*Essentials of Economic Theory*), cujo mérito reside em ter separado conscientemente a “estática” e a “dinâmica”, viu nos elementos dinâmicos uma perturbação do equilíbrio estático. Essa visão é semelhante à nossa, e também de nosso ponto de vista é uma tarefa essencial investigar o efeito dessa perturbação e o novo equilíbrio que surge então. Mas, enquanto ele se confina a isso e, como Mill, vê aí o significado da dinâmica, daremos antes de tudo uma

⁴ Sobre as crises da fase “clássica” do imperialismo (de 1890 até o fim da II Guerra Mundial) na qual se encontra inserida a *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, aduzem NETTO e BRAZ (2006, p.192): “Muito especialmente, cabe realçar que, nessa fase, as crises se manifestaram com violência (1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929 e 1937-1938); mas nenhuma delas se compara, pelos seus impactos, com a crise de 1929, que teve magnitude catastrófica”. Reparem, portanto, que o período em que a obra de Schumpeter vem à tona é um período extremamente conturbado e marcado por crises muito próximas em maior e menor escala, o que viria a influenciar diretamente na sua teoria dos ciclos econômicos como uma espécie de renovação do capitalismo que é delineada na obra em questão.

teoria dessas causas de perturbações, na medida em que são mais do que meras perturbações para nós e na medida em que nos parece que fenômenos econômicos essenciais dependem de seu aparecimento (SCHUMPETER, 1997, p. 71-72).

No entendimento do economista, as mudanças na técnica e na organização produtiva acarretam mais do que “meras perturbações” na economia. Elas constituem rupturas que levarão o sistema a repousar em um novo equilíbrio diferente do antigo, e, dessa maneira, são capazes de engendrar toda uma gama de fenômenos próprios e essenciais que merecem um tratamento apropriado e uma análise especial. É o não reconhecimento dessa possibilidade que torna a teoria econômica tradicional insatisfatória para Schumpeter, pois “dessa fonte aparentemente insignificante brota, como veremos, uma nova concepção do processo econômico, que supera uma série de dificuldades fundamentais e assim justifica a nova exposição do problema no texto” (SCHUMPETER, 1997, p. 72).

Desde logo é possível perceber através da exposição feita por Schumpeter nas páginas iniciais de sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* a influência exercida por alguns nomes da teoria marginalista (neoclássica)⁵ como Carl Menger e Eugen von Böhm-Bawerk, que formaram a Escola Austríaca; León Walras, da Escola de Lausanne; e J.B Clark. Essas influências recebidas desde cedo levaram Schumpeter a se tornar um adepto da visão que atribuía o valor econômico à utilidade marginal em detrimento das abordagens baseadas no valor trabalho e/ou nos custos de produção. Até Marx, toda a teoria do valor desenvolvida

5 O esforço de Schumpeter na Teoria do Desenvolvimento Econômico é o de analisar o fenômeno fundamental do desenvolvimento que não era possível ser feito dentro dos limites da teoria neoclássica. No entanto, apesar de demonstrar os limites da teoria tradicional, Schumpeter formado no seio da Escola Austríaca de economia, absorve e utiliza o conceito de utilidade marginal que se encontra presente no decorrer da referida obra, o que para o trabalho aqui proposto torna-se uma evidência importante. O autor, graduado em direito na Universidade de Viena, teve aulas de economia com Böhm-Bawerk, a quem chama de “grande mestre” em sua introdução à Teoria do Desenvolvimento Econômico (SCHUMPETER, 1997, p. 20). A teoria do fluxo circular estático apresentada no capítulo I da referida obra é de inspiração Walrasiana (SCHUMPETER, 1997, p. 19). Aliás, em todo o capítulo I, a influência dos marginalistas fica demonstrada: o autor atribui importância fundamental ao conceito de utilidade marginal e a todos os seguidores da teoria marginalista aos conceitos e proposições que deriva do fato das necessidades, visto que “a atividade econômica pode ter *qualquer* motivo, até mesmo espiritual, mas seu *significado* é sempre a satisfação de necessidades” (SCHUMPETER, 1997, p. 29); Schumpeter também parte do princípio de que numa economia de trocas, o preço dos serviços da terra e do trabalho são determinados pela produtividade marginal da terra e do trabalho, de modo que em livre concorrência, tanto o trabalhador quanto o proprietário da terra receberiam o produto de seus meios de produção (SCHUMPETER, 1997, p. 42), desse modo, o salário do trabalhador para Schumpeter é determinado conforme a utilidade marginal (SCHUMPETER, 1997, p. 143; 150). Cita-se ainda que o seu processo de determinação dos preços também é pautado na teoria marginalista (SCHUMPETER, 1997, p. 185).

pelos economistas era objetiva, o que significa que tinha como ponto de partida a produção, de modo a desconsiderar o valor enquanto uma variável independente, só o admitindo enquanto uma função indireta da própria produção (MANDEL, 1971, p. 315). A escola neoclássica, no entanto, apareceu com uma forma de abordagem a respeito do valor que era completamente diferente da utilizada pelos clássicos:

Era uma escola de pura microeconomia, considerando que o valor poderia e deveria ser determinado para cada mercadoria separadamente. Ela encarava o valor não mais como uma função do custo de produção, e sim como uma função da influência independente da procura sobre o custo de produção. A separação do valor de troca e do valor de uso, o ponto de partida da escola clássica, era questionada. Declarava-se, ao contrário, que o valor de troca era essencialmente uma função do valor de uso, da utilidade de uma dada mercadoria (MANDEL, 1971, p. 315, *tradução livre*).

A utilidade marginal era medida através de escalas individuais de necessidades⁶, motivo pelo qual a escola marginalista foi sendo descrita como subjetivista no decorrer da história, tendo em vista que parte de um ponto extremamente arbitrário e subjetivo. E para sustentar sua tese, a escola neoclássica elaborou uma série de curvas e pontos que se intercedem mostrando supostas condições para que se alcance o equilíbrio do sistema, atingindo dessa maneira uma *teoria marginalista geral do equilíbrio* (MANDEL, 1969, p. 316). Durante muito tempo a escola neoclássica foi incapaz de determinar o valor marginal dos bens de capital, só tendo conseguido com a contribuição de Böhm-Bawerck a respeito da noção de *roundaboutness* da produção que se acentuaria cada vez mais, à medida que cada vez mais bens de produção interviriam no processo. Os marginalistas também não eram capazes de explicar o surgimento de preços estáveis durante períodos longos, inclusive em condições perfeitas de livre concorrência: “Em vez de ser uma explicação de *constantes*, e da evolução básica da vida econômica, a técnica “marginal” fornece, no máximo, uma explicação para variações efêmeras, de curto prazo” (MANDEL, 1971, p. 317). Conforme Mandel (1971, p. 317), o sistema de preços de equilíbrio dos neoclássicos é completamente divorciado da realidade social e da vida prática, visto que não leva em consideração o padrão institucional do capitalismo, tampouco o caráter dinâmico da concorrência e as perturbações

⁶ “Mesmo assim, a expressão quantitativa das necessidades não é suficiente para superar a dificuldade. Um homem, obviamente, tem mais necessidade de pão e água do que de um diamante. Mesmo assim, o diamante tem um valor de troca mais alto do que o do pão. Um homem tem ainda mais necessidade de ar que, normalmente, não possui valor de troca. É por isso que a teoria neoclássica declara: não é a intensidade da necessidade em si, e sim a intensidade *do último fragmento de necessidade não satisfeita* (da utilidade *marginal*) que determina o valor” (MANDEL, 1971, p. 316, *tradução livre*).

contínuas do equilíbrio causadas por ela. Por ser essencialmente estática, ela vislumbra a dinâmica somente quando um elemento meramente perturbador do equilíbrio aparece, perdendo de vista que o equilíbrio é uma situação transitória num movimento espasmódico em constante oscilação, e, dessa maneira, não é capaz de explicar o fenômeno das crises: “Levado à sua conclusão lógica, ele até mesmo nega o fenômeno do imperialismo ou, mais precisamente, nega que exista alguma conexão entre o imperialismo e as leis de desenvolvimento do capitalismo” (MANDEL, 1971, p. 318). Apesar de não ser objeto da análise aqui pretendida, é digno de nota que o próprio Schumpeter desenvolve essa conclusão a respeito da negação da ligação entre imperialismo e capitalismo no ensaio sobre Imperialismo que faz parte de sua obra *“Imperialismo e Classes Sociais”*⁷.

A escolha de Schumpeter em partir dos neoclássicos, utilizando a teoria marginal do valor que além de totalmente subjetiva, possuía uma função puramente apologética tendo em vista que tentava justificar a ordem capitalista como mais ou menos inevitável, e os salários, preços e lucros como o resultado de trocas efetuadas em condições de igualdade, é uma escolha que impregna toda a obra analisada e que se torna interessante para nossa análise no sentido em que demonstra como, dessa maneira, o autor evita adentrar nas construções decorrentes da teoria objetiva do valor trabalho que acabariam por levá-lo de forma incontornável às contradições inerentes ao sistema capitalista.

A opção pelo ponto de partida marginalista para o desenvolvimento da *Teoria do Desenvolvimento Econômico* é então sintomática na medida em que demonstra como Schumpeter opta por iniciar sua discussão a partir de uma teoria que não apresentava nenhum avanço para a compreensão da realidade no âmbito da ciência econômica, mas pelo contrário constituía um retrocesso. Conforme ressaltado no capítulo anterior, Ricardo foi o último representante da Economia Política, o mais alto avanço do pensamento econômico burguês quando a burguesia ainda era uma classe em ascensão e comportava uma faceta progressista. Após Ricardo, quando a burguesia assume a faceta conservadora de sua hegemonia de classe recém conquistada pós-revolução francesa, a Economia Política clássica entra em declínio sendo substituída pela apologética vulgar. Como sabemos, Marx foi o principal intelectual pós David Ricardo a desenvolver a teoria do valor trabalho, fixando a problemática na dinâmica,

7 “Em um mundo puramente capitalista, o que uma vez foi energia para guerra se transforma em simples energia para o trabalho de qualquer tipo. Guerras de conquistas e aventureirismo na política externa em geral são consideradas distrações problemáticas, destrutivas do significado da vida, uma distração da tarefa costumeira e, portanto, “verdadeira”. Um mundo puramente capitalista não pode oferecer solo fértil para os impulsos imperialistas” (SCHUMPETER, 1966, p. 69, *tradução livre*).

na lei do movimento, que comporta a tendência do desenvolvimento tecnológico e das crises, e, no entanto, não é dele e da sua teoria do mais valor que Schumpeter parte, mas sim dos marginalistas, que ele próprio criticava em razão da insuficiência em resolver a questão da dinâmica do sistema, tendo consciência de suas limitações teóricas. A escolha dos neoclássicos e da teoria subjetiva da utilidade marginal não é, portanto, inocente, mas traduz-se em uma forma de evitar a abordagem da teoria do valor trabalho e, por conseguinte, evitar que se atinja o núcleo das contradições do sistema que essa última ajuda a trazer à tona.

Assim, é curiosa a admiração que Schumpeter sentia pelos expoentes do marginalismo, ainda mais tendo em vista que esta admiração não o impedia de criticá-los, pois sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico* se insurgia sobremaneira contra os limites do equilíbrio walrasiano, que era estático e, por isso, incapaz de dar conta dos fenômenos mais relevantes da dinâmica capitalista. No entanto, essa problemática da incapacidade já havia sido resolvida anteriormente por Marx sem a necessidade do extravio do marginalismo, que nasce, conforme já afirmado, como uma resposta subjetiva à teoria objetiva do valor no momento em que o pensamento precisava começar a exercer seu papel de *guarda-fronteiras*, impedindo que se chegasse à conclusão socialista. E Schumpeter tinha plena consciência da teoria marxista conforme ele demonstra na mesma nota de número 67 supracitada, quando, ao falar sobre insuficiência da teoria econômica clássica para a compreensão do fenômeno do desenvolvimento, nosso autor afirma que a exposição de seu problema se dá de forma paralela à de Marx em razão deste último também conceber a “existência de um desenvolvimento econômico *interno* e não uma mera adaptação da vida econômica a dados que mudam. Mas a minha estrutura só cobre uma pequena parte de seu campo” (SCHUMPETER, 1997, p. 72).

A premissa neoclássica marginalista da qual parte nosso economista não é, portanto, *inocente*, mas sim indicativa de uma preferência pela abordagem conservadora da ordem burguesa, ao invés da abordagem crítica. Dessa forma, não há que se interpretar de maneira nenhuma a teoria schumpeteriana como uma teoria que também fosse crítica do capitalismo, cumprindo destacar que o “diálogo” que Schumpeter estabeleceu com Karl Marx dizia respeito somente à dinâmica do capitalismo, tendo o austríaco sido “influenciado” por Marx unicamente no que tange à ideia de que o capitalismo seria um sistema de incessantes transformações endógenas na produção, mudanças causadas pelo próprio sistema, e não por algo externo. Marx já alertava que o capitalismo seria, portanto, instável, e não tenderia ao equilíbrio proposto pelos neoclássicos. Destaca-se ainda que é do economista alemão que Schumpeter retira um dos seus conceitos mais característicos, a chamada “destruição criativa”, tendo em vista que para Marx, o sistema capitalista compõe um *equilíbrio*

desequilibrado, composto por momentos de expansão e prosperidade, crises e depressões. A influência recebida de Marx na *Teoria Econômica do Desenvolvimento* de Schumpeter limita-se a essas questões apontadas, de modo que nosso autor não incorpora a crítica marxista do capitalismo, tampouco o materialismo histórico-dialético, tendo como ponto de partida, em detrimento da teoria do valor trabalho, a teoria marginalista, que é fruto do momento de decadência da ciência e filosofia da burguesia.

Ao ignorar a teoria do valor trabalho, Schumpeter ignora a luta de classes e as contradições inerentes ao capitalismo. Sua aderência ao marginalismo não é, portanto, em vão, mas evidencia um momento de apologética direta e vulgar do capitalismo na obra em questão. Conforme Lukács (1968, p. 51), os apologetas não mais buscavam responder aos problemas postos pelas contradições do desenvolvimento social, mas, pelo contrário, buscavam mitigar ou até mesmo ocultar essas contradições em razão das necessidades econômicas e políticas assumidas pela burguesia no pós-1848. A tendência geral assumida pelo pensamento burguês no primeiro momento da decadência ideológica da burguesia é de evasão da realidade, de “fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico” como forma de evitar encarar e compreender as causas e a essência da luta de classes entre burguesia agora conservadora e o proletariado ascendente (LUKÁCS, 1968, p. 52). Naquele momento, a ciência econômica, abandonando o heroísmo da era clássica, se limitava a reproduzir meramente os fenômenos superficiais nunca chegando a sua essência, fazendo uma apologia consciente e venal da economia capitalista em razão mesmo da sua *necessidade social* (LUKÁCS, 1968, p. 62), essa fuga de uma análise econômica mais profunda que fosse capaz de reproduzir todo o processo de produção e distribuição de mercadorias configura então um *esvaziamento* do pensamento econômico burguês, e tem o seu ápice justamente na “teoria da utilidade marginal”:

Após o surgimento da economia marxista, seria impossível ignorar a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento social, sempre que as relações sociais fossem estudadas a partir da economia. Para fugir desta necessidade, surgiu a sociologia como ciência autônoma (...). Paralelamente a este processo, ocorre na economia uma fuga da análise do processo geral de produção e reprodução e uma fixação na análise dos fenômenos superficiais da circulação, tomados isoladamente. A **“teoria da utilidade marginal”, elaborada no período imperialista, assinala o apogeu deste esvaziamento da economia na abstração e no formalismo** (LUKÁCS, 1968, p. 22, *grifo nosso*).

Se na teoria econômica clássica, progressista, predominava um esforço em compreender qual a relação existente entre as contradições sociais e os problemas econômicos, nas ciências econômicas da decadência, de outro lado, persistia “uma muralha divisória artificial, pseudocientífica e pseudometodológica, criando compartimentos estanques que não existem senão na imaginação” (LUKÁCS, 1968, p. 65). A conexão é, portanto, artificialmente desfeita, ocultada com “finalidades objetivamente apologéticas” e conservadoras (LUKÁCS, 1968, p. 65), e é nesse momento que se enquadra a economia neoclássica ou marginal. A teoria marginalista neoclássica da economia, ao invés de se preocupar em solucionar os problemas anteriormente postos pela teoria clássica, numa perspectiva de superação pautada pelo que havia de mais rico na economia política, faz o caminho contrário saindo pela tangente, adotando uma perspectiva já completamente conservadora de sua posição de classe (BELLI, 2017, p. 31). Ela se encontra inserida no contexto da decadência ideológica da burguesia, momento no qual as contribuições positivas da ciência burguesa acerca do desenvolvimento posto pelo capital no sentido de compreensão real do sistema se esgotam, e sua reprodução ideológica passa a ser calcada na destruição e ocultamento daquilo que a burguesia mesmo havia proporcionado em sua fase ascendente e progressiva. A decadência ideológica das ciências burguesas não se dá por puro acaso, mas ela torna-se *necessária* no período posterior a consolidação da hegemonia de classe burguesa, quando já não era mais importante que o progresso outrora prometido por ela atingisse toda a sociedade, trazendo melhorias para todas as classes e não só para a burguesia. O seu intuito torna-se então o de conservação do *status quo*, não se importando mais com os diversos problemas e contradições sociais ainda existentes. Dessa maneira, o marginalismo presente na teoria schumpeteriana é também evidência de sua aderência a um conservadorismo burguês, principalmente diante do período conturbado de crises e guerras que o capitalismo vivenciava naquele início de século XX.

3.2 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A INOVAÇÃO E O FENÔMENO DO CRÉDITO: IRRACIONALISMO E APOLOGÉTICA NO EIXO CENTRAL DA *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*

Após a constatação da influência exercida pela teoria marginalista sobre Schumpeter na obra analisada, voltemos à *Teoria do Desenvolvimento Econômico*⁸. O que norteia a análise de Schumpeter acerca do sistema capitalista é a questão da mudança e da dinâmica. O que constitui o seu primeiro desafio teórico é então demonstrar a existência de causas estritamente econômicas nas transformações e nas revoluções da estrutura produtiva sob o capitalismo:

Schumpeter fazia um nítido esforço no sentido de aproximar a teoria da história econômica. O equilíbrio estático walrasiano ao qual Schumpeter devotava admiração e reconhecia seu valor para o avanço científico, pecava por outro lado justamente no essencial: era incapaz de oferecer um quadro evolutivo em que a mudança fosse explicada por fatores internos ao próprio sistema (FELDMANN, 2013, p. 24).

Dessa maneira, Schumpeter buscava construir uma ligação entre o seu ponto de partida marginalista e a concretude da história econômica do capitalismo, mesmo que para atingir esse objetivo fosse necessário negar boa parte do esquema walrasiano (FELDMANN, 2013, p. 24).

O primeiro dos seis capítulos da TDE é dedicado à apresentação do fluxo circular de inspiração Walrasiana: um modelo econômico estático, com um mercado em permanente equilíbrio, no qual toda demanda encontra uma oferta e todas as mercadorias produzidas encontram compradores. É um ciclo fechado onde não há produção de mercadorias sem complemento, e onde as pessoas vivem de bens produzidos no período antecedente:

Segue-se, pois, que, em qualquer lugar do sistema econômico, uma demanda está, por assim dizer, esperando solícitamente cada oferta e que, em nenhum lugar do sistema econômico, há mercadorias sem complementos, ou seja, outras mercadorias sem posse de pessoas que desejam trocá-las pelos bens anteriores, sob condições empiricamente determinadas. Do fato de que todos os bens encontram um mercado, segue-se novamente que o fluxo circular da vida econômica é fechado, em outras palavras, que os vendedores de todas as mercadorias aparecem novamente como compradores em medida suficiente para adquirir os bens que manterão seu consumo e seu equipamento produtivo no período econômico seguinte e no nível obtido até então, e vice-versa (SCHUMPETER, 1997, p. 27-28).

No fluxo circular vigoram a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência. O desenvolvimento econômico é inexistente no fluxo circular porque o sistema

⁸ Daqui em diante utilizaremos a sigla TDE para nos referirmos à *Teoria do desenvolvimento econômico* tendo em vista a quantidade de vezes que repetiremos o nome da obra no decorrer do texto.

econômico não se modifica arbitrariamente por iniciativa própria – o que Schumpeter chama de “princípio da continuidade de Wieser” (SCHUMPETER, 1997, p.28). É feita, portanto, uma abstração da categoria desenvolvimento nesse primeiro momento, para que assim possamos compreender a incapacidade da teoria estática clássica da economia em explicar eventuais transformações que venham a tirar a economia do seu curso tradicional rumo ao equilíbrio. Conforme o autor, a pergunta que se faz não é “quais as mudanças dessa espécie levaram o sistema econômico a ser o que é?” Ou então: “quais as condições dessas mudanças? Mas sim, “como acontecem tais mudanças e quais os fenômenos econômicos que as ocasionam?”(SCHUMPETER, 1997, p. 73).

O objetivo de Schumpeter então é o de promover uma visão do desenvolvimento econômico como um processo distinto que é gerado de forma endógena pelo próprio sistema econômico capitalista (FOSTER; SWEEZY, 2011). A teoria do fluxo circular é capaz de explicar apenas aquelas mudanças exógenas, exteriores ao sistema, que Schumpeter exemplifica como sendo modificações nos dados não-sociais (condições naturais), nos dados sociais não econômicos (efeitos da guerra, mudanças na política social, comercial ou econômica) ou no gosto dos consumidores (SCHUMPETER, 1997, p.73). No entanto, quando a vida econômica em si mesma modifica os seus próprios dados de tempos em tempos, os instrumentos teóricos do equilíbrio estático deixam de ser suficientes para explicá-la, pois só podem explicar a ocorrência de tais revoluções produtivas quando estas já tenham ensejado uma nova posição de equilíbrio, depois, portanto que tais mudanças já tenham ocorrido (SCHUMPETER, 1997, p. 74). Dessa maneira, o conceito de desenvolvimento que interessa à investigação schumpeteriana é aquele relacionado às mudanças espontâneas e descontínuas na vida econômica que além de não se darem nas necessidades dos consumidores de produtos finais, também não provém de fora do sistema, mas, pelo contrário, provém de dentro, são mudanças que surgem de sua própria iniciativa. Conforme Schumpeter:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes (SCHUMPETER, 1997, p. 75)

Schumpeter, que critica a teoria neoclássica, volta a reafirmá-la em seguida, quando aduz que o fim de toda a produção é a satisfação de necessidades (SCHUMPETER, 1997, p.76), entretanto as novas necessidades não surgem espontaneamente de um comportamento

do consumidor, posteriormente acarretando uma mudança nos aparatos produtivos para satisfazê-las. Na teoria do desenvolvimento econômico schumpeteriana, é o produtor que inova, iniciando uma mudança econômica, que, por sua vez, vai levar os consumidores a serem “educados” a desejarem coisas novas (SCHUMPETER, 1997, p. 76). Nesse momento Schumpeter inicia um processo de centralização do agente inovador em seu sistema que toma enormes proporções em sua teoria, acompanhando-o durante toda a obra aqui estudada. Para Schumpeter é o inovador que dita a mudança e até mesmo o gosto dos consumidores, tudo provém desse agente individualizado, e é por centralizar esse agente, tornando-o único responsável pela mudança e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento econômico, que nosso autor dá evidências de uma evasão da realidade, criando uma espécie de *mito*.

Paul M. Sweezy, em um artigo de poucas páginas, publicado em 1943 na *The Review of Economic Statics* demonstra de forma clara essa mistificação da realidade cometida por Schumpeter ao colocar o agente inovador como o fator de mudança no sistema: conforme Sweezy, o erro de Schumpeter é tornar o empreendedor (o agente inovador) a fonte de toda a mudança no sistema econômico. Ao abstrair a categoria do empreendedor no fluxo circular, o economista austríaco procura demonstrar que sem ele não haveria desenvolvimento econômico, não haveria dinâmica, o sistema estaria fadado a permanecer em um estado estacionário (SWEEZY, 1943, p. 94). No entanto, o fluxo circular, dividido entre a classe dos proprietários de terra e dos trabalhadores não é o único ponto de partida capaz de permitir a abstração do empreendedor, pois seria possível que se utilizasse uma sociedade com uma estrutura de classes diferente no lugar da utilizada por Schumpeter. Sob as condições do fluxo circular, a poupança e a acumulação de riquezas podem ser excluídas como fatores significantes de mudança na economia, sendo tratadas como efeito desta, e não como sua causa. Por outro lado, quando se elege outro ponto de partida com uma estrutura de classes diferente, na qual não haja somente os proprietários de terra e trabalhadores, mas também a classe dos capitalistas, a situação muda de figura:

Segue-se que no tipo de economia que agora estamos investigando, não existe apenas o excedente que é possível acumular, mas também existem muitos motivos para acumular: em certo sentido, de fato não é correto dizer que os excedentes fornecem tanto a possibilidade como o incentivo à acumulação. A ordem de causa e efeito do Professor Schumpeter pode agora ser revertida. Em vez de considerarmos o excedente e a acumulação como efeito da mudança, nós podemos considerá-los como exercendo uma pressão profunda e constante na direção da mudança econômica (SWEEZY, 1943, p. 95, *tradução livre*).

Dessa maneira, podemos concluir que uma sociedade com estrutura de classe capitalista não coloca obstáculos às mudanças e inovações, mas muito pelo contrário, pressiona o capitalista a se adaptar a uma vida de mudanças contínuas, sob pena de perder tudo o que lhe garante prestígio social e poder (SWEEZY, 1943, p. 96). Diante disso, o agente inovador deixa de ser a força propulsora do sistema, deixa de ser *necessário* para romper os obstáculos ao ato de inovar, não porque a resistência não exista, mas porque colocada em uma balança, ela será sempre mais fraca que a pressão exercida pela sociedade de classes capitalista para efetuar a inovação. Sweezy, portanto, coloca em cheque a existência do empresário, um “tipo sociológico especial”, como *premium mobile* do desenvolvimento econômico:

Essa abordagem implica uma visão diferente dos lucros e da acumulação em relação à do professor Schumpeter. Para ele, os lucros resultam do processo inovador e, portanto, a acumulação é um fenômeno derivado. A visão alternativa sustenta que os lucros existem em uma sociedade com uma estrutura de classe capitalista, mesmo na ausência de inovação. Desse ponto de vista, a forma do próprio processo de lucro produz a pressão para acumular, e a acumulação gera inovação como um meio de preservar o mecanismo de lucro e a estrutura de classe sobre a qual ele se baseia (SWEEZY, 1943, p. 96).

Cai por terra, portanto, a centralidade concedida ao papel do empresário inovador, este tipo especialíssimo ao qual foi garantido o papel de motor propulsor do desenvolvimento econômico, peça chave e central na TDE e em todo o constructo teórico schumpeteriano, é, na verdade, um *mito*.

Retomemos a questão do irracionalismo predominante na fase imperialista do capitalismo e uma de suas tendências centrais, qual seja, a *mitomania*: o irracionalismo moderno, conforme Lukács, foi fundado por Nietzsche como uma forma de reação ao materialismo dialético e ao socialismo marxista (LUKÁCS, 1959, p. 252). Apesar de ser uma continuidade do pensamento que vinha sendo desenvolvido por Schelling, passando por Kierkegaard, até chegar em Schopenhauer, a filosofia nietzschiana que inicia o irracionalismo moderno apresentava um diferença crucial em relação aos filósofos que o precederam: enquanto aqueles buscavam reagir à dialética hegeliana – expressão maior do desenvolvimento que o pensamento filosófico burguês em sua fase progressista atingiu –, ao *progresso* burguês, tendo conhecimento acerca de seu inimigo, sendo capazes muitas vezes de apontar alguns de seus defeitos reais, mantendo-se mesmo de pé na história da filosofia, o mesmo não se deu com a tendência inaugurada por Nietzsche, visto que a partir dele, a

filosofia burguesa já não se encontra mais em condições de exercer uma verdadeira crítica. De acordo com Lukács:

Mas a coisa muda radicalmente tão logo o adversário a que se passa a combater passa a ser o materialismo dialético e histórico. A partir deste momento, a filosofia burguesa já não se encontra em condições de exercer uma verdadeira crítica, nem sequer de compreender corretamente o objeto de sua polêmica; só pode fazer uma de duas coisas: ou polemizar - em princípio abertamente, e depois de um modo cada vez mais encoberto - contra a dialética e o materialismo em geral, ou tentar opor - demagogicamente - uma pseudodialética à dialética real e verdadeira. (...) A isto há que se acrescentar que, ao cessar as grandes lutas de tendências em torno de princípios no seio da burguesia, vai decaindo e cessando também o conhecimento da matéria por parte dos filósofos burgueses. Schelling, Kierkegaard ou Trendelenburg todavia conheciam a dedo a filosofia hegeliana. Schopenhauer, em contraposição, também neste ponto um precursor da decadência burguesa, critica Hegel sem sequer conhecê-lo de um modo superficial. Tudo é permitido frente ao inimigo de classe; toda moral científica cessa ao chegar aqui. Até investigadores que em outros campos se comportam de forma consciente e não se atrevem a manifestar-se senão depois de já haverem assimilado a fundo a matéria, se permitem, neste ponto as mais ligeiras afirmações, que trazem de outras manifestações de opinião igualmente infundadas, sem que lhes ocorra sequer ir beber nas fontes verdadeiras, pelo menos quando se trata de comprovar os fatos. **E esta é outra das razões de que a luta ideológica contra o marxismo se dá em um nível incomparavelmente mais baixo que em um dia se deu a crítica reacionário-irracionalista contra a dialética hegeliana** (LUKÁCS, 1959, p. 251-252, tradução livre, grifo nosso).

Diante do novo inimigo – o materialismo dialético – que se punha em razão da nova luta de classes travada na materialidade entre a burguesia conservadora e o proletariado ascendente, a saída encontrada pela reação irracionalista encabeçada por Nietzsche, e que predominaria na fase imperialista do capitalismo, foi a fuga em uma “pseudo-objetividade”, ou seja a criação de mitos que funcionariam como substitutos do conhecimento científico:

A concepção de história que Nietzsche estrutura é totalmente nova: enquanto o seu mestre Schopenhauer (para quem a dialética não passava de um “delírio”) postulava uma a-historicidade absoluta, Nietzsche sustenta uma historicidade *mitificada* – ele é o primeiro, partindo do agnosticismo, a introduzir a criação de mitos no cerne mesmo da cultura da decadência. A ambição da história mitificada é a obtenção de uma “verdadeira objetividade”, mais “profunda”, sendo o mito “algo subjetivamente” mentado, que se apresenta com a pretensão de uma objetividade – impossível de fundamentar gnosiologicamente e que só pode basear-se em alicerces subjetivistas extremos, na intuição, etc., e que não é nem pode deixar de ser, portanto, mais que uma pseudo-objetividade” (NETTO, 1978, p. 51)

O irracionalismo filosófico da fase imperialista funda-se, portanto, sobre a base ideológica fornecida pela pseudo-objetividade nietzschiana que inter-relaciona materiais como o ateísmo religioso, a glorificação da intuição, o aristocratismo epistemológico, concedendo-lhes uma nova configuração orgânica conforme o exigido pela burguesia para enfrentar a nova fase de sua luta vital, agora contra o socialismo, inserindo-lhe uma nova ética até então inédita: a ética de Nietzsche que se fundava sobre um darwinismo social grotesco, constituindo-se exclusivamente enquanto uma *ética moral da dominação* direcionada à classe dominante (NETTO, 1978, p. 51). A solução encontrada para adequar o irracionalismo às exigências burguesas no período imperialista foi, dessa maneira, o “mito dionisíaco”: “não mais a tentativa de ‘salvá-la’, resguardando o homem ‘normal’, mas convertendo o tipo decadente no homem do futuro” (NETTO, 1978, p. 51).

A construção schumpeteriana do *mito* do empresário inovador é então bastante significativa, principalmente tendo em vista o contexto em que a *TDE* foi escrita – lembrando que sua primeira edição é de 1911, com ideias que já se encontravam formadas desde 1909, conforme previamente citado – um contexto de crise do capitalismo que viria a dar na Primeira Guerra Mundial e na queda do Império Austro-Húngaro. A *TDE* nasce no seio da fase imperialista do capitalismo, dominada pelo irracionalismo filosófico burguês que foi a forma de reação encontrada para lutar contra o materialismo histórico dialético, mais particularmente contra o movimento operário revolucionário, e apesar de apresentar um momento de apologética do capital, com sua aderência a teoria marginalista, não deixa de abraçar também a influência do *mito* nietzschiano tão característica do irracionalismo filosófico. E não há nisso nenhum paradoxo, tendo em vista que ambas as tendências apresentadas pelo pensamento burguês no seu curso evolutivo foram tendências que procuraram servir à manutenção da hegemonia burguesa, tendências portanto *conservadoras* já de sua fase de decadência.

Dito isto, cabe a nós explicar o que seria o conceito de desenvolvimento econômico para Schumpeter. Para nosso autor, o ato de produzir “significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance” (SCHUMPETER, 1997, p. 76), a combinação diferente de materiais e forças dá ensejo a novos produtos ou aos mesmos produtos confeccionados de outras formas. Na medida em que essas novas formas de combinar materiais e forças surgem dos métodos antigos de forma contínua, em pequenas etapas, não há desenvolvimento no sentido em que lhe dá Schumpeter, no entanto, quando este não for o caso e as novas combinações surgirem descontinuamente, aparece então o fenômeno do desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento schumpeteriano é então aquele que se origina através das “novas

combinações” que aparecem de forma descontínua no sistema. A inovação schumpeteriana pode abarcar cinco casos possíveis:

- 1) Introdução de um novo bem – ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados – ou de uma nova qualidade de um bem.
- 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria.
- 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não.
- 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada.
- 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (SCHUMPETER, 1997, p. 76).

Para que as novas combinações aconteçam não é essencial que elas sejam realizadas pelas mesmas pessoas que controlam o processo produtivo a ser deslocado pela novidade, mas pelo contrário, normalmente elas serão realizadas por novas empresas que não são provenientes das antigas, mas que surgem ao lado destas e que com elas passam a concorrer (SCHUMPETER, 1997, p. 77). No capitalismo concorrencial isso explicaria a formação de fortunas privadas e o porquê indivíduos e famílias decaem e ascendem econômica e socialmente, numa troca constante de posições, visto que num regime de concorrência, as novas combinações realizadas pelas empresas estariam eliminando constantemente as antigas – o que Schumpeter chama de “destruição criativa”. Aliás, aquilo que constitui a evolução do sistema econômico capitalista em Schumpeter se dá através de transformações revolucionárias esporádicas em que o velho é suplantado pelo novo. Esse é um dos pontos em que reside a noção implícita da “destruição criativa”. É possível apreendermos que por trás do processo de *destruição criativa*, que leva à ascensão e decadência das famílias no topo da hierarquia social, reside uma outra forma que Schumpeter encontrou para abordar alguns dos efeitos da luta de classes em seu tempo, sem, contudo tratar dela diretamente, de modo a ocultar as contradições de classe que são inerentes ao modo de produção capitalista e evitar assim a conclusão socialista.

É dessa maneira que nosso autor traça sua teoria referente às classes sociais de Schumpeter – melhor desenvolvida em sua obra *Imperialismo e Classes Sociais* – nunca envolvendo o conceito da marxista da *luta de classes*. Ele sequer tangencia a questão, o que

constitui também um sintoma indicativo da apologética presente em seu pensamento, pois não há mais uma busca pela solução das contradições do desenvolvimento social, mas, pelo contrário, há uma mitigação dessas contradições. Lukács, ao se referir ao opúsculo de Guizot, nos esclarece acerca da relação existente entre a mistificação da luta de classes e a tendência geral do pensamento da decadência:

Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses, no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica. Do mesmo modo como, em face da revolta de junho do proletariado parisiense, os partidos liberais e democráticos fugiram e se esconderam sob as asas dos vários Hohenzollern, Bonaparte e consortes, agora fogem também os ideólogos da burguesia, preferindo inventar os mais vulgares e insípidos misticismos a encarar de frente a luta de classes entre burguesia e proletariado, a compreender cientificamente as causas e a essência desta luta (LUKÁCS, 1968, p.52).

Ao optar por descrever uma situação em que não haveria luta de classes entre os proprietários dos meios de produção e o proletariado por ele empregado, mas sim uma mera alternância de famílias no seio da hierarquia social, Schumpeter recai em uma teoria de classes que não condiz com a realidade, mas que é uma mistificação subjetivista feita com o intuito de evitar o enfrentamento da luta de classes entre a burguesia e o proletariado e que, por sua vez, poderia levar à compreensão sincera da essência dessa luta e à conclusão socialista que fomentaria uma tentativa de retirada da burguesia do poder. Essa negação das contradições sociais e de classe feita por intermédio da alternância de famílias no topo da hierarquia social se traduz, portanto, enquanto uma defesa do regime burguês, ela é nada mais que um modo de contribuir para a manutenção do *status quo* da burguesia, tendo em vista que depois do desenvolvimento da economia marxista, que levou às últimas consequências a teoria do valor trabalho ricardiana e revelou a exploração da força de trabalho da classe proletária, mediante a extração da mais valia realizada pela classe dominante burguesa, era impossível ignorar a luta de classes como o motor da história em qualquer análise comprometida com a busca pela verdade e a compreensão da realidade em sua essência.

No que tange à teoria schumpeteriana, podemos identificar na TDE que o foco da análise econômica realizada pelo autor é em fenômenos superficiais, em detrimento daquela análise realizada no âmbito da produção, restringindo-se ao âmbito da circulação dos

produtos, de modo que não atinge, portanto, o âmago das contradições sociais. Estabelece-se assim, o compromisso de Schumpeter com o projeto burguês.

Dando seguimento ao estudo do conceito da inovação, é importante ressaltar que a nova combinação, também, como regra, deve originar-se de meios de produção já existentes no sistema, retirando-os de combinações antigas, pois conforme Schumpeter:

(...) Não devemos nunca supor que a realização de combinações novas tem lugar pelo emprego de meios de produção que por acaso estejam sem ser usados. Na vida prática, isso ocorre muito freqüentemente. Há sempre trabalhadores desempregados, matérias-primas não-vendidas, capacidade produtiva não-utilizada, e assim por diante. Esta certamente é uma circunstância que contribui, como condição favorável e mesmo como incentivo, para o surgimento de combinações novas; mas um grande índice de desemprego é apenas consequência de eventos não-econômicos — como, por exemplo, a Guerra Mundial — ou precisamente do desenvolvimento que estamos investigando. Em nenhum dos dois casos a sua existência cumpre um papel fundamental na explicação, e não pode ocorrer em um fluxo circular bem equilibrado do qual partimos. Tampouco o incremento anual normal o provocaria, já que seria, em primeiro lugar, pequeno, e também porque normalmente seria absorvido por uma expansão correspondente da produção dentro do fluxo circular, e, se admitimos tais incrementos, devemos pensá-los como estando ajustados a essa taxa de crescimento (SCHUMPETER, 1997, p. 78).

Essa afirmativa de Schumpeter gera uma segunda definição de seu conceito de desenvolvimento: o desenvolvimento schumpeteriano consiste em empregar recursos diferentes, de formas diferentes, e fazer coisas novas com eles. São, portanto, “os métodos diferentes de emprego que mudaram a face do mundo econômico nos últimos 50 anos, e não a poupança e os aumentos na quantidade disponível de mão de obra” (SCHUMPETER, 1997, p. 78). Se o desenvolvimento é causado por métodos diferentes de emprego dos meios produtivos, ele implica necessariamente a propriedade desses meios produtivos, ou nas palavras de Schumpeter: “o comando sobre os meios de produção é necessário para a realização de novas combinações”, e ele segue afirmando que “a obtenção dos meios de produção é um problema especial das empresas estabelecidas que trabalham dentro do fluxo circular” (SCHUMPETER, 1997, p. 78). Logo, fica claro que essa possibilidade de realizar novas combinações além de depender da propriedade privada, não seria acessível a toda a sociedade, mas apenas às empresas e aos seus empresários. Schumpeter faz uma apologia à propriedade privada, e já começa a dar indícios de sua aderência à chamada “teoria das elites” – tendência esta que vai se manter presente em toda a sua vida, e será levada aos extremos em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* –, uma teoria que manifesta a crença do autor no fato

de que somente poucos teriam capacidade de conhecimento suficiente para empreender, para formar uma vontade própria.

O caráter reacionário dessa concepção elitista do conhecimento é evidente, porque a intuição intelectual necessária para atingir o conhecimento que é preciso para se tornar um empresário é reservada a poucas pessoas, aos *eleitos*. Podemos então visualizar que a construção da categoria dos empresários na teoria schumpeteriana adquire tons elitistas em razão destes comporem um tipo de classe “superior”, uma classe dos melhores e mais preparados, dos detentores do conhecimento, o que remonta às próprias origens aristocráticas do nosso economista, criado no seio da nobreza austríaca, e evidencia a filiação de Schumpeter a um pensamento aristocrático e conservador na TDE. Como a classe dos empresários é a responsável por engendrar o desenvolvimento econômico, configurando a categoria central da obra aqui estudada, tal tendência aristocrática de Schumpeter adquire, portanto, um relevo especial em razão do grande papel que desempenha, sendo importante destacá-la enquanto mais uma das características do pensamento decadente burguês, principalmente do irracionalismo imperialista.

Diante da necessidade do “privilégio da posse de propriedade da qual se possa dispor, ou melhor, que seja utilizável imediatamente na realização da combinação nova ou na troca pelos bens e serviços necessários” (SCHUMPETER, 1997, p. 79), surge em conjunto a necessidade do fornecimento de crédito nas situações em que esse “privilégio” – como bem apontado pelo próprio autor – ainda não existe. Nesse sentido, além das novas combinações dos meios produtivos já existentes, a análise do desenvolvimento econômico de Schumpeter engloba outros dois elementos: o crédito e o empreendimento. Quanto ao fornecimento do crédito, necessário naqueles casos em que os responsáveis por realizarem as novas combinações não possuem os meios de produção necessários, ou quando não podem obtê-los mediante a troca por outros meios que possuam, ele é função de uma categoria especial de indivíduos: os capitalistas (SCHUMPETER, 1997, p. 79). O fornecimento de crédito adquire na teoria schumpeteriana importância primária e fundamental na formulação das novas combinações, além de ser o elemento que caracteriza a sociedade capitalista e a diferencia especificamente de outras:

É óbvio que esse é o método característico do tipo capitalista de sociedade – e suficientemente importante para servir de sua *differentia specifica*– para forçar o sistema econômico a seguir por novos canais, para colocar seus meios ao serviço de novos fins, em contraste com o método de uma economia que não seja de trocas, do tipo que consiste simplesmente em

exercer o poder de comando do órgão dirigente (SCHUMPETER, 1997, p. 79)

O financiamento de crédito não era algo necessário à produção feita no fluxo circular porque lá ela sempre se direcionava por canais costumeiros, no entanto, quando se trata de novas combinações, o crédito passa a ser um elemento imprescindível. E o que é o crédito? O crédito é a criação de poder de compra que será transferido ao empresário, esse poder de compra é o que irá viabilizar o seu acesso às forças produtivas mediante a contração de uma dívida – ele é indispensável ao desenvolvimento econômico. Todo empresário é, antes de tudo, um devedor em decorrência da própria lógica do processo de desenvolvimento:

Ele só pode tornar-se empresário ao tornar-se previamente um devedor. Torna-se um devedor em consequência da lógica do processo de desenvolvimento, ou, para dizê-lo ainda de outra maneira, sua conversão em devedor surge da necessidade do caso e não é algo anormal, um evento acidental a ser explicado por circunstâncias particulares. O que ele quer primeiro é crédito. Antes de requerer qualquer espécie de bens, requer poder de compra. É o devedor típico na sociedade capitalista (SCHUMPETER, 1997, p. 107).

Para nosso autor, a economia capitalista é aquela na qual os bens necessários à nova produção são retirados do fluxo circular através do “poder de compra criado *ad hoc*” (crédito). O papel do capital, concedido sob a forma de crédito, é permitir o deslocamento das forças produtivas de sua aplicação original para o uso em novas combinações. O capital, portanto, é uma alavanca com a qual o empresário subjuga ao seu controle os bens de que necessita para a realização de uma nova combinação, ou seja, para inovar (SCHUMPETER, 1997, p. 111). O capital não equivale a bens, mas apenas possibilita a compra destes, possuindo, portanto, natureza distinta destes. Ele é então caracterizado como fundo de poder de compra (SCHUMPETER, 1997, p. 121), um agente especial na economia de trocas que expressa a transferência dos meios produtivos ao empresário (SCHUMPETER, 1997, p. 127) e que não existe num sistema sem desenvolvimento:

Já é tempo de dar expressão a um pensamento que esteve longamente à espera de formulação e que é familiar a todo homem de negócios. A economia capitalista é a forma de organização econômica na qual os bens necessários à nova produção são retirados de seu lugar estabelecido no fluxo circular pela intervenção de poder de compra criado *ad hoc*, enquanto aquelas formas de economia em que isso acontece por meio de qualquer tipo de poder de comando ou por meio de um acordo de todos os interessados representam a produção não-capitalista. O capital não é nada mais do que a alavanca com a qual o empresário subjuga ao seu controle os bens concretos

de que necessita, nada mais do que um meio de desviar os fatores de produção para novos usos, ou de ditar uma nova direção para a produção. Essa é a única função do capital e por ela se caracteriza inteiramente o lugar do capital no organismo econômico (SCHUMPETER, 1997, p. 118).

O principal método de obter dinheiro destacado por Schumpeter é criação de poder de compra pelos bancos (SCHUMPETER, 1997, p. 82). Trata-se de um método imaterial e que se cria a partir do nada, e não de uma existência prévia. As novas combinações frequentemente são criadas a partir dessa fonte, e nesse momento surge a figura do banqueiro capitalista, um *fenômeno essencial* do desenvolvimento. O banqueiro não assume meramente a posição de intermediário da “mercadoria poder de compra” (SCHUMPETER, 1997, p. 83), mas ele se torna o produtor dessa mercadoria. O banqueiro assume a posição de “capitalista *par excellence*” porque nele se concentra toda a demanda de poder de compra, além de se encontrar no centro de todas as transações, seja de poupança ou fundos de reserva. Dessa forma, ele substitui o capitalista privado, torna-se o seu agente, o intermediário entre os detentores de meios de produtivos e os que desejam realizar inovações (SCHUMPETER, 1997, p. 83). Conforme Schumpeter (1997, p. 80): o “sistema de crédito capitalista cresceu e prosperou a partir do financiamento de combinações novas em todos os países, mesmo que de forma diferente em cada um”. Nesse momento, nosso autor incide em uma apologética do capitalismo, isso porque sua concepção de capital e de capitalista não corresponde à totalidade do real, mas retrata apenas o momento imediato da circulação. O capital é uma totalidade que possui formas variadas e particulares, como o capital produtivo, comercial e financeiro, e ao limitá-lo como fundo de poder de compra produzido pelo banqueiro que se torna o “capitalista *par excellence*”, Schumpeter incorre novamente em uma apologética do sistema, pois ao fim, os problemas e males do capitalismo não estariam em seu próprio modo produtivo, mas na circulação monetária.

3.3 A CENTRALIDADE DO EMPRESÁRIO NA *TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO*: OS PRIMEIROS PASSOS DE SCHUMPETER RUMO À “TEORIA DAS ELITES”

O terceiro elemento necessário à análise schumpeteriana, além da inovação (nova combinação dos meios de produção) e do financiamento do crédito, é o empreendimento, e apesar dos outros dois serem essenciais, o empreendimento é considerado o “fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico” (SCHUMPETER, 1997, p. 83).

Empreendimento é nada mais que o ato de realizar as novas combinações dos métodos produtivos, é, portanto, o ato de inovar. E a quem cabe praticar esse ato? A uma categoria de indivíduos especialíssima que Schumpeter chama de “empresários”. O conceito de empresário está ligado de forma inseparável à função de inovar, e o empresário não existe se não a executar. Logo, o empresário aqui não é meramente entendido como o homem de negócios “independente”, pois se não cumprir com a função que lhe cabe, qual seja a realização de novas combinações, ele não se insere na categoria empresarial schumpeteriana:

Chamamos “empresários” não apenas aos homens de negócios “independentes” em uma economia de trocas, que de modo geral são assim designados, mas todos que de fato preenchem a função pela qual definimos o conceito, mesmo que sejam, como está se tornando regra, empregados “dependentes” de uma companhia, como gerentes, membros da diretoria etc., ou mesmo se o seu poder real de cumprir a função empresarial tiver outros fundamentos, tais como o controle da maioria das ações. Como a realização de combinações novas é que constitui o empresário, não é necessário que ele esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual; muitos “financistas”, “promotores” etc. não são e ainda podem ser empresários no sentido que lhe damos. Por outro lado, nosso conceito é mais restrito do que o tradicional ao deixar de incluir todos os dirigentes de empresas, gerentes ou industriais que simplesmente podem operar um negócio estabelecido, incluindo apenas os que realmente executam aquela função (SCHUMPETER, 1997, p. 83).

É importante ressaltar que o conceito de empresário não se identifica com o conceito de capitalista (banqueiros). São conceitos diferentes ligados a funções diferentes. No entanto, tais funções podem ser realizadas pelo mesmo indivíduo, de modo que ele pode ser um empresário por atuar realizando novas combinações, ao mesmo tempo em que é um capitalista por financiar empréstimos bancários a outros empresários. É possível perceber que uma coisa não implica a outra, e que as funções, portanto, não se misturam apesar de poderem estar concentradas na mesma pessoa em determinado momento. Do mesmo modo, o empresário nunca é aquele que corre riscos porque o ato de correr riscos não está incluído na sua função. Quem corre os riscos é o detentor dos meios produtivos ou do capital-dinheiro – os capitalistas.

Como o empresário está ligado ao ato de inovar, é comum que o indivíduo não permaneça muito tempo sendo empresário, transformando a função empresarial em uma função temporária muitas das vezes. É por isso que Schumpeter não caracteriza o conceito de empresário como uma profissão, do mesmo modo que os empresários não formam uma classe social: “Como ser um empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradoura,

os empresários não formam uma classe social no sentido técnico, como, por exemplo, o fazem os proprietários de terra, os capitalistas ou os trabalhadores” (SCHUMPETER 1997, p. 86). Entretanto, mesmo não configurando uma posição de classe, a função empresarial pode ser responsável por alçar o empresário bem-sucedido na realização de novas combinações que o levará, em conjunto com toda sua família, a atingir novas posições de classe no seio da hierarquia social. Não há, portanto, a classe social empresário, mas uma *função* empresarial, que quando exercida de forma positiva leva o indivíduo a alçar as posições de classe dos capitalistas ou dos proprietários de terra conforme o modo que ele vier a utilizar o produto do seu empreendimento – o lucro empresarial (SCHUMPETER, 1997, p. 86). Essa negação da existência de uma classe social a qual o empresário pertença, e de sua caracterização enquanto um tipo de função é outra faceta do esforço teórico feito por Schumpeter, além do referente à conceituação da destruição criativa que engendra a alternância das famílias no topo da hierarquia social, para ocultar a luta de classes como motor da história, servindo para apagar os conflitos entre capital e trabalho e até mesmo propagar uma ideia meritocrática, visto que “qualquer um”, desde que possuindo determinadas características e pertencendo a determinado grupo, pode se tornar um exemplo de sucesso. Observem que ao mesmo tempo em que configura o empresário/empreendedor enquanto uma função social e não uma classe, com o intuito de minar as possibilidades de luta e resistência, Schumpeter também constrói a categoria empresário como um tipo *especial* cujo objetivo é a prática de uma atividade – a realização de novas combinações – que o torna especial e essencial ao desenvolvimento. O empresário vira uma categoria especialíssima porque inovar é um ato que encontra diversos obstáculos como, por exemplo, a resistência que a sociedade alimenta com tudo que é novo. Dessa maneira o empresário precisa ser alguém com determinadas qualidades que o tornem capaz de inovar, qualidades essas que são raras de encontrar na grande massa de indivíduos que compõe o todo social, e que tornam as pessoas que as possuem diferenciadas no entender do economista austríaco:

A realização de combinações novas é ainda uma **função especial**, é o **privilégio de um tipo de pessoa que é muito menos numeroso do que todos os que têm a possibilidade “objetiva” de fazê-lo**. Portanto, finalmente, **os empresários são um tipo especial**, e o seu comportamento um problema especial, a força motriz de um grande número de fenômenos significativos (SCHUMPETER, 1997, p. 88, *grifo nosso*).

O que Schumpeter quer dizer é que são necessárias certas aptidões para ser um empresário, aptidões essas que não podem ser acessadas por todo mundo, reparem que ele usa

a palavra “privilégio” ao se referir àquele tipo de pessoa que consegue efetuar uma inovação, os empresários são, portanto, *privilegiados* na sociedade. Utilizando uma metáfora com os carusos e habilidade do canto, o autor nos diz:

Embora praticamente todos os homens possam cantar, a habilidade para cantar não deixa de ser uma característica diferenciadora e um atributo de uma minoria, na verdade não exatamente de uma categoria, porque essa característica –diferentemente da nossa – afeta relativamente pouco o total da personalidade. Vamos nos concentrar nisso: mais uma vez, um quarto da população pode ser tão pobre em termos dessas qualidades, digamos aqui provisoriamente, da iniciativa econômica, que a deficiência se faz sentir pela pobreza de sua personalidade moral, e cumpre um papel desprezível nos menores assuntos da vida privada e profissional em que esse elemento é requerido. Reconhecemos essa categoria e sabemos que muitos dos melhores funcionários, que se distinguem por sua devoção ao dever, seus conhecimentos especializados e sua correção, pertencem a ela. Então vem o “mediano”, o “normal”. Estes provam ser melhores nas coisas que mesmo dentro dos canais estabelecidos não podem simplesmente ser “despachadas” (*erledigen*), mas também devem ser “decididas” (*entscheiden*) e “realizadas” (*durchsetzen*). Praticamente todos os homens de negócios se enquadram aqui, de outro modo não teriam atingido nunca suas posições; a maior parte representa uma seleção – individualou hereditariamente testada (SCHUMPETER, 1997, p. 89, nota 83, *grifo nosso*).

É possível perceber a presença da teoria aristocrática do conhecimento no delineamento de um dos principais conceitos capazes de explicar o desenvolvimento econômico na teoria schumpeteriana, teoria esta que somada àquela outra da alternância de famílias, adotada por Schumpeter como forma de evitar a abordagem da luta de classes para explicar as modificações sofridas na hierarquia social no decorrer do curso histórico, indicam o compromisso social que Schumpeter efetua com a burguesia conservadora. A teoria aristocrática do conhecimento surge muitas vezes atrelada ao irracionalismo filosófico do período imperialista para sustentar o pseudo-objetivismo e o seu novo instrumento de conhecimento: a intuição. Conforme Lukács (1967, p. 51), a intuição jamais poderia ser um critério de cognoscibilidade do real, pois ela não se põe como o contrário do pensamento discursivo, mas como seu complemento, como uma de suas etapas. A forma com o que irracionalismo opera transforma a intuição, um método subjetivo de trabalho, em uma metodologia objetiva, que passa a servir dessa maneira como instrumento do conhecimento ou elemento de uma metodologia científica. Esse lugar que é concedido à intuição na filosofia do estágio imperialista é decorrente do abandono do formalismo do conhecimento do período precedente em razão da necessidade de busca por uma ideologia imposta pela crise experimentada pela ordem burguesa naquele momento histórico: “A filosofia moderna serve-

se do falso aspecto da intuição para abandonar aparentemente tanto o formalismo do conhecimento como o idealismo subjetivo e o agnosticismo, conquanto conservando-os sobre bases que parecem inatacáveis (LUKÁCS, 1967, p. 53)”. O subterfúgio encontrado pela filosofia do período para manter a sua finalidade ideológica intacta foi manter o seu objeto como sendo uma realidade essencialmente superior e qualitativamente diferente do que era possível ser acessado pela reflexão discursiva, mantendo a intuição atrelada a um conhecimento que só seria alcançado por poucos: “a defesa da intuição estava assegurada por uma **teoria aristocrática do conhecimento**. Essa última afirma, desde o início, que todo mundo não é suscetível de compreender a realidade superior de uma maneira intuitiva” (LUKÁCS, 1967, p. 63, *grifo nosso*).

A TDE se encontra cronologicamente inserida em um contexto em que a crise enfrentada pela filosofia no período imperialista se encontrava latente, tendo tornado-se evidente somente após 1918 (LUKÁCS, 1967, p. 30), isso é um dos fatores que explicam a natureza *eclética* assumida pela teoria de Schumpeter contida nesta obra, tendo em vista que ela apresenta nuances apologéticas do capitalismo em conjunto de nuances irracionalistas que muitas vezes não se encontram plenamente desenvolvidas num sentido de completa destruição da razão, como seria possível perceber em outros pensadores. É o caso da teoria aristocrática do conhecimento – ou *teoria das elites* – que agora destacamos, tendo em vista o fato de que apesar de seu empresário apresentar algumas características próximas de um *psicologismo*, Schumpeter não chega a desenvolver plenamente a questão da intuição como método de conhecimento científico, muito menos eleva tal categoria ao ponto de *destruição da razão*. No entanto, o elitismo da categoria aparece quando nosso autor afirma a necessidade de certas aptidões que não estão disponíveis a toda sociedade para se tornar um *empresário* capaz de cumprir com sua função inovadora. Como o empresário inovador é aquele que impulsiona o sistema ao criar novas combinações, o responsável por causar a ruptura na economia, ele assume um papel fulcral na TDE, que quando reservado a uma minoria especialíssima, que é melhor do que todo o resto da sociedade, demonstra a existência do conservadorismo de Schumpeter. Cabe destacar que o economista austríaco viria a desenvolver ainda mais essa sua concepção elitista, teorizando uma democracia elitista como “terceiro caminho” alternativo entre a democracia liberal clássica e o socialismo marxista em *Capitalismo, socialismo e democracia*.

Ainda não sendo bastante toda a especialidade que ele já atribui à categoria do empresário, Schumpeter ainda traz à sua análise o chamado “fenômeno da liderança”, que ocorre em razão da dificuldade que o rompimento com a rotina diária da vida econômica

imputa. É justamente por essa dificuldade em implantar novas combinações, tendo que superar a resistência imposta a ela, que surge a figura do “líder”. O líder é aquele que “assume as coisas” (SCHUMPETER, 1997, 94), é quem leva a frente às novas possibilidades que por ventura tenham surgido, não é parte da função do líder descobrir ou criar as novas possibilidades, mas levá-las à frente, impressionando o grupo social de modo que o convença a segui-lo: “É, portanto, mais pela vontade do que pelo intelecto que os líderes cumprem a sua função, mais pela “autoridade”, pelo “peso pessoal” etc., do que por idéias originais” (SCHUMPETER, 1997, p. 94):

Há liderança *apenas* por essas razões – liderança, quer dizer, como um tipo especial de função em contraste com uma mera diferença de posição, que existiria em todo corpo social, no menor como no maior, em combinação com o qual essa diferença sempre aparece. Os fatos aludidos criam uma fronteira além da qual as pessoas em sua maioria não agem prontamente por si mesmas e requerem a ajuda de uma minoria (SCHUMPETER, 1997, p. 94)

O tipo empresarial de liderança é um tipo distinto de liderança econômica que consiste meramente em cumprir uma tarefa especial, qual seja a de implantar as novas combinações na produção. É o líder, portanto, quem conduz os meios de produção para novos canais convencendo os banqueiros capitalistas que vão lhe fornecer o crédito necessário para agir da conveniência daquela realização, e não a sociedade (SCHUMPETER, 1997, p. 95). É também considerado líder, mesmo contra sua própria vontade, por levar todos os outros produtores do ramo que atua a replicarem sua inovação, o que eventualmente aniquilará o seu lucro no longo prazo (SCHUMPETER, 1997, p. 65). O líder constitui uma “categoria sociológica”, que conforme o economista necessitaria de um especialista para sua apreciação plena (SCHUMPETER, 1997, p. 65). Essa necessidade de um especialista remonta à especialização das ciências que também constitui outra das características típicas do período da decadência, tendo em vista que a divisão da ciência em esferas especializadas que não se comunicam é também uma maneira de limitar a reflexão para além da superfície diretamente perceptível da realidade social, mantendo o pensamento fetichizado e não permitindo que se chegue ao âmago da questão: as contradições econômicas e sociais do sistema capitalista, e a dissociação do pensamento burguês da evolução da realidade social. A divisão capitalista do trabalho atinge não só todos os campos da atividade material e espiritual, mas também chega à alma de cada um, provocando deformações que irão se revelar em formas variadas de manifestações ideológicas, além da submissão e aceitação passiva dos efeitos da divisão do trabalho que

constitui uma das marcas mais importantes da decadência (LUKÁCS, 1968, p. 63). A especialização é aceita com fundamento no argumento de que a ciência moderna atingiu uma extensão e amplitude tão grandes que não permitiria mais que um só homem dominasse todo o campo do saber humano, e desse modo a “especialização mesquinha” se torna o método das ciências sociais:

O fato de que as ciências sociais burguesas não consigam superar uma mesquinha especialização é uma verdade, mas as razões não são as apontadas. Não residem na vastidão da amplitude do saber humano, mas no modo e na direção de desenvolvimento das ciências sociais modernas. A decadência da ideologia burguesa operou nelas uma tão intensa modificação, que não se podem mais relacionar entre si, e o estudo de uma não serve mais para promover a compreensão da outra. A especialização mesquinha tornou-se o método das ciências sociais (LUKÁCS, 1968, p. 64).

Com isso perde-se de vista a possibilidade de se apreender a essência da realidade humana, o pensamento da decadência é focado na imediatividade, na aparência fetichizada da realidade. O nascimento das ciências sociais enquanto ciência autônoma e, em paralelo, o surgimento da teoria subjetivista da utilidade marginal, focada no âmbito da circulação e não da produção de mercadorias, andam juntos e contribuem para que o estudo do desenvolvimento social não atinja o nível das contradições de classe, e todo esse processo da decadência é de alguma maneira perceptível na Teoria do Desenvolvimento Econômico de Schumpeter. Não como apologética pura e simples do capital, ou como irracionalismo econômico e filosófico que contém em si a completa destruição da razão levado a cabo pelo ideário burguês durante o estágio imperialista, é importante deixar claro, mas que nos apresenta a manifestação dessas duas tendências em momentos complementares, expressando assim de forma inequívoca o compromisso social de Schumpeter com o projeto conservador burguês. Desde o ponto de partida marginalista, passando pela negação da luta de classes, até chegar à criação de um tipo sociológico especialíssimo – o empresário –, o constructo teórico de Schumpeter demonstra a construção de artifícios teóricos que impedem a compreensão da totalidade do real, funcionando como *guarda-fronteiras* do conhecimento.

Para Schumpeter, liderar economicamente no sentido de levar novas combinações de meios produtivos a frente é diferente de inventar, pois invenções são irrelevantes enquanto não forem levadas à prática. Inovar e inventar são, portanto, tarefas diferentes, que requerem aptidões diferentes, de modo que:

Embora os empresários possam naturalmente ser inventores exatamente como podem ser capitalistas, não são inventores pela natureza de sua função, mas por coincidência e vice-versa. Além disso, as inovações, cuja realização é a função dos empresários, não precisam necessariamente ser invenções. Não é aconselhável, portanto, e pode ser completamente enganador, enfatizar o elemento invenção como fazem tantos autores (SCHUMPETER, 1997, p. 95).

A partir disso, podemos concluir que para Schumpeter, o conceito de inovação – ligado à realização de novas combinações, que, por sua vez, constitui função do empresário – é diferente do conceito de invenção. A inovação schumpeteriana não necessariamente significa criar algo novo, mas empregar e levar à prática formas diferentes de combinações de meios produtivos. A função do empresário ao implantar as inovações na produção é “demolir a velha tradição e criar uma nova”, o que gera não só efeitos econômicos, mas também culturais, morais e sociais. É o empresário o agente da destruição criativa, é ele o motor do desenvolvimento econômico. É a categoria central e indispensável de Schumpeter, uma categoria que, como foi sendo demonstrado no decorrer do texto, é baseada na mistificação da realidade, na mera apreensão do momento imediato, retendo-se na aparência do fenômeno e não atingindo dessa maneira a sua essência, muito pelo contrário, agindo até mesmo de forma a mascará-la. Aparência e essência são momentos que constituem a realidade objetiva, no entanto para que seja possível chegar a uma representação científica da realidade, é preciso estabelecer uma mediação dialética entre esses dois momentos através da qual a aparência será dissolvida na totalidade que revela a essência (COUTINHO, 2010, p. 38). No entanto, quando o pensamento não é capaz de ir além do imediatismo, superando a forma aparente da realidade e revelando a essência, ela converte-se em um fetiche detentor de uma suposta autonomia e universalidade que na verdade não possui (COUTINHO, 2010, p. 38). A categoria do empresário assume essa forma de fetiche, é a construção de um mito, quase um super-homem nietzschiano, que serve às pretensões burguesas de conservar-se no poder. De acordo com Coutinho, a fetichização constitui um traço essencial do pensamento decadente que se manifesta em todas as suas orientações, e que impede que se transcenda a simples descrição imediata da realidade (COUTINHO, 2010, p. 39).

3.4 O LUCRO EMPRESARIAL COMO FORMA DE NEGAÇÃO DA MAIS-VALIA

Como ficou demonstrado, o desenvolvimento econômico de Schumpeter é baseado em uma espécie de tripé: são necessárias a inovação (novas combinações de meios produtivos), o

fornecimento de crédito, e o empreendimento que será conduzido pelo empresário inovador. Mas o que levaria empresários a se endividarem através do financiamento de crédito para poderem efetivar novas combinações de métodos produtivos e implantá-las na produção? A resposta é óbvia: o lucro empresarial advindo das novas combinações bem-sucedidas. O lucro empresarial é definido como “um excedente sobre os custos, do ponto de vista do empresário, é a diferença entre receitas e despesas no negócio” (Schumpeter, 1997, p.129).

A questão então aparece da seguinte maneira. Se alguém num sistema econômico, no qual a indústria têxtil produza apenas com trabalho manual, vê a possibilidade de fundar um negócio que use teares mecânicos, se sente à altura da tarefa de transpor todas as inumeráveis dificuldades, e tomou a decisão final, então, antes de tudo, precisa de poder de compra. Toma-o emprestado de um banco e cria o seu negócio. É absolutamente irrelevante se constrói ele mesmo os teares mecânicos ou se manda uma outra empresa construí-los, de acordo com suas diretrizes, para se limitar a utilizá-los. Se um trabalhador pode com esse tear produzir agora seis vezes mais do que um trabalhador manual num dia, é óbvio que, dadas as três condições, o negócio deve render um excedente sobre os custos, uma diferença entre receitas e despesas (SCHUMPETER, 1997, p. 130).

Para provar a existência de um excedente sobre os custos, Schumpeter utiliza o exemplo de um sistema econômico no qual a indústria têxtil só produzia de forma manual até sofrer uma alteração com a introdução do tear mecânico. Diante disso o economista enumera três condições para o surgimento do lucro excedente, uma diferença entre receitas e despesas, são elas: em primeiro lugar, é necessário que o preço do produto não caia quando do surgimento da nova oferta; em segundo lugar, os custos dos teares mecânicos introduzidos na produção não devem ser superiores ao salário pago aos trabalhadores que foram por eles deslocados, ou então não podem ser maiores do que a soma que fica após a diminuição da possível queda no preço do produto junto à dedução do salário que era pago ao trabalhador deslocado pela máquina; a terceira condição complementa as outras duas, ela diz respeito à elevação que eventualmente vai acontecer nos preços dos serviços e do trabalho em razão da nova demanda que surge em decorrência da introdução da inovação na produção (SCHUMPETER, 1997, p. 130-131). Nesse caso, o empresário deve prever a alta dos preços no mercado de bens de produção após o seu aparecimento, e deve contabilizar esse aumento nos seus cálculos de modo a incluir um terceiro item. Dessa maneira, o lucro fica provado se:

Apenas se as receitas excederem as despesas após o abatimento dos três conjuntos de mudanças é que haverá um excedente sobre os custos. Essas três condições cumpriram-se na prática inumeráveis vezes. Isso prova a

possibilidade de um excedente sobre os custos (SCHUMPETER, 1997, p. 130-131).

Após a incorporação das novas combinações na indústria e em decorrência dos superlucros que elas geram, novos estabelecimentos começam a surgir de forma contínua atrás de buscar o mesmo resultado que a empresa pioneira. No entanto, com o inchaço do mercado, ocorre uma reorganização completa da indústria que, por sua vez, acarreta aumento de produção, luta concorrencial, estabelecimentos novos suplantando os antigos, possível demissão de trabalhadores que passam a ser substituídos pelas inovações e etc. Isso acabará levando o sistema a uma nova posição de equilíbrio, na qual reinará novamente a lei do custo, igualando novamente o preço dos produtos ao preço dos salários e rendas dos serviços do trabalho e da terra incorporados nos teares somados aos salários e rendas dos serviços do trabalho e da terra que ainda devem colaborar com os teares para que o produto possa vir a existir (SCHUMPETER, 1997, p. 132). Até que se atinja este ponto, o incentivo à produção não será cessado.

Por conseguinte, após determinado período de tempo e até que se atinja um novo equilíbrio no sistema, os lucros excedentes garantidos pela inovação deixarão de existir tanto para o empresário inovador, quanto para aqueles que o seguiram. O lucro empresarial é, portanto, temporário. Afirma Schumpeter (1997, p. 132): “não obstante, o excedente é realizado, constitui, em dadas condições, um montante definido de retornos líquidos, mesmo que apenas temporários”. Os lucros, como já ressaltado, caberão ao empresário que inovou introduzindo as novas combinações na indústria – no exemplo de Schumpeter, àquele que introduziu o tear mecânico na indústria têxtil. O lucro é, portanto, garantido pela introdução da nova combinação, não importando se o indivíduo em questão a produziu e utilizou, se somente a produziu, ou se somente a utilizou:

O lucro caberá àqueles indivíduos cuja façanha seja introduzir os teares, quer os produzam e usem, quer apenas os produzam ou apenas os usem. Em nosso exemplo, a grande importância associa-se ao emprego, mas isso não é essencial. A introdução é realizada pela fundação de novos estabelecimentos, quer para a produção, quer para o emprego ou para ambos. Com o que os indivíduos em consideração contribuíram para isso? Apenas com a vontade e a ação: não com bens concretos, pois compraram estes – de outros ou de si mesmos; não com poder de compra com o qual os compraram, pois tomaram este emprestado – de outros ou, se também levamos em consideração a aquisição em períodos anteriores, de si mesmos. E o que fizeram? Não acumularam nenhuma espécie de bens, não criaram nenhum meio de produção original, mas empregaram os meios de produção existentes de modo diferente, mais apropriadamente, de maneira mais vantajosa. Eles “realizaram novas combinações”. São empresários. E o seu lucro, o

excedente, ao qual não corresponde nenhuma obrigação, é um lucro empresarial (SCHUMPETER, 1997, p. 132-133).

A base do fenômeno do lucro para Schumpeter reside, portanto, no excedente temporário das receitas sobre os custos de produção num novo empreendimento (SCHUMPETER, 1997, p. 136-137), e é importante ressaltar que esse lucro não é uma renda, nem um rendimento de capital, de modo que uma tendência de igualar os lucros não existe para Schumpeter (1997, p. 149). O lucro tampouco é um salário, ele é apenas a expressão da contribuição que o empresário fez à produção, do mesmo modo que o salário expressa em valor aquilo que foi produzido pelo trabalhador: “Não é um lucro de exploração, tampouco o são os salários” (SCHUMPETER, 1997, p. 150). O lucro, diferentemente do salário, não se submete à lei da produtividade marginal, ele não configura um elemento do preço como os salários, e o seu pagamento não funciona como um freio à produção, como o pagamento do salário funciona:

Os salários são um ramo permanente de renda (*income*), o lucro não é absolutamente um ramo da renda, se considerar a repetição regular de um rendimento como um dos traços característicos da renda (*income*). Ele escapa do alcance do empresário logo que é desempenhada a função empresarial (SCHUMPETER, 1997, p.150).

Para Schumpeter, então, o lucro não é expressão do mais-valor. Sua tendência neoclássica se manifesta de forma que o leva a negar a mais-valia e o problema da exploração econômica do trabalho. O economista austríaco não utiliza a teoria do valor trabalho – a maior contribuição da economia clássica – e, por conseguinte, não coloca o trabalho como categoria central para a apreensão das relações sociais, pois essa teoria tornou-se perigosa para a burguesia a partir do momento em que a ela assume o poder, deixando para trás sua faceta progressista. Reiteramos que a posição burguesa, que antes era de revolução contra a aristocracia feudal, transforma-se depois de 1848 em uma posição conservadora do poder o que, por sua vez, afeta todo o pensamento burguês, gerando no campo econômico a dissolução da economia política clássica e a subsequente vulgarização da economia que passa a não mais enfrentar o momento da produção, se alocando na circulação.

O conceito schumpeteriano do lucro é outra das evidências da adequação de seu pensamento a serviço da burguesia, ao mesmo tempo em que não desenvolve nenhuma nova perspectiva sobre o lucro, mas pelo contrário, regride a outrora desenvolvida, ele também é expressão da apologética vulgar que evita tirar conclusões a respeito das contradições que são

inerentes ao sistema capitalista. Para o autor, lucro e desenvolvimento são interdependentes, e são os responsáveis por viabilizar a acumulação de riqueza no sistema econômico. O lucro está ligado à inovação que é praticada pelo empresário: “Sem o desenvolvimento não há nenhum lucro, sem o lucro, nenhum desenvolvimento. Para o sistema capitalista deve ser acrescentado ainda que sem lucro não haveria nenhuma acumulação de riqueza” (SCHUMPETER, 1997, p. 150), logo é a ação empresarial a responsável pela criação da maioria das fortunas no sistema econômico (SCHUMPETER, 1997, p. 151). Novamente retornamos ao empresário inovador, ao papel central que esse tipo sociológico de configuração elitista exerce na teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter. A função empresarial não é somente o motor que impulsiona a mudança e a posterior reorganização do sistema econômico, mas é também a responsável por impulsionar aquela alternância de posição de classes nos estratos mais altos da sociedade, visto que é através do seu produto – o lucro – que a acumulação de riqueza e, conseqüentemente, a criação de fortunas é ocasionada. Há uma constante alternância de famílias ocupando os estratos superiores da sociedade, seria como uma espécie de hotel, sempre cheio de pessoas que estão em um processo contínuo de mudança (SCHUMPETER, 1997, p. 153). É o empreendimento bem-sucedido o principal fator de ascensão na escala social do mundo capitalista, e isso ocorre através do processo de destruição criativa: os negócios antigos e as famílias deles dependentes perdem prestígio, vindo a ser posteriormente eliminados pela concorrência com os empreendimentos novos e inovadores (SCHUMPETER, 1997, p. 152). Sob a figura do empresário inovador nós temos então, além da negação da luta de classes decorrente da alternância de famílias pela ação empreendedora, também a negação da teoria do valor-trabalho e da exploração do trabalhador. A construção do empresário schumpeteriano funciona, portanto, como um *mito* que serve para desviar a atenção das contradições do sistema, demonstrando a ausência de crítica efetiva e a função social apologética do regime burguês exercida pelo pensamento do autor.

3.5 BOOM E DECADÊNCIA: A FACE APOLOGÉTICA E IRRACIONALISTA DOS CICLOS ECONÔMICOS DE SCHUMPETER

O último capítulo da TDE é dedicado a uma tentativa inicial de explicação sobre os Ciclos Econômicos feita por Schumpeter, que só seria plenamente desenvolvida pelo economista em seu *Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*, de 1939. O *boom* econômico surge em razão de um maior investimento em

capital que nasce primeiro na produção de plantas industriais e em seguida é difundido pelos mercados de matérias-primas, trabalho, equipamentos e etc. No entanto, esse investimento em capital não é distribuído de maneira uniforme no tempo pelo sistema econômico, mas aparece sim em massa e em intervalos. Os novos empreendimentos que aparecem ao lado das empresas antigas, com elas concorrem até eliminá-las por completo, de modo que o novo não nasce do velho, mas sim ao seu lado, e com ele compete até destruí-lo, o que levará a uma mudança tão grande nas condições já estabelecidas do sistema que forçará um processo especial de adaptação (SCHUMPETER, 1997, p. 204). Dessa maneira, após o período de *boom* econômico causado pelo surgimento dos novos empreendimentos, vem o período de decadência que é caracterizado por esse momento de adaptação do sistema.

O desenvolvimento econômico descrito por Schumpeter não é um fenômeno que se dá de forma contínua e ininterrupta, mas descontínuo e suscetível a colapsos que o interrompem com frequência. E quando o desenvolvimento é interrompido, ele ao retomar seu curso não começa do ponto em que havia parado anteriormente, mas começa de um novo ponto:

Os movimentos contrários não apenas entram o desenvolvimento, mas põem-lhe um fim. Uma grande quantidade de valores é aniquilada; as condições e os pressupostos fundamentais dos planos precisam se reanimar antes de poder caminhar de novo para a frente; o seu sistema de valores precisa se reorganizar. E o desenvolvimento que então começa novamente é um novo e não simplesmente a continuação do antigo. É verdade, e a experiência nos ensina que ele se moverá numa direção mais ou menos similar à anterior, mas a continuidade do “plano” é interrompida. O novo desenvolvimento provém de condições diferentes e em parte da ação de pessoas diferentes; muitas esperanças e valores antigos são enterrados para sempre e surgem outros completamente novos (SCHUMPETER, 1997, p. 205).

E por que o desenvolvimento econômico não ocorre de maneira uniforme, mas sim de modo espasmódico? Porque as inovações aparecem no sistema de forma descontínua e agrupada (SCHUMPETER, 1997, p. 211). Os *booms* somente são possíveis em razão desse aparecimento em massa de inovações, do contrário não haveria nenhum *boom*. Do mesmo modo, tampouco haveria alguma depressão, pois a última só surge através da necessidade que o sistema tem de reajustar-se após o surgimento em grande número de inovações que acarretam grandes mudanças na estrutura econômica e que não podem ser superadas facilmente como seria o caso de pequenas perturbações distribuídas de maneira uniforme. O desenvolvimento econômico então se dá em ondas de *boom* e decadência que compõem um ciclo econômico. Para Schumpeter (1997, p. 211) a depressão é uma reação ao *boom*, a crise

advém da prosperidade, ela é uma reação do sistema que necessita de um processo específico de absorção e até mesmo liquidação do antigo para se adaptar à grande massa de inovações surgida na esfera econômica, para que assim o sistema possa se encaminhar a um novo estado de equilíbrio estático, e dessa maneira ele não explica nem a crise do sistema tampouco o seu momento de expansão:

Esse processo é a essência das depressões periódicas, que, portanto podem ser definidas, do nosso ponto de vista, como o combate do sistema econômico no sentido de uma nova posição de equilíbrio, sua adaptação aos dados alterados pela perturbação trazida pelo *boom* (SCHUMPETER, 1997, p. 217).

A essência da perturbação causada na economia se deve um grupo de três fatores, quais sejam: em primeiro lugar, o aumento da demanda do empresariado por meios produtivos associada a um financiamento de crédito num período de prosperidade vai elevar os preços desses meios e gerar dificuldades aos demais produtores que queiram também empreender; em segundo lugar, com a demanda do consumidor se alterando em favor das inovações há uma queda de preços que põe fim ao *boom* e inicia a depressão; em terceiro lugar há uma deflação creditícia surgida em decorrência dos efeitos dos novos empreendimentos que leva ao desaparecimento de poder de compra justamente no momento em que existem bens capazes de complementá-lo; por fim há um esgotamento progressivo do mercado em razão da quantidade de novos empreendimentos que surgiram no momento do *boom*, causando um fim no estímulo ao surgimento de novos empreendimentos, combinados a uma incerteza no cálculo das novas combinações (SCHUMPETER, 1997, p. 217-221). O período de *boom* permite uma obtenção de lucros, mas leva muitas empresas a operarem com prejuízos porque causa uma queda de preços que se acentua pelo pagamento de crédito, o que, por sua vez, engendrará a depressão caracterizada pela queda de produção, emprego e juros que será difundida pelo sistema:

O que foi dito leva diretamente à compreensão de todos os aspectos primários e secundários do período de depressão, que agora aparecem como parte de um único nexos casual. O boom em si necessariamente leva muitas empresas a funcionar com prejuízos, causa uma queda dos preços além da que é devida à deflação, e adicionalmente provoca deflação mediante a contração do crédito – fenômenos esses que crescem secundariamente no curso dos acontecimentos. Além disso, explica-se tanto a diminuição do investimento de capital e da atividade empresarial, como, por isso, a estagnação das indústrias produtoras de meios de produção (...). Com a queda da demanda de meios de produção, também caem o volume de emprego e a taxa de juros – se for removido o coeficiente de risco. Com a

queda das rendas monetárias, que remonta, em termos causais, à deflação, mesmo que seja aumentada pelas falências etc., a demanda de outras mercadorias finalmente cai e então o processo terá penetrado todo o sistema econômico. O quadro da depressão está completo (SCHUMPETER, 1997, p.222).

O período de depressão se caracteriza como um período de adaptação a essa nova situação que é resultante de uma mudança significativa no sistema e que ocorre de forma rápida, provocando incerteza e irregularidade que se dá em razão da alteração nos dados costumeiros (SCHUMPETER, 1997, p. 223). A reação é a busca de um novo ponto de equilíbrio, o sistema precisa, portanto se acostumar às modificações feitas, e isso só é possível com o tempo e com a experiência adquirida no processo. É importante destacar que para Schumpeter (1997, p. 225), embora a depressão gere muitos incômodos a elementos poderosos do sistema econômico, ela também possui muitos aspectos “agradáveis”, tendo em vista que conduz a uma nova posição de equilíbrio com mais bens, produzidos de maneira mais eficiente, com menores custos e maiores rendas:

Em segundo lugar, à parte a assimilação das inovações que acaba de ocupar a nossa atenção, o período de depressão faz algo mais que não salta tanto à vista quanto os fenômenos aos quais deve o seu nome: cumpre o que o boom prometeu. E esse efeito é duradouro, ao passo que os fenômenos sentidos como desagradáveis são temporários. A corrente de bens é enriquecida, a produção parcialmente reorganizada, os custos de produção diminuídos e o que a princípio aparece como lucro empresarial incrementa depois as rendas reais permanentes de outras classes (SCHUMPETER, 1997, p.228).

É possível perceber, portanto, que há uma ligação de causalidade entre os períodos de *boom* e de decadência do sistema tendo em vista que para o autor as crises atuam sempre como um ponto de renovação, de melhoria do sistema capitalista. Tal interpretação comporta em parte, na flagrante ausência da crítica, um momento de apologética e outro de irracionalismo: a apologética está em sustentar um desenvolvimento linear e sem recuos no capitalismo, um desenvolvimento que é sempre visto de forma positiva, sem que se avaliem os problemas e contradições que dele possam advir, como o caso do desemprego tecnológico que não é abordado por Schumpeter. De outro lado, o irracionalismo aparece no movimento de eterna repetição, de “eterno retorno” dos períodos de *boom* e decadência que se sucedem no tempo de forma a renovar a economia e restaurar o equilíbrio, porque dessa maneira as contradições inerentes ao capitalismo são sempre, sem nunca serem reveladas – aliás, sendo abstraídas o tempo inteiro –, superáveis pelo trabalho dos empresários inovadores.

Uma das mais celebradas contribuições de Schumpeter para a teoria econômica é justamente a dos *Business Cycles*, entretanto uma análise mais detida nos permite perceber que ela não nos traz respostas sobre o *boom* e nem sobre a decadência, não nos explica de fato os seus verdadeiros causadores e mantém a análise em um nível superficial que nem mesmo tenta relacionar os ciclos econômicos com as contradições do próprio modo produtivo capitalista. O desenvolvimento do capitalismo está diretamente associado ao aparecimento de sucessivas crises econômicas, no período imperialista tais crises se apresentam com ainda mais frequência e intensidade, culminando em duas grandes guerras mundiais e na ascensão do nazi-fascismo, tudo isso só na primeira metade do século XX. Isso nos revela o quão instável é a dinâmica do capitalismo, que caminha em meio a períodos de expansão e crescimento da produção bruscamente interrompidos por momentos de decadência que afetam toda a sociedade através de falências, aumento nas taxas de desemprego e miséria. No capitalismo o caráter das crises se torna *ineliminável*:

A análise histórica e teórica do MPC (modo produtivo capitalista) comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: **não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise** (NETTO; BRAZ, 2006, p. 157).

Para Schumpeter, o *boom* surge em razão das inovações, e a decadência – a crise – é caracterizada enquanto uma mera reação ao *boom*, um meio mesmo do sistema alçar um novo ponto de equilíbrio melhor do que o antigo. O desenvolvimento econômico então é sempre para melhor, não há nenhum tipo de crítica sobre o curso que a ordem capitalista impõe, muito menos sobre o que e quem ela atropela no caminho. Como visto, as inovações que engendram os ciclos econômicos são criadas pelo empresário – a categoria que chamamos de *mito* schumpeteriano –, é notável, portanto, como o empresário funciona para mitigar ou até mesmo ocultar a realidade contraditória do sistema. É o empresário o motor do desenvolvimento econômico, desenvolvimento esse que não se dá de forma contínua, linear e ininterrupta, mas, pelo contrário, é um movimento ondulatório de altos e baixos. Além de não tecer maiores considerações acerca do desenvolvimento em sua teoria, não contendo nenhum tipo de crítica do desenvolvimentismo – que é sempre positivo e deve sempre ser buscado e alcançado pelo sistema econômico, não importando a que custo – tal desenvolvimento somente é obtido através da atividade do empresário, aquele indivíduo específico detentor de

qualidades e talentos especiais que não podem ser alcançados por todos os membros do corpo social, mas somente pelos “escolhidos”, pela “estirpe diferenciada”. E essa *minoría especial* que compõe o grupo dos empresários que evidencia o importante papel desempenhado pelo elitismo na *TDE*, que no fundo traduz-se enquanto uma forma de manutenção do *status quo*. O que capturamos da análise da obra de Schumpeter é uma intenção profundamente conservadora que procura manter o controle do desenvolvimento econômico na mão de uma elite, não permitindo que aqueles que não façam parte dessa elite opinem e tomem decisões a respeito. É a teoria das elites que dá a tônica ao trabalho de Schumpeter desde sua juventude, e que será ainda mais desenvolvida com sua teoria política acerca de uma democracia elitista presente na última obra que publicou em vida.

A título de esclarecimento, achamos importante ressaltar por fim que a inovação não pode ser apreendida de forma desvinculada do desenvolvimento econômico aqui, tendo em vista que ela somente é relevante na *TDE* por ser o meio que conduz o sistema ao desenvolvimento. Logo, quando vislumbramos o momento apologético a respeito do desenvolvimento linear que é sempre benéfico para o sistema, vislumbramos também uma apologética da inovação que atua sempre no sentido de buscar esse desenvolvimento. A inovação na *TDE* não se resume e não pode ser entendida somente enquanto inovação tecnológica, pois dessa maneira perderíamos a dimensão total da funcionalidade de seu conceito em Schumpeter. É por esse motivo que não foi desenvolvido aqui um estudo acerca da apologética, do irracionalismo e da crítica da tecnologia em si, mas sim uma análise da inovação enquanto peça conectada ao desenvolvimento econômico. A inovação, bem como o desenvolvimento, é sempre vista enquanto benéfica ao sistema, abstraindo-se de suas antinomias.

Assim podemos afirmar que também a teoria dos ciclos econômicos schumpeteriana abarca em si as duas faces que o pensamento burguês assumiu no seu período de decadência: a apologética referente ao desenvolvimento econômico capitalista, e a irracionalista referente à destruição criativa, capaz de sempre renovar o sistema colocando-o novamente nos eixos, garantindo-lhe um novo equilíbrio, um novo início. No período conturbado que o capitalismo enfrentou no início do século XX, a Teoria do Desenvolvimento Econômico, o seu empresário inovador e as duas facetas do ciclo econômico são funcionais à ideologia burguesa e a manutenção desta classe no poder, demonstrando a decadência ideológica do pensamento de Schumpeter.

3.6 CONCLUSÃO

A *Teoria do desenvolvimento econômico* teve sua primeira edição publicada no ano de 1911, inserida, portanto, nas primeiras décadas da fase imperialista do capitalismo, em um contexto de crises sucessivas e relevantes que três anos depois culminariam na I Guerra Mundial. É sabido que a fase imperialista potencializou a luta de classes, complexificando-a e alçando-a a um novo patamar que repercutiu em todo o pensamento burguês da época: a necessidade de uma ideologia, negada no período precedente, levou a filosofia burguesa à crise e a saída encontrada pela *intelligentzia* burguesa traduziu-se em um progressivo abandono da razão e na continuidade da tendência inaugurada pela apologética vulgar de um afastamento da vida que refletindo nas ciências, tornou-a capaz de “falsificar a realidade” e a transformou muitas vezes em um conjunto de “frases vazias”, mantendo incólume a estrutura econômica e social que sustentava a burguesia (LUKÁCS, 1968, p. 53). A transição entre a apologética vulgar, predominante em boa parte da fase concorrencial do capitalismo, para o irracionalismo, que predomina na fase imperialista não se dá então mediante a uma grande ruptura, mas sim mediante a uma continuidade. Claro que o pensamento imperialista possuía suas peculiaridades em relação ao apologético, entretanto:

Assistimos a uma mudança radical? Não o cremos. Examinando o problema mais de perto, constatamos um impulso no sentido afirmado após 1848, porque é sempre uma camada de intelectuais que faz a filosofia para seu próprio uso. Vemos igualmente que o determinismo social mais rigoroso não deixa de exercer-se em nenhum momento. Somente esse determinismo não equivale à definição direta da forma e o do objeto da filosofia, mas manifesta-se pela criação de uma margem de liberdade de acordo com os interesses da burguesia e se encontra delimitado por esses mesmos interesses. No interior dessa margem, a “intelligentzia” pode elaborar suas doutrinas ideológicas com toda liberdade (LUKÁCS, 1967, p. 36-37).

Na excelente analogia proposta por Coutinho, quando diante do racionalismo apologético (vulgar) e do irracionalismo, nos deparamos com um monstro de duas cabeças e de mesmo corpo: são antíteses do pensamento burguês que nunca poderiam ser superadas por essa classe, conforme o decretado por Marx (*apud* LUKÁCS, 1968, p. 55). Lukács, ao reiterar a incapacidade do pensamento burguês em superar esse contraste, nos diz:

Recordemos que Marx, analisando a subordinação do homem à divisão capitalista do trabalho, sublinha precisamente o caráter estreito e animalesco desta subordinação. Este caráter se reproduz em todo homem que não se rebela, de um modo real e concreto, contra estas formas sociais. **No campo**

ideológico, esta estreiteza encontra expressão no contraste em moda nas concepções do mundo destas últimas décadas: o contraste entre racionalismo e irracionalismo. A incapacidade do pensamento burguês de superar este contraste deriva, precisamente, de que ele tem raízes muito profundas na vida do homem submetido à divisão capitalista do trabalho. (...) O racionalismo é uma direta capitulação, covarde e vergonhosa, diante das necessidades objetivas da sociedade capitalista. O irracionalismo é um protesto contra elas, mas igualmente impotente e vergonhoso, igualmente vazio e pobre de pensamento. O irracionalismo como concepção do mundo fixa esta vacuidade da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-a rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto (LUKÁCS, 1968, p. 69, grifo nosso).

A ciência dominante na etapa imperialista mantém um abismo enorme entre a realidade e o que é desenvolvido no nível do pensamento, que passa somente refletir a superficialidade do real, não adentrando e tampouco tendo habilidade suficiente para captar a sua essência. Dessa maneira, “toda transformação na evolução social se apresenta para o pensamento sob o aspecto de uma ruptura inesperada e apenas pode provocar uma série contínua de crises”, o estágio imperialista é então dominado por uma crise constante em seu pensamento que até 1914 seria de natureza latente, tornando-se evidente mesmo após 1918 (LUKÁCS, 1967, p. 30). É nos marcos do que Lukács chamou de crise *latente* da ciência burguesa imperialista então que se encontra a obra aqui analisada, uma fase mais “transicional” do pensamento burguês, na qual o irracionalismo filosófico na sua variante moderna estava firmando suas raízes, e cujo reflexo podemos apreender nas particularidades do texto schumpeteriano.

Misturando influências que vão da Escola Austríaca de economia, passando pela sociologia alemã de Weber, pelo mito de Nietzsche, pela economia e pela política de Pareto, Schumpeter faz de sua teoria uma verdadeira *sopa eclética* de variados nomes do pensamento burguês na *TDE*. Por mais que alguns reivindicuem uma influência marxista em Schumpeter, tendo mesmo quem o classifique como um *marxista*, não o cremos dessa forma, tendo em vista que apesar de entender o capitalismo enquanto um processo dinâmico, o que Schumpeter desenvolve é a sua própria maneira de reação ao materialismo herdado pela classe proletária. A *TDE* manifesta uma tendência constante de toda a decadência ideológica da burguesia, qual seja a de não apresentar nenhum problema substancialmente novo em razão da necessidade social. Ao buscar solucionar alguns problemas centrais do desenvolvimento econômico capitalista (que ela carrega até no seu título), Schumpeter toma o capitalismo como pressuposto de suas afirmações. É a verdade eterna dos homens, o modo de produção capitalista é projetado sobre o passado e sobre o futuro da humanidade sem que haja qualquer

tipo de indagação mais séria a esse respeito. Há, portanto, na *TDE*, uma naturalização de processos históricos complexos que ao mesmo tempo em que lhe concede inteligibilidade, comparecem como forma objetiva de consciência que é indispensável a sua reprodução, servindo assim como instrumento de manutenção e perpetuação da ordem burguesa.

É dessa maneira, como fruto de um período extremamente instável e que ainda desenvolvia suas potencialidades no plano do pensamento, quando o imperialismo ainda se firmava e a crise de sua filosofia se apresentava como latente, que a *TDE* se apresenta contendo elementos da economia vulgar dominante no período precedente, mas também do irracionalismo. Observem que, conforme ressaltamos acima, a presença de ambos os elementos não é algo contraditório, mas cremos ser até mesmo natural na evolução do pensamento burguês, principalmente quando se trata de um autor que acaba abraçando mais de uma área do conhecimento como é o caso de Schumpeter, pois ambos constituem expressões da funcionalidade social atribuída ao pensamento burguês reacionário desde aquele momento em que a burguesia abraça sua face conservadora, deixando o heroísmo revolucionário e o materialismo dialético a cargo da classe proletária. Assim é interessante notar como a teoria de nosso autor acompanha a tendência expressa na concretude do real, guardando em si demonstrações tanto da apologética quanto do irracionalismo, representando aquele momento turbulento de complexificação da luta de classes que desaguava em várias crises econômicas sucessivas, marcas do período imperialista.

A escolha em analisar inicialmente uma obra de juventude nos permitiu vislumbrar a manifestação de tendências que acompanhariam o autor até o fim da vida, mas que seriam melhor desenvolvidas depois. É o caso, por exemplo, da teoria aristocrática do conhecimento – também chamada de “teoria das elites” –, um signo do irracionalismo filosófico. A teoria das elites funciona como barreira a difusão do conhecimento, pois reserva a poucos iluminados – uma elite – o acesso a pseudo-objetividade dos mitos, que em Schumpeter equivale à possibilidade de se tornar um empresário, a categoria central de sua análise e a responsável por engendrar todo o desenvolvimento econômico. Tal fato indica de forma inequívoca o irracionalismo, mesmo que não totalmente desenvolvido em sua forma típica no pensamento do autor, que surge tentando advogar uma suposta neutralidade, mas que nos permite vislumbrar, em uma análise mais detida, a funcionalidade conservadora que seu pensamento exerce no contexto econômico e social.

A construção do *mito* do empresário perpassa ainda pela atribuição da qualidade de *líder* àquele que assume a responsabilidade de inovar. A caracterização do líder schumpeteriano foi diretamente influenciada pelo pensamento de um outro autor

extremamente relevante para todo o pensamento ocidental: o sociólogo Max Weber. O *führer* (líder) weberiano somente adquire esta classificação em razão de um “carisma” pessoal que é puramente irracionalista, da mesma forma que é também irracionalista a caracterização do empresário e líder schumpeteriano. Apesar de não ser nosso objetivo aqui desenrolar uma estreita comparação entre a teoria de Schumpeter e Max Weber, ou mesmo entre Schumpeter e outros autores que o influenciaram em razão mesmo de nossas limitações temporais para realizar tal estudo, acreditamos ser importante ressaltar essa influência weberiana em Schumpeter que acaba bebendo muito da fonte do tipo social de Weber na construção da categoria empresário, que como já ressaltado por nós, tem também inspiração em Nietzsche. Em *A destruição da razão*, ao analisar a sociologia da Alemanha no período imperialista e tecer suas considerações sobre Weber, Lukács afirma:

Por onde Max Weber só expulsa o irracionalismo da metodologia, da análise dos fatos concretos, para introduzi-lo como a base filosófica de sua concepção do mundo, com uma decisão até então desconhecida na Alemanha. Por outra parte, esta eliminação do irracionalismo do campo da metodologia não é tampouco, nem muito menos, total. **Por quanto que a sociologia de Max Weber relativiza tudo ao reduzi-lo aos tipos racionais, seu tipo de *führer* não tradicional, que adquire esta classificação graças ao seu “carisma” pessoal, é também algo puramente irracionalista. Mas, ainda prescindindo disto, não cabe dúvida de que o raciocínio exposto acima marca pela primeira vez, com traços reais, a transição do neokantismo imperialista para a filosofia irracionalista existencial.** Por isso não tem nada de estranho que Jaspers descubra em Max Weber um novo tipo de filósofo. Com quanta força expressa Max Weber, neste ponto, a tendência geral da intelectualidade alemã mais cultivada (e, no político, orientada para a esquerda) do período imperialista; até que ponto sua rigorosa cientificidade não é mais que um caminho até a definitiva instauração do irracionalismo na concepção; quão indefesos se encontravam, então, os melhores intelectuais da Alemanha antes do assalto do irracionalismo, o demonstra - para trazer só um exemplo - a seguinte passagem de uma carta de Walter Rathenau: “Queremos chegar com a linguagem e com as imagens do intelecto até as portas da eternidade; não para derrubá-las, mas para acabar com o intelecto ao realizar-lo”. **Desta atitude ao predomínio absoluto do irracionalismo não falta mais que um passo: a renúncia total a este “rodeio” através do intelecto e da cientificidade.** Passo que não terá que se esperar muito. No fundo, Spengler não fará mais que construir com seu estilo diletante e sua aberta mitologia, o mesmo trânsito do relativismo extremo à mística irracionalista que Max Weber expõe a maneira de uma confissão, em sua passagem da ciência exata à concepção do mundo (LUKÁCS, 1959, p. 500, *tradução livre, grifo nosso*).

Weber não foi um representante da fase em que o predomínio do irracionalismo deu-se de forma absoluta, guardando consigo algumas particularidades referentes ao período

transicional em que se deu sua evolução. Entretanto, o curso de sua sociologia foi um dos responsáveis por pavimentar o caminho para o domínio irracionalista completo que culminaria na barbárie fascista. Vislumbramos em Schumpeter semelhante situação, pois não o cremos como um representante típico do irracionalismo, ele, como sendo produto das primeiras décadas da etapa imperialista, ainda guardava resquícios do racionalismo, no entanto não há dúvidas de que as tendências irracionalistas já ecoavam em sua teoria como no caso do empresário inovador que causa uma ruptura no sistema capaz de desencadear o processo de desenvolvimento econômico. É o empresário e sua ação – o empreendimento – que impulsionam o sistema rumo ao desenvolvimento, é ele o motor, o *primum mobile* do desenvolvimento econômico. O mito do empresário, de inspiração irracionalista, funciona como forma de abstrair as contradições da realidade, tendo em vista que além de elitista, contribui para que a análise schumpeteriana mantenha-se no nível da aparência (circulação), e não da essência (produção) visto que a ação empresarial é a alavanca de um processo de eterna renovação do sistema. A ação empresarial inovadora é o que corrige o sistema sempre, tornando a colocá-lo “nos eixos”, em busca de um novo ponto de equilíbrio.

O *mito* do empresário também é responsável na *TDE* por gerar uma acumulação de riqueza através do lucro empresarial obtido com a inovação bem-sucedida, acumulação essa que, por sua vez, irá causar a alternância de famílias no topo da hierarquia social. A alternância de famílias é só um modo que Schumpeter encontrou para negar peremptoriamente a luta de classes como o motor do desenvolvimento histórico, substituindo-a por uma teoria de alternância da luta de famílias que é um completo falseamento da realidade com tons aristocráticos. Como vimos, desde o surgimento da economia marxista, torna-se impossível ignorar a luta de classes como fator fundamental do desenvolvimento social estudado a partir da economia, e é justamente em razão disso que tivemos a sociologia surgindo como ciência autônoma e especializada, com um método próprio e elaborado que tinha como paralelo na ciência econômica a fuga da análise dos momentos de produção e reprodução de mercadorias, e uma fixação na análise do momento de circulação que tem na aceitação da teoria marginalista do valor sua maior expressão (LUKÁCS, 1968, p. 65). A *TDE* de Schumpeter acompanha justamente esse movimento captado por Lukács: ele não só nega a luta de classes, em uma orientação claramente apologética do capitalismo, como também adota a teoria subjetiva da utilidade marginal como seu ponto de partida, negando a teoria objetiva do valor trabalho.

A escola neoclássica de economia influencia diretamente Schumpeter, que teve como mestres e colegas grandes nomes da Escola Austríaca. Isso é facilmente apreensível porque

nosso autor utiliza a teoria marginalista como ponto de partida para a construção de sua teoria do desenvolvimento econômico, uma teoria que não representa nenhum avanço na problemática posta pelos economistas burgueses clássicos, mas pelo contrário, é uma regressão. A economia política clássica não se tratava de uma disciplina particular que buscava efetuar um recorte da realidade para chegar ao seu objeto específico e dessa maneira analisá-lo de forma autônoma, mas, pelo contrário, ao centrar sua atenção nas questões relativas do trabalho, valor e dinheiro, essa vertente da economia era interessada em compreender o conjunto das relações sociais que surgiam no Antigo Regime (NETTO; BRAZ, 2006, p. 17). Isso quer dizer que os clássicos tinham interesse na totalidade do processo social, não almejavam a construção de uma ciência especializada, particularizada, que poderia ser apartada do todo social, é por isso que:

Nas suas mãos, a Economia Política se erguia como fundante de uma *teoria social, um elenco articulado de idéias que buscava oferecer uma visão de conjunto da vida social*. E mais: os clássicos não se colocavam como “cientistas puros”, mas tinham claros objetivos de intervenção política e social (NETTO; BRAZ, 2006, p. 17).

Já os neoclássicos, que surgiram pós-1848, quando a burguesia já instaurava seu domínio de classe, funcionam de modo a conservar o *status quo* daquela classe, que naquele momento já não era mais progressista. A economia política clássica deixou de ser compatível com a burguesia porque a partir da teoria do valor-trabalho era possível extrair consequências socialistas. Se antes ela era uma arma da burguesia contra a nobreza, agora ela passava a ser uma arma do proletariado contra a burguesia, e, portanto, precisava ser silenciada. Uma das formas encontradas para isso, além da especialização mesquinha das ciências sociais, foi a substituição da teoria do valor-trabalho pela da utilidade marginal como forma de determinar o valor, visto que esta última não permite a demonstração do caráter explorador do capital em face do trabalho. Conforme Netto e Braz (2006, p. 21) não só a teoria do valor-trabalho era incompatível com a nova posição assumida pela burguesia, mas também qualquer pesquisa da vida social feita a partir do âmbito da *produção* dos bens materiais. A economia pós-1848, para se adequar às novas pretensões burguesas, se torna especializada, “institucionaliza-se como disciplina particular, específica, marcadamente técnica, que ganha estatuto científico-acadêmico” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 22). Configurando elemento de ruptura com a chamada Economia Política Clássica, a economia neoclássica herda a consideração das categorias econômicas próprias do regime burguês como elementos supra-históricos, eternos, que não deveriam ser alvo de mudança, pois isso custaria a “ordem social”, no entanto, deixa

de lado as conquistas do período clássico que poderiam servir de crítica do regime burguês e se reduz à mera matematização que renuncia a qualquer pretensão de compreensão do todo social (NETTO; BRAZ, 2006. p.23). É nesse tipo de economia, chamada de “economia vulgar” por Marx, que se enquadra a teoria desenvolvida por nomes como Jevons, Walras e Menger, e que desde o fim do século XIX até os dias atuais se desenvolveu em inúmeras especialidades e escolas diferentes, muitas vezes lideradas por intelectuais competentes e de renome, como é o caso do aqui estudado, Joseph Schumpeter (NETTO; BRAZ, 2006, p. 22).

Por sua vez, o lucro empresarial schumpeteriano, que é o resultado advindo das inovações bem-sucedidas quando colocadas em prática pelo empreendedor em determinado ramo produtivo, configura um excedente sobre os custos de produção que não é expressão do mais-valor, visto que o ponto de partida de Schumpeter é a referida economia neoclássica que substituiu a teoria objetiva do valor-trabalho pela teoria subjetiva da utilidade marginal. Assim não há um reconhecimento da exploração do trabalho e da extração da mais-valia que são ignoradas pelo economista. A negação da mais-valia que se esconde sobre o manto do lucro empresarial é outra forma estratégica da apologética do sistema capitalista e do poder nas mãos da burguesia, pois eclipsa a realidade para enaltecer o sistema.

Como figura central na *TDE*, o empresário ainda tem sua ação irradiada até os *Ciclos Econômicos* que são engendrados através das inovações que surgem em blocos. Os chamados ciclos econômicos são assim compostos por períodos de *boom* e decadência que se relacionam em um processo causal. Para Schumpeter, o *boom* causaria a crise do sistema, no entanto o período de crise não teria somente consequências ruins, mas seria também benéfico por colocar o sistema econômico em um novo estágio de equilíbrio, configurando, portanto, um período de adaptação. Como reiterado algumas vezes nesta exposição, os períodos de crise são em verdade uma forma de sempre melhorar, renovar o sistema. Nesse sentido, se é o empresário que engendra os ciclos econômicos, é ele quem renova a ordem burguesa ao perpetuar o eterno movimento de vai e vem do *boom* e da decadência, e assim temos o *mito* do empresário funcionando como um meio de encobrir sob sua capa as contradições do real ao mesmo tempo em que enaltece o progresso da ordem burguesa.

Não restam dúvidas de que a construção teórica mais importante da obra analisada é o empresário (ou empreendedor) que funciona como motor do desenvolvimento econômico e histórico. Uma *mitificação* da realidade calcada na teoria aristocrática do conhecimento que não lhe permite ser acessada pelo todo social, mas apenas por alguns *superiores*, detentores de um certo tipo de conhecimento, de um certo tipo de vontade e de peso social para *liderar*. A necessidade de um empresário que detém certa capacidade de liderança em razão de uma

suposta “autoridade” que só alguns poucos escolhidos são capazes de alçar é uma noção bastante característica de um pensamento irracionalista e aristocrático, tendo sido a ideia do “líder” bem comum no pensamento alemão pré-nazista, levado aos extremos no ideário de pensadores como o jurista Carl Schmitt, por exemplo. O empresário representa uma pseudo-solução aos problemas colocados pela materialidade capitalista tão contraditória do período imperialista, sob ele Schumpeter esconde as agruras do capitalismo, não permitindo entrever a luta de classes, a exploração do trabalho e a conseqüente extração da mais valia, nem a contraditoriedade que existe no desenvolvimento do capitalismo que se dá de forma indissociável ao surgimento de crises econômicas capazes de afetar toda a sociedade de forma cruel.

A *TDE* é reflexo do momento em que foi produzida, traz em suas páginas uma amostra do compromisso que os intelectuais do período imperialista assumiram com burguesia para a manutenção da ordem burguesa. A transição da etapa concorrencial para a etapa imperialista marca a mudança da fase do pensamento burguês dominada pelo agnosticismo e pela apologética vulgar para a fase dominada pelo irracionalismo e pela crítica romântica do capitalismo, e essa mudança na materialidade que repercute na necessidade de uma mudança no pensamento é registrada na *TDE*: ali se encontram presentes as duas cabeças antitéticas do “monstro” de mesmo corpo que é o pensamento burguês. A *TDE* engloba uma apologética vulgar do modo produtivo capitalista marcada pela defesa cega de processos que no fundo são contraditórios através da exaltação de uma suposta harmonia existente no movimento ondulatório dos ciclos econômicos e, por conseguinte, no desenvolvimento econômico do capitalismo, nunca apontando as mazelas sociais e ecológicas que caminham junto com esse processo, e também uma apologética da inovação que é feita junto à apologética do desenvolvimento econômico, pois o último não pode ser entendido e nem sequer existiria se não houvesse o primeiro. A apologética da inovação e da técnica é um problema na medida em que representa uma defesa cega de processos que ao fundo são contraditórios, como se o progresso tecnológico fosse capaz de resolver tudo, quando, no entanto, dentro da lógica capitalista ele apresenta também suas faces contraditórias como as que tangem o desemprego tecnológico, a miséria, e a destruição ambiental. Importante deixar claro que de forma alguma a posição materialista propõe um retorno à pré-história ou ao bucolismo feudal, o que ela propõe é uma abordagem crítica do uso que o capitalismo faz da tecnologia e os efeitos que isso pode trazer para a sociedade como um todo, coisa que não é em momento algum abordada no texto schumpeteriano, motivo pelo qual constatamos a presença dessa apologética cega do *progresso*. De outro lado está a, a categoria central da obra aqui analisada

– o empresário –, categoria esta que se encontra eivada de irracionalismo que emana do *mito* schumpeteriano. Já a crítica romântica do capitalismo, expressão irracionalista de uma fase ainda mais avançada do imperialismo, que continha em si até mesmo um certo sentido de revolta contra a cultura burguesa – mas mantinha incólume as estruturas sócio econômicas que sustentavam a ordem burguesa – ainda não havia sido desenvolvida no pensamento schumpeteriano. No entanto, conforme veremos no capítulo seguinte, na sua última obra publicada em vida, Schumpeter abraçará com força o anticapitalismo romântico.

4 CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA: O SOCIALISMO DE SCHUMPETER COMO TERCEIRA VIA

Capitalismo, Socialismo e Democracia foi a última obra escrita por Schumpeter em vida, e tornou-se uma de suas obras mais célebres. Nela o autor busca questionar e criticar alguns preceitos fundamentais ao liberalismo clássico, com foco principal na crítica da democracia liberal clássica. Tece longas críticas ao utilitarismo e à sua noção de que existiria uma vontade popular claramente definida e pautada num consenso coletivo feito de forma abstrata, para denunciar a exploração política que haveria na teoria clássica da democracia. É nesta célebre obra que Schumpeter decreta o fim do capitalismo, posterior advento daquilo que ele chamou de “socialismo”. Publicada pela primeira vez em 1942, durante a II Guerra Mundial (1939-1945), a obra é fruto do período de extrema turbulência vivido naquele fim da primeira metade do século XX, que além de duas grandes guerras, já havia sido maltratado por uma grande depressão que assolou o globo em 1929.

Sendo *Capitalismo, socialismo e democracia* a obra mais social e política de Schumpeter⁹ É com um tom muitas vezes pessimista que o economista vai nos conduzir à sua elaboração de uma teoria democrática de contornos elitistas e à transição que ele acreditava ser a mais “adequada” para o socialismo após a implosão da ordem burguesa. No entanto, conforme buscaremos demonstrar de forma suficiente, tal obra já se encontra inserida em um contexto histórico mais dominado pelo irracionalismo, e reflete isso ao ser tomada de assalto pela crítica romântica do capitalismo, que Schumpeter expressa através do que ele chamou de socialismo.

Em *Capitalismo Socialismo e Democracia*, obra da maturidade de Schumpeter, encontramos ainda tendências que já haviam aparecido na *Teoria do Desenvolvimento Econômico* como é o caso da teoria aristocrática ou elitista do conhecimento que aqui fundamenta a construção teórica da democracia de Schumpeter. Entretanto, diferentemente da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, que era proveniente de um período em que a crise do irracionalismo ainda se encontrava latente, *Capitalismo, Socialismo e Democracia* advém do período que o mundo enfrentava o terror do nazi-fascismo e, pela segunda vez, de uma grande

⁹ As outras obras do autor teorizavam muito mais sobre economia do que sobre as ciências sociais e políticas, com exceção talvez dos ensaios sobre Imperialismo e Classes Sociais. Tal separação da teoria schumpeteriana já é, por sua vez, um sintoma da especialização mesquinha que acometeu o pensamento burguês na fase da decadência ideológica da burguesia.

guerra, quando a decadência burguesa atingia o seu ápice. Não haveria como tal fato não repercutir enormemente no pensamento da época, e não é diferente com a obra aqui analisada, que diante de todo o desespero imputado pelo período, busca firmar suas bases por intermédio de uma crítica meramente aparente da ordem burguesa em razão da impossibilidade incontornável de defender, como outrora foi possível, sua harmonia. É assim que Schumpeter vai decretar o fim do capitalismo, mas ao mesmo tempo vai propor uma transição socialista via conciliação de classes.

O que a análise aqui realizada pretende demonstrar de forma satisfatória é, portanto, o enquadramento de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* nos marcos da decadência ideológica da burguesia em razão de sua reação ao materialismo e ao socialismo que nela se realiza, principalmente, através da crítica romântica que aponta para o delineamento de um “terceiro caminho” alternativo à solução marxista, mas que em verdade não passa de uma apologética indireta do capitalismo.

4.1 SCHUMPETER E A CRÍTICA À MARX: UMA FORMA DE REAÇÃO AO MATERIALISMO

4.1.1 A “especialização mesquinha” schumpeteriana como método de análise das classes sociais

Os quatro primeiros capítulos que abrem *Capitalismo, Socialismo e Democracia*¹⁰, intitulados “Marx, o profeta”, “Marx, o sociólogo”, “Marx, o economista” e “Marx, o professor”, são dedicados à realização de uma apresentação crítica de Karl Marx e de sua teoria. Desde o início da *CSD*, portanto, Schumpeter já nos entrega uma reação escancarada à Marx que, muitas vezes, é pautada em uma não compreensão verdadeira do economista alemão, muito embora o economista austríaco reconheça a importância da teoria marxista e até absorva em determinado grau a noção *dinâmica* do sistema capitalista, conforme afirmado no capítulo anterior.

Compreender o capitalismo enquanto um sistema dinâmico, contudo, não impede Schumpeter de abrir mão da economia subjetivista vulgar desenvolvida pelo pensamento apologético burguês em meados do século XIX. Substitui-se a teoria do valor-trabalho pela

¹⁰ Daqui em diante usaremos a sigla *CSD* para nos referirmos à obra *Capitalismo, Socialismo e Democracia* em razão da quantidade de vezes que o título aparecerá no decorrer do texto.

teoria da utilidade marginal, e tal desprezo por uma teoria do valor objetiva se dá, claro, como forma de evitar que a consciência sobre as contradições inerentes ao sistema capitalista seja atingida. Schumpeter descarta de forma deliberada o materialismo que lhe permitiria apreender a totalidade do real como um processo em constante mudança, o que, por sua vez, implicaria na compreensão do desenvolvimento histórico como uma marcha contraditória. A consequência direta desta atitude não pode ser outra que não a apologética do capitalismo, seja ela feita de forma explícita ou implícita:

Ao mesmo tempo em que Schumpeter endogeniza o avanço técnico que para ele é a marca do desenvolvimento capitalista – aspecto ausente do modelo walrasiano – ele minimiza as contradições que Marx vê no capital como uma relação social antitética e convulsiva entre capitalistas e trabalhadores. Daí o fato das crises do aparato produtivo serem entendidas por Schumpeter como meros episódios de um aperfeiçoamento natural, e não como sintomas da contradição profunda de um modo de produção regido pela anarquia da produção e pela valorização do capital através do trabalho abstrato separado das necessidades sociais (FELDMANN, 2013, p. 76-77):

Apontamos desde logo que o socialismo elaborado na *CSD* nada tem em comum com o socialismo da teoria marxista, exceto o nome, visto que Schumpeter adulto segue negando pontos cruciais da teoria de Marx como a luta de classes, a teoria do valor trabalho e a acumulação primitiva, o que o leva a renunciar à noção de totalidade em si. O caminho iniciado por Schumpeter na *Teoria do Desenvolvimento Econômico (TDE)* não sofre grandes alterações neste ponto, mantendo-se, portanto, uma continuidade daquela posição de fundo acrítico em relação ao capitalismo também na *CSD*. Sobre a acumulação primitiva e a luta de classes, Schumpeter afirma:

Isso, porém, vicia a teoria nas suas fontes tanto históricas quanto lógicas. Como a maioria dos métodos de acumulação posterior – a acumulação primitiva, tal como era, prossegue durante toda a era capitalista –, não é possível dizer que a teoria de Marx das classes sociais esteja inteiramente certa, salvo nas dificuldades com processos em um passado remoto. Mas é supérfluo, talvez, insistir nas deficiências de uma teoria que, mesmo nos exemplos mais favoráveis, não se aproxima do núcleo do fenômeno que ela se propõe a explicar e que jamais deveria ter sido levado a sério. Podem-se encontrar esses exemplos principalmente na época da evolução capitalista que derivou o seu caráter do predomínio da empresa de tamanho médio administrada pelo proprietário. **Além do alcance desse tipo, as posições de classe, embora na maior parte dos casos refletissem mais ou menos posições econômicas correspondentes, costumam ser mais a causa do que a consequência destas: obviamente, o sucesso nos negócios não é em toda parte o único caminho da eminência social, e, somente ali onde ele o é, a propriedade dos meios de produção pode determinar causalmente a**

posição de um grupo na estrutura social. Entretanto, mesmo assim, tornar a propriedade o elemento definidor é tão razoável quanto seria definir o soldado como um homem que porventura está armado. A divisão hermética entre pessoas que (com os seus descendentes) devem ser eternos capitalistas e outras que (com os seus descendentes) devem ser eternos proletários não só é totalmente irreal – coisa que já se mostrou muitas vezes – como perde de vista o ponto principal das classes sociais: a incessante ascensão e queda de famílias individuais aos estratos superiores e para fora deles. Todos os fatos a que me refiro são óbvios e inegáveis. Se eles não figuram na tela marxista, o motivo só pode estar nas suas implicações não marxistas (SCHUMPETER, 2017, p. 36-37, *grifo nosso*).

O referido trecho nos mostra que Schumpeter nega a teoria da luta de classes como motor da história e a substitui pela sua teoria de alternância das famílias no topo da hierarquia social que tem inspiração em Pareto. Conforme demonstrado no capítulo anterior, a ascensão e queda das famílias no topo da hierarquia social é fomentada pela atividade empresarial, que ao conquistar os lucros provenientes dos empreendimentos bem-sucedidos consegue alçar posições de classe mais altas. Schumpeter aduz que Marx atribuiu às massas, de modo bastante irrealista, “a obsoleta noção de consciência de classe”, tendo dessa maneira falsificado a verdadeira psicologia do operário que seria centrada no desejo de vir a ser pequeno-burguês (SCHUMPETER, 2017, p. 21). A definição schumpeteriana de classes sociais é feita de forma separada das contribuições econômicas, já Marx, por sua vez, teria tornado suas classes puros fenômenos econômicos, o que o impedia de ter uma visão mais profunda desses fenômenos (SCHUMPETER, 2017, p. 37)¹¹. Schumpeter incide então no erro de muitos de seus contemporâneos: o de concluir que haveria um determinismo econômico

11 Em “Imperialism & Social Classes”, Schumpeter aduz: “Na teoria econômica, um proprietário de terra é qualquer pessoa que possua os serviços da terra. Mas não apenas essas pessoas não formam uma classe social. Eles estão divididos por uma das separações de classe mais evidentes de todas. E a classe trabalhadora, no sentido da teoria econômica, inclui o próspero advogado e o escavador. Essas classes são classes apenas no sentido de que resultam da classificação acadêmica de assuntos econômicos. No entanto, muitas vezes eles foram pensados e falados como se fossem classes no sentido do fenômeno social que nós buscamos investigar. As duas razões que explicam essa situação tornam-na mais problemática do que seria. Em primeiro lugar, há o fato de que a característica pela qual o economista a classifica tem alguma conexão com o fenômeno real. Depois, há o fato de que o teórico da economia acha extremamente difícil se limitar a seus problemas, resistir à tentação de animar sua apresentação com algo que fascina a maioria de seus leitores – em outras palavras, atijar sua locomotiva com o potente motor da luta de classes. Daí decorre o fato de algumas pessoas verem qualquer distinção entre a teoria econômica e os fatos da classe social como evidência do fracasso mais abissal de entender o ponto em questão; enquanto outros vêem qualquer fusão dos dois como o erro analítico mais crasso. Daí decorre também o fato de que o próprio termo luta de classes, sem falar na ideia por trás, caiu em descrédito entre as melhores mentes da ciência e da política” (SCHUMPETER, 1966, p.106, *tradução livre*).

em Marx. O pertencimento a uma dada classe social seria determinado pela consciência e pela experiência partilhada de forma comum pelos indivíduos. Ao contrário do que alegava sobre Marx, o economista austríaco assumia uma definição de classe que era sociológica e pautada em um “espírito comum”, contrapondo-se à definição econômica marxista¹².

Essa contraposição entre o que seria a definição “econômica” realizada por Marx, e a definição “sociológica” de Schumpeter nos remonta à especialização mesquinha que marca o nascimento das ciências sociais como ciência autônoma já no período em que a decadência ideológica da burguesia imperava. A divisão social capitalista do trabalho submete a si todos os campos da atividade material e espiritual, se insinuando na alma de cada um e sendo capaz de provocar profundas deformações que se revelam nas mais variadas formas ideológicas, constituindo a capitulação a essas deformações psíquicas um dos traços fundamentais da decadência ideológica da burguesia (LUKÁCS, 1968, p. 63). A especialização mesquinha presente em Schumpeter é um dos sintomas da submissão do pensamento à divisão capitalista do trabalho, entretanto sua verdadeira razão de ser não se dá na mera incapacidade das ciências sociais burguesas superarem a especialização em razão da “vastidão da amplitude do saber humano”, mas sim porque a autonomia concedida à sociologia permite que os ideólogos burgueses estudem “as leis e a história do desenvolvimento econômico separando-as da economia”, uma tendência objetivamente apologética aplicada com o claro intuito de fugir da luta de classes como motor do desenvolvimento social (LUKÁCS, 1968, p. 64-65).

Não há dúvidas de que Schumpeter mantém separada a esfera econômica de sua análise das classes sociais com a intenção de não permitir uma definição de classes que refletisse posições estruturais dadas pelo modo de produção capitalista, afirmando ainda que a conjugação dessas esferas numa retroalimentação – ou seja, a apreensão da totalidade – constituiria um erro da teoria marxista. Da mesma forma que a economia é dinâmica, se encontrando em constante transformação, a ordem institucional também o é para Schumpeter. No entanto, para ele há sempre a presença de *atavismos*, elementos que foram moldados no passado, e que ainda se perpetuam no presente, garantindo a sobrevivência de classes sociais quando os elementos estruturantes dessas já foram superados pelo curso da história (FELDMANN, 2013, p. 48). É dessa maneira que o economista austríaco busca explicar sua teoria de alternância de famílias no seio da sociedade, lembrando que essa alternância é

12 “Classe é algo mais que uma agregação de membros. É algo além, e esse algo não pode ser reconhecido no comportamento do membro da classe individual. Uma classe tem consciência de sua identidade como um todo, sublima-se como tal, tem sua própria vida peculiar e seu “espírito” característico” (SCHUMPETER, 1966, p.107, *tradução livre*).

impulsionada pela atividade do empresário inovador que, quando bem-sucedida, gera um monopólio de lucro temporário, permitindo a mudança de famílias no interior de uma classe, a migração de uma classe para outra, e podendo até mesmo culminar em uma ascensão e queda de classes sociais inteiras no topo da hierarquia social. Para Schumpeter, portanto, as barreiras entre uma classe social e outra não seriam intransponíveis, e essa transposição de barreiras entre uma classe e outra dependeria daquele indivíduo heróico: o empresário inovador, o motor que impulsiona as transformações no sistema capitalista.

A partir daí Schumpeter extrai conclusões importantes como a referente à relevância atribuída por Marx à acumulação primitiva na alternância das classes sociais. Conforme Feldmann:

Tal ideia para Schumpeter minimizava a importância do comportamento e dos motivos específicos que permitiam certas famílias terem sucesso ou fracasso nos negócios. Haveria então diferentes padrões que deveriam ser levados em conta como a disposição de se poupar – logo, não consumir –, investir e fundamentalmente a questão da ousadia no ato de inovar. Aqui Schumpeter faz nítido eco com Sombart. Este último, também criticava Marx por priorizar o “capital despersonalizado”, em detrimento da análise concreta dos móveis e esforços dos homens de negócios (FELDMANN, 2013, p.48-49).

Os empreendedores, apesar de não formarem uma classe social, seriam os responsáveis por fazerem determinado grupo de pessoas atingirem o status social de burgueses ou capitalistas. Ou seja, somente mediante o sucesso da atividade empresarial seria possível para um proletário se tornar um burguês. No entanto, não podemos perder de vista que a própria concepção de empresário para Schumpeter é elitista, pois se encontra condicionada não só à propriedade privada dos meios produtivos que permitiria a realização de novas combinações, como também à necessidade de um certo conhecimento ou habilidade específica que é reservada a poucos eleitos. Dessa maneira, o acesso às classes mais altas estaria reservado não a todos os indivíduos que compõem o corpo social, mas somente a alguns destes. Eis aí uma clara demonstração do elitismo schumpeteriano, tendo em vista que nem a existência de recursos prévios fornecidos pela acumulação primitiva bastariam para que um indivíduo pudesse alçar uma determinada posição de classe se ele não tivesse as características que determinam o empresário, como *ousadia* e liderança:

As posições de classe, embora na maior parte dos casos refletissem mais ou menos posições econômicas correspondentes, costumam ser mais a causa do que a consequência destas: obviamente, o sucesso nos negócios não é em

toda parte o único caminho da eminência social, e, somente ali onde ele o é, a propriedade dos meios de produção pode determinar causalmente a posição de um grupo na estrutura social. Entretanto, mesmo assim, tornar a propriedade o elemento definidor é tão razoável quanto seria definir o soldado como um homem que porventura está armado (SCHUMPETER, 2017, p. 37).

Schumpeter critica dessa maneira a importância que Marx concede à acumulação primitiva em sua análise, além de mitigar a importância da propriedade privada dada pelo autor alemão como fator fundamental do capitalismo burguês. A crítica à relevância da propriedade privada não é feita em um sentido em que não fosse necessária à inovação, pelo qual se mantém uma apologética da propriedade privada, entretanto não há a necessidade de uma obtenção prévia dessa propriedade dos meios produtivos, pois o fornecimento de crédito pelos banqueiros capitalistas supre essa necessidade através do fornecimento de crédito que permite ao empresário o acesso a esses meios. O que Schumpeter não enxerga é que o acesso ao crédito torna o indivíduo um proprietário.

A luta de classes em Schumpeter está longe de exercer o papel de “motor da história”, sua teoria de alternância de famílias no poder impulsionada pela atividade da elite empresarial é muito mais próxima da teoria de “circulação das elites” de Vilfredo Pareto¹³ do que da teoria de luta de classes marxista. Quando Schumpeter faz um recorte, separando o modo com que as classes sociais se estruturam e se dinamizam das relações de produção, atendo-se ao papel desempenhado por seu agente heróico, o “líder” empresarial, ele torna a dinâmica de tais classes dependente de fatores subjetivos, retirando a importância de fatores estruturais objetivos que produzem e reproduzem o conflito de classes. Ao minimizar a importância que as bases materiais e estruturais do modo de produção capitalista possuem na dinâmica das classes sociais, Schumpeter perde de vista a noção de totalidade em movimento e a relação dessas classes com essa totalidade.

Como vimos, o desprezo pela luta de classes é um dos aspectos marcantes do apologética do capitalismo, que busca manter afastada da realidade os problemas das

13 Conforme Feldmann, Schumpeter faz um elogio à teoria paretiana em sua obra intitulada “Dez Grandes Economistas”. Na sua tese doutoral, o autor cita o seguinte trecho de Schumpeter sobre Pareto: “apóia-se na proposição de que todas as sociedades consistem em massas heterogêneas de membros (...) e estão estruturadas de acordo com a aptidão desses membros para as correspondentes funções sociais (...). Com uma expressão que lembra a primeira sentença do Manifesto Comunista, Pareto proclamou que a história é essencialmente a história da sucessão das aristocracias. (...) O processo histórico não é o resultado do conflito de classes sociais como um todo, mas o resultado do conflito de suas minorias dominantes”. (SCHUMPETER, 1985, p. 137-140, *apud* FELDMANN, 2013, p. 51).

contradições inerentes ao sistema. A cisão da esfera econômica e social seguindo a especialização mesquinha imputada pela divisão social do trabalho torna a obra do economista, do sociólogo, do historiador (entre outros) incomunicáveis, uma não tendo mais nada para contribuir com a outra, impendido que houvesse uma imbricação dialética entre as áreas que conduzisse à descoberta de reais conexões do desenvolvimento social (LUKÁCS, 1968, p. 64). A forma com que Schumpeter efetiva uma cisão das esferas econômicas e sócio-política para a compreensão do fenômeno das classes sociais, na qual elas deixam de se apresentar em um espectro de relações em que a primeira esfera influencia a segunda, ao mesmo tempo em que é por ela influenciada, para então serem apreendidas de modo estanque, configura sobremaneira a especialização do pensamento que a decadência ideológica da burguesia tornou o método das ciências. A sociologia, que surge como um campo autônomo do saber, deixa de se inter-relacionar com a economia porque somente dessa maneira seria possível estudar as leis e a história do desenvolvimento social ignorando a luta de classes como fato fundamental do desenvolvimento. Ora, é justamente isso o que Schumpeter faz com sua teoria sobre as classes sociais, isola o elemento econômico para que dessa maneira seja possível negar elementos da teoria marxista que apontariam para as contraditoriedades do modo capitalista de produção. A teoria schumpeteriana na *CSD* surge, portanto, acrítica, atendo-se à mera descrição dos fenômenos e à apreensão imediata da realidade, recolhendo dados da realidade social de forma aleatória e fragmentada para que assim fosse possível manipulá-los através de uma união entre ecletismo e relativismo.

4.1.2 “Marx, o profeta”: a ideologia do “terceiro caminho” como reação ao materialismo

Dando seguimento à exposição da reação de Schumpeter à Marx, além da negação da luta de classes, temos o primeiro capítulo da *CSD*, intitulado *Marx, o profeta*, que contém uma grande tentativa da parte de Schumpeter em desacreditar o marxismo através da realização de uma analogia que coloca a teoria marxista como uma espécie de religião, que continha até mesmo “seguidores fervorosos”. Marx seria, portanto, algo como um profeta, o que é uma clara investida no sentido de tentar retirar a carga científica do materialismo histórico-dialético, esvaziando-o de sentido:

Não foi por descuido que se inseriu uma analogia com o mundo da religião nesse capítulo. Há mais do que analogia. **Em um importante sentido, o marxismo é uma religião. Para o crente, apresenta primeiramente um sistema de fins últimos encerram o significado da vida e são padrões**

absolutos pelos quais julgar os fatos e as ações; e, em segundo lugar, um guia para esses fins que implica um plano de salvação e a indicação do mal do qual a humanidade, ou uma parcela escolhida da humanidade há de ser salva. Podemos especificar ainda mais: o socialismo marxista pertence ao subgrupo que promete o paraíso do lado de cá do túmulo (SCHUMPETER, 2017, p. 19, *grifo nosso*).

São essas as palavras que abrem o primeiro capítulo da obra aqui analisada, uma tentativa de descrédito da teoria marxista enquanto ciência, e de Marx enquanto cientista. Schumpeter atribui o sucesso do marxismo a esse apelo supostamente religioso, pois “uma façanha puramente científica, ainda que fosse muito mais perfeita do que no caso de Marx, jamais teria ganhado imortalidade, no sentido histórico, como a dele” (SCHUMPETER, 2017, p. 19). Essa refutação do materialismo histórico remete à elaboração, no plano da filosofia, de uma “terceira via”, que oferecia argumentos para a realização de um ataque à polêmica clássica e característica do pensamento burguês correspondente à fase imperialista do capitalismo entre o materialismo histórico-dialético e o idealismo filosófico. Sobre a terceira via filosófica:

Uma luta real contra o materialismo com ataques aparentes contra o idealismo se arroga a pretensão de apresentar uma ‘nova’ filosofia que se sobrepõe por fim a falsa contraposição de materialismo e idealismo, descobrindo no campo filosófico uma ‘terceira via’. E, como esta afinidade abarca sobre pouco mais ou menos todos os problemas essenciais da filosofia, deve servir de base para reprimir o pragmatismo (LUKÁCS, 1959, p. 18, *tradução livre*).

A adesão de Schumpeter à construção de uma “terceira via” se dará por completo quando ele introduzir a temática referente à transição do capitalismo para o socialismo, no entanto, a reação ao materialismo já fica evidente logo no início de sua obra. Mais para frente, no decorrer do capítulo, analisaremos mais detidamente a concepção schumpeteriana de socialismo como sendo uma reação a disputa que se encontrava em voga no cenário mundial da época entre o modo capitalista de produção *versus* o socialismo. O que Schumpeter chama de socialismo vem, na verdade, cumprir o papel de intermediário entre os dois, se traduzindo como uma forma de manter o capitalismo em voga, uma apologética mais elaborada da ordem burguesa que é feita de forma de forma indireta através da crítica da cultura e da moral burguesa. A “terceira via”, que se apresenta de forma pretensamente neutra, como aquela via alternativa no conflito entre idealismo e materialismo (no âmbito da filosofia), entre liberalismo e socialismo (no âmbito da economia), é na realidade uma tentativa de salvar o idealismo subjetivista e o liberalismo econômico. Lukács (1959, p. 18) exemplifica isso

quando, ao se referir ao filósofo William James, afirma que ele, procedendo como Mach e Avenarius, ao parecer dirigir seus ataques contra o antiquado idealismo, na verdade lutava decididamente contra o materialismo.

A ideologia do terceiro caminho é outro dos traços característicos do período do imperialismo, ela surge porque a luta de classes se encontrava em um ponto tão acirrado e complexo que para manter o *status quo*, a burguesia precisava forjar um caminho que não escancarasse a defesa do capitalismo (no âmbito econômico, e do idealismo subjetivista no âmbito filosófico) que naquele momento sofria com sucessivas crises econômicas. Se levarmos em conta o período em que a *CSD* foi escrita, quando a segunda guerra mundial se desenrolava, a terceira via schumpeteriana ilustra perfeitamente bem o compromisso que o pensamento desse autor assumia com a burguesia. O terceiro caminho é, como bem pontuou Netto (1978, p. 9), uma falsa solução instaurada pela pseudo-objetividade dos mitos somente passíveis de serem acessados através da intuição, que naquela fase em que se encontrava o desenvolvimento do irracionalismo – que já havia percorrido todo o curso até se degenerar na pura barbárie fascista – era estabelecida como verdadeiro instrumento de acesso ao conhecimento. Apesar disso, mesmo no ápice da barbárie, é importante destacar que Schumpeter não fez coro com o regime nazista – o irracionalismo levado ao extremo –, entretanto isso não isenta o seu pensamento de sua contribuição ao irracionalismo de nosso tempo, principalmente se formos levar em conta que a ideologia vitoriosa da segunda guerra foi justamente a da “terceira via”, “nem esquerda, nem direita”, “nem capitalismo, nem socialismo”, um limbo filosófico, político e social que não fomos capazes de superar.

É importante destacar que a ideologia do “terceiro caminho”, que pode parecer inofensiva ao propor uma suposta alternativa entre pólos “extremos”, pode ser extremamente perigosa. Nesse ínterim, não custa lembrar que o nazismo hitlerista é a extrema direita que surge como uma “terceira via” disfarçada, com suas devidas particularidades, é claro. A ideologia do terceiro caminho é, portanto, resultado do processo de atrofiamento pelo qual a razão passa desde o início da decadência ideológica da burguesia, até atingir o ponto em que se esgota a crença na razão como meio de compreender e interpretar a realidade social. O terceiro caminho schumpeteriano não é igual ao terceiro caminho hitlerista, é importante deixar isso claro, pois o processo de degeneração da razão não atinge a barbárie no autor que estudamos, muito longe disso. No entanto, conforme veremos mais a frente, sua proposta democrática não deixa de se mostrar como reacionária, elitista e completamente alijada das massas, se alojando, portanto, em dos quartos do que Lukács magistralmente chamou de “gran hotel abismo”:

O Gran Hotel “Abismo” foi disposto – sem intenção – para dificultar todavia mais este salto (o “salto vital” que os intelectuais teriam que dar para o campo do proletariado revolucionário, abandonando o terreno burguês). Já falamos sobre o conforto material, é claro relativo, que a burguesia parasitária do período imperialista pode oferecer aos seus opositores ideológicos. Mas a relatividade deste conforto material, sua austeridade e insegurança em comparação com aquilo que a burguesia oferece aos seus alcoviteiros ideológicos diretos, conta também entre os elementos do conforto espiritual. Reforça a ilusão da independência em relação à burguesia, de estar “por cima das classes”, a ilusão do próprio heroísmo, da própria disposição para o sacrifício, a ilusão de já ter rompido com a burguesia, com a cultura burguesa, e tudo isto quando ainda se encontra com ambos os pés sobre o terreno burguês (LUKÁCS, 2007, p. 39 - 40, *tradução livre*)

Não há dúvidas de que é no terreno burguês do “gran hotel abismo” que Schumpeter se encontra.

4.1.3 Economia subjetivista vulgar, imperialismo e ciclos econômicos

Sobre a teoria do valor trabalho, também já previamente criticada na *TDE*, onde foi substituída pela teoria da utilidade marginal dos neoclássicos que não era suficiente para resolver a problemática do caráter dinâmico da economia, Schumpeter continua afirmando se tratar de uma teoria insatisfatória e inferior:

Por isso, raciocinar nos termos da teoria do valor trabalho é raciocinar sobre um caso muito especial e sem importância prática, ainda que algo se possa dizer ao seu favor se a interpretarmos no sentido de certa aproximação das tendências históricas dos valores relativos. **A teoria que a substituiu – na sua primeira forma e agora fora de moda, conhecida como teoria da utilidade marginal – pode reclamar superioridade em muitos pontos, mas o verdadeiro argumento a seu favor é que ela é muito mais geral e se aplica igualmente bem, por um lado aos casos de monopólio e concorrência imperfeita e, por outro, à presença de outros fatores e de trabalho de muitos tipos e qualidades diferentes** (SCHUMPETER, 2017, p. 45, *grifo nosso*)

Novamente está elucidada a substituição da teoria do valor-trabalho pela teoria da utilidade marginal. A alegação de superioridade desta teoria subjetiva sobre a teoria objetiva do valor-trabalho é mais uma demonstração da não evolução do pensamento de Schumpeter e constitui indício de que tanto a sua obra de juventude quanto a sua obra de maturidade se encaixariam no quadro da decadência ideológica da burguesia. É, portanto, sintomático que o

autor continue não assumindo a importância da categoria trabalho e siga enaltecendo uma teoria do valor subjetivo em detrimento de uma teoria do valor objetivo.

O capítulo II da *CSD*, intitulado *Marx, o economista*, vem pra corroborar o alegado acima, pois este pode se resumir como uma extensa crítica a teoria do valor-trabalho e à mais-valia, que não seria uma teoria “sustentável” segundo Schumpeter (2017, p. 55). O que concluímos a partir da análise dos capítulos iniciais da *CSD* é que nosso autor segue a trajetória dos economistas vulgares, aqueles que, retirando o nexos da economia com a história, formalizaram extremamente o objeto de sua análise de modo a evitar qualquer tipo de preocupação referente à objetividade das contradições do capitalismo. Assim, é possível percebermos desde o início da obra que existe uma continuidade entre o pensamento econômico do jovem Schumpeter da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, e o pensamento do Schumpeter maduro, de *Capitalismo, Socialismo e Democracia*.

Ao estudar o nascimento da sociologia alemã do período imperialista, Lukács (1959, p. 477) afirma que diante da necessidade de uma forma de polêmica contra o marxismo, surgiu uma nova teoria econômica com a pretensão de dar uma resposta teórica à economia e aos problemas diários da burguesia, ao mesmo tempo em que pretendia “superar” o marxismo no âmbito da doutrina econômica. Essa teoria era tão abstrata e subjetivista que já renunciava de antemão à coexistência entre economia e sociologia, ou seja, ela já surgia separada da sociologia e sem pretensão de servir de base a ela. Ela era a teoria neoclássica da “escola austríaca”, que com um subjetivismo radical manifestava um puro psicologismo que dissolvia todas as categorias objetivas da economia na casuística da contraposição abstrata entre o agradável e o desagradável:

Surgem, assim, uma série de pseudo-teorias que buscam seu fundamento exclusivo nos fenômenos superficiais da vida econômica (a oferta e a demanda, o custo de produção, a distribuição, etc) e formulam, a base deles, as pseudo-leis das reações subjetivas (a da “utilidade-marginal”, por exemplo). **A “escola austríaca (Böhm-Bawerk) atribui a si o mérito de ter superado as “enfermidades de infância” dos clássicos e também, ao mesmo tempo, do marxismo de uma parte, e de outra as da “escola histórica”. Com o qual a nova economia vulgar que assim nasce deixa, o mesmo que no Ocidente, o campo livre a uma ciência especial da sociologia, apartada da economia e que vem a lhe servir de “complemento”** (LUKÁCS, 1959, p. 477, tradução livre, grifo nosso).

A sociologia alemã da fase imperialista se encontra atrelada desde o nascimento à economia vulgar e subjetivista dos austríacos porque assim poderia se desenvolver livremente enquanto ciência autônoma, sem precisar se preocupar com as contradições do capitalismo

que seriam reveladas caso a base da economia fosse a teoria objetiva do valor-trabalho. Não poderia ser diferente com a teoria sociológica schumpeteriana que não só é altamente influenciada pela sociologia alemã (Cabe lembrar que Schumpeter era austríaco, tendo vivido na Áustria, na Inglaterra e na Alemanha boa parte da vida antes de se mudar para os Estados Unidos na década de 1930)¹⁴ também nasce como reação ao materialismo e ao marxismo.

Outro ponto que salta aos olhos é a defesa do imperialismo e da colonização, e, por conseguinte, a crítica que Schumpeter tece à teoria marxista do imperialismo. Segundo o autor, esta teoria representa um bom exemplo de como a “síntese marxista” tenta resolver problemas, fazendo-o adquirir “autoridade” (SCHUMPETER, 2017, p. 79). A teoria seria decorrente das duas premissas primordiais que sustentam o alicerce da teoria marxista, quais sejam a teoria da luta de classes e a teoria da acumulação primitiva. Desse modo, Marx resolveria toda a problemática relacionada ao labirinto da política internacional com um único golpe analítico que tiraria vantagem da existência de fatos históricos e contemporâneos abundantes acerca da exploração das colônias por seus colonizadores, e que sustentam a teoria do imperialismo marxista. No entanto, o argumentado por Schumpeter é que esses casos aparentemente favoráveis à posição marxista sobre o imperialismo mostrar-se-iam falaciosos quando se encontrassem diante de uma análise mais detalhada, o que seria suficiente para botar abaixo a “técnica” – muito utilizada pelos marxistas – de insistir em dados superficiais que são de conhecimento geral do público de forma enérgica, que, por sua vez, contribuiria para a aceitação da interpretação que se quer sugerir (SCHUMPETER, 2017, p. 79-80). Desse modo, a teoria marxista funcionaria bem para explicar alguns casos, como os das conquistas inglesas e holandesas nos trópicos, mas, por outro lado, não seria o bastante para explicar outros casos como, por exemplo, o da colonização da Nova Inglaterra, pois o reconhecimento do papel de atração do lucro como motivador da expansão colonial não bastaria para explicar todos os processos de colonização conforme o autor aqui analisado (SCHUMPETER, 2017, p. 81). Para que a alegação fornecida pela teoria marxista fosse suficiente haveria ainda a necessidade de que a expansão colonial houvesse ocorrido sob a pressão da acumulação sobre a taxa de lucro, o que seria um sintoma do capitalismo decadente ou maduro, entretanto o momento de maior expansão colonial foi o do capitalismo incipiente e imaturo, quando o monopólio era muito mais evidente, o que, por sua vez, torna incoerente o constructo marxista

¹⁴ COSTA, Rubens Vaz da. Introdução à Teoria do desenvolvimento econômico *in* SCHUMPETER, Teoria do desenvolvimento econômico, 1997. São Paulo: Nova Cultural.

que converte o monopólio e a conquista colonial como específicos do período tardio do capitalismo (SCHUMPETER, 2017, p. 82).

Na mesma esteira, Schumpeter ataca ainda o outro alicerce da teoria marxista do imperialismo, qual seja, a luta de classes, chegando a afirmar o absurdo de que a expansão colonial ofereceria um dos “exemplos mais impressionantes de *cooperação de classes*”:

Ela foi um movimento tanto por salários mais altos quanto por lucros maiores e, a longo prazo, certamente beneficiou (em parte por causa da exploração do trabalho nativo) mais o proletariado do que o interesse capitalista. Mas não quero insistir em seus *efeitos*. O ponto essencial é que a sua *causação* não tem muito a ver com guerra de classes e não mais a ver com a estrutura de classe do que na medida em que a expansão foi dirigida por grupos ou indivíduos pertencentes à classe capitalista ou que a ela tiveram acesso pelo empreendimento colonial. Se, no entanto, nós nos desfizemos dos antolhos e deixarmos de encarar a colonização ou o imperialismo como um mero incidente na guerra de classes, não resta quase nada que seja especificamente marxista (SCHUMPETER, 2017, p. 82).

Schumpeter nega a relação existente entre capitalismo e imperialismo, o que ele já havia feito de forma ainda mais detalhada em *Imperialismo & Classes Sociais*. O argumento a respeito da não conexão do imperialismo com o capitalismo e a burguesia, que segundo Schumpeter seria “pacifista”, foi utilizado em vários momentos da vida do economista e repetido na obra aqui analisada. Ele, por sua vez, constitui um claro falseamento da realidade que serve como pano de fundo para a defesa do capitalismo feita pelo autor. Para justificar a permanência do imperialismo mesmo durante a era do capital, nosso autor utiliza da noção de atavismo, assim, as guerras, o imperialismo e o nacionalismo arraigado presentes na era capitalista seriam produtos atávicos da já superada era feudal e da ordenação absolutista, mas que mantinham sua força e influência no momento presente através de modificações em suas antigas funções. Haveria então uma espécie de simbiose entre uma era já superada da humanidade e a era atual, e esse mesmo argumento referente a existência de um atavismo será utilizado por Schumpeter para justificar a necessidade de simbiose entre burguesia e proletariado para garantir o sucesso da transição do capitalismo para aquilo que ele chama de socialismo. Essa noção de atavismo schumpeteriano é pura falácia que nada explica na realidade, são resquícios do passado que ainda atuam na dinâmica econômica, e, por isso, não constituem mais meramente resquícios do passado. Schumpeter tem uma grande dificuldade em compreender como pressupostos se convertem em produtos, que, por sua vez, irão gerar novos resultados no momento presente, e parece se utilizar disso meramente para justificar

sua absurda proposta de conciliação de classes, que somente expressa a vontade de manter a burguesia como classe dominante.

Mesmo após todo o desenrolar histórico pós-1919, cheio de inúmeros conflitos e crises mundiais que culminaram em mais uma grande guerra, Schumpeter não revisou sua ideia sobre o imperialismo, e continuou alegando o despautério de que o suposto interesse racional e econômico da burguesia capitalista seria avesso ao imperialismo. Em *CSD*, Schumpeter reafirma a caracterização da burguesia como *pacifista*, refutando a ideia de que a colonização seria uma alternativa imposta pela dificuldade da acumulação interna de lucros, ou pelos embaraços decorrentes da luta travada contra o proletariado nacional.

É significativa essa abordagem que Schumpeter faz da luta de classes marxista e de sua relação com o imperialismo, na medida em que aquilo que construiria na *CSD* dali em diante seria uma crítica romântica do capital por intermédio de uma “terceira via” supostamente alternativa ao capitalismo e ao socialismo. Para efeito de recuperação, é suficiente apontar que a crítica romântica do capitalismo em sua variação moderna, desenvolvida no período entre guerras, surge a partir do reconhecimento de certas modalidades de contradições da sociabilidade, mas nega a alternativa prática de superação do próprio capitalismo – qual seja, o socialismo – estabelecendo uma espécie de resignação a um capitalismo modificado em termos de limitação do liberalismo. Diante da impossibilidade de uma real “terceira via”, a crítica romântica traduz-se como uma apologética feita de forma indireta ao capitalismo. Assim, é imperativo que Schumpeter atribua essa suposta carga de “falsidade”, “acientificidade” à Marx, quando pretende sorver uma crítica do sistema capitalista que é meramente aparente e superficial, não tendo nunca chegado ao ponto de tecer considerações sobre as contradições que alimentam o capitalismo, pois não era de seu interesse alimentar uma possível revolução das massas. O que nosso autor quer, diante do período conturbado de crise e de guerra em que o sistema capitalista se encontrava, e o qual levava à crença de seu fim próximo, é pavimentar uma teoria que fosse “alternativa” ao capitalismo e ao socialismo, pois dessa maneira seria possível manter os privilégios da burguesia. Sua “crítica” vai então se resumir a uma apologética mais perigosa do sistema, em razão de não ser feita de uma forma direta e óbvia, mas sim de maneira indireta. Tanto a negação da luta de classes por intermédio de sua teoria de alternância de famílias, quanto a negação da teoria do valor trabalho e, conseqüentemente, da exploração do trabalho via adoção da economia subjetivista vulgar dos neoclássicos, servem como uma espécie de pilar para a elaboração da crítica romântica do capitalismo e da democracia burguesa clássica, que é o que dá o tom predominante nesse momento do pensamento schumpeteriano.

Acreditamos ser pertinente ainda falar a respeito da crítica schumpeteriana direcionada aos esquemas de reprodução ampliada de Marx, que cria contradições cada vez mais complicadas para a dinâmica do capital. Quanto a esta, o economista austríaco afirma se tratar de um trabalho “difícil de elogiar” em razão desta teoria estar conectada a “uma teoria do subconsumo ou da superprodução do tipo mais desprezível (SCHUMPETER, 2017, p. 62-63):

O fato é que ele não tinha nenhuma teoria simples dos ciclos econômicos. E não se pode derivar nenhuma das suas “leis” do processo capitalista. Mesmo que aceitemos a sua explicação da origem da mais-valia e concordemos que a acumulação, a mecanização (crescimento relativo do capital constante) e o excedente demográfico, este aprofundando inexoravelmente a miséria das massas, se conectam em um encadeamento lógico que termina na catástrofe do sistema capitalista – mesmo nesse caso, falta-nos um fator que confira necessariamente a flutuação cíclica ao processo e explique uma alternância imanente de prosperidade e depressões. Sem dúvida, muitos acidentes e incidentes estão sempre a mão para que os usemos a fim de compensar os defeitos da explicação fundamental. Há erros de cálculo e de expectativas, além de outros equívocos, há ondas de otimismo e pessimismo, excessos especulativos e reações aos excessos especulativos e há a fonte inesgotável dos “fatores externos”. Do mesmo modo que o processo mecânico de acumulação de Marx continua em ritmo uniforme – e não há nada porque não o faria em princípio -, a evolução geral que ele descreve também poderia prosseguir em ritmo uniforme; no que diz respeito a sua lógica, ela é essencialmente sem prosperidade e sem depressão (SCHUMPETER, 2017, p. 64).

No entanto, apesar de criticar o que Marx escreveu sobre os Ciclos Econômicos, Schumpeter (2017, p. 65) reconhece que Marx foi um dos pioneiros a enxergar claramente o fenômeno, entendendo grande parte de seu mecanismo. Cabe recuperar aqui de forma breve o entendimento de Schumpeter acerca dos Ciclos Econômicos, tendo em vista que o tema ocupou espaço importante na obra schumpeteriana, principalmente na *TDE*, e em *Business Cycles*. Para nosso autor, a causa central de um ciclo econômico reside no próprio *boom* iniciado pela alta concentração de inovações que surgem em massa no sistema econômico, e na posterior depressão que advém da absorção desse grande fluxo de inovações. A atividade empresarial funciona, portanto como o motor do sistema, visto que toda a lógica dos ciclos econômicos se encontra subsumida ao surgimento em massa de inovações no sistema, e a depressão é não só provável, mas necessária ao desenvolvimento econômico no capitalismo, pois para Schumpeter ela funciona como uma forma de renovação do sistema. De acordo com Feldmann (2013, p. 36) a elaboração schumpeteriana acerca dos ciclos econômicos é construída de forma a isolar o elemento econômico do restante, pois é justamente baseado nesse olhar que enfatiza o econômico e o libera de implicações sociais, políticas e históricas

que é possível ver a depressão como algo positivo a longo prazo. Não é como se Schumpeter ignorasse os efeitos sócio-políticos da depressão, entretanto ele a via como se fosse uma espécie de mal necessário que tornaria o sistema capitalista melhor e mais forte ao fim. Novamente a divisão social capitalista e a especialização mesquinha das ciências incidem sobre o pensamento schumpeteriano e o objetivo aqui não é outro que não a tentativa de fazer uma defesa do capitalismo, tendo os ciclos econômicos como ponto de renovação do sistema capitalista. Somente dessa maneira é possível ignorar todas as consequências negativas que um período de decadência traz à população, principalmente ao proletariado que sempre paga o preço mais alto.

Apreendendo os Ciclos Econômicos da forma que o faz Schumpeter, tem-se que o sistema capitalista por si próprio não cria obstáculos ao seu próprio desenvolvimento e aperfeiçoamento, e isso o separa de Marx, que apreende o capitalismo como uma série de contradições em processo, um modo de produção que é constituído e dinamizado por contradições e que só se desenvolve com a reprodução e a ampliação dessas contradições (NETTO; BRAZ, 2006, p. 163). Para o alemão o foco se encontrava na acumulação de capital, na tendência da queda da taxa de lucro e no empobrecimento das massas. A queda tendencial da taxa de lucros, bem como o empobrecimento das massas, conforme a interpretação schumpeteriana dos escritos de Marx a respeito dos ciclos econômicos, seria a responsável por tornar as crises maiores e por afetar as estruturas do sistema capitalista – um equívoco decorrente da errônea teoria do valor-trabalho e sua conclusão a respeito da exploração do trabalho (FELDMANN, 2013, p. 38). Tudo isso leva a um diagnóstico de derrocada do capitalismo que não poderia ser atribuído às tendências estagnacionistas do sistema econômico, pois ao mesmo tempo em que assume uma autonomia da esfera econômica, também reduz a abrangência dessa esfera ao limitá-la aos ciclos econômicos produzidos pelo surgimento em massa de inovações decorrente da atividade empresarial, assim "jamais poderiam ser “econômicas” as causas do declínio da civilização capitalista" (FELDMANN, 2013, p. 39). Isso leva Schumpeter a criticar a ideia marxista de que o capitalismo se autodestruiria, sendo segundo ele, “um último exemplo de *non sequitur* combinado com uma visão profunda que ajuda o autor a salvar sua conclusão” (SCHUMPETER, 2017, p. 67). No entanto, por mais que os argumentos de Marx estivessem errados, o seu resultado ainda assim poderia ser verdadeiro, tendo em vista a afirmação de que a evolução capitalista destruiria os próprios fundamentos do seu sistema, residindo neste ponto a profundidade da visão de Marx já em 1847, época na qual ela ainda não era um lugar-comum (SCHUMPETER, 2017, p. 67).

É justamente essa conclusão do fim do capitalismo causado pelo seu próprio curso evolutivo – aquilo que Schumpeter chama de “destruição criativa” – que Schumpeter extrai de Marx. No entanto, a reação ao materialismo torna-se evidente desde os primeiros capítulos da obra, tendo em vista a já relatada construção de argumentos contrários ao economista alemão que chegaram até mesmo ao ponto de afirmar uma ausência de cientificidade em Marx. A estratégia de descrédito da teoria marxista é então utilizada para que dessa maneira Schumpeter pudesse absorver algumas de suas conclusões sem, contudo, abordar as contradições essenciais do sistema capitalista, mantendo-se, portanto, no momento da aparência, da imediaticidade. É uma clara expressão do empobrecimento, ou “miséria da razão”, que conforme Coutinho (2010, p. 51) ocorre quando a apreensão objetiva da totalidade do real é trocada por simples regras formais que contribuem para uma manipulação de dados extraídos de forma puramente arbitrária e subjetiva daquela totalidade objetiva. Sobre a falta de cientificidade em Marx, Schumpeter aduz:

Por entre todos os **elementos errôneos ou mesmo acientíficos** da sua análise, flui uma ideia fundamental que nada tem de errôneo nem de acientífico: a concepção de uma teoria, não simplesmente de um número indefinido de situações específicas desconexas ou da lógica das quantidades econômicas em geral, mas da sucessão efetiva dessas situações ou do processo econômico tal como se desenvolve por impulso próprio, no tempo histórico, produzindo a cada instante aquela situação que por si só engendrará a seguinte. Assim **o autor de tantas idéias falsas** foi igualmente o primeiro a intuir o edifício intelectual que, mesmo atualmente, continua sendo a teoria econômica do futuro, para cuja construção acumulamos, lenta e laboriosamente, pedras e argamassa, dados estatísticos e equações funcionais (SCHUMPETER, 2017, p. 69, grifo nosso).

Nesse diapasão, nosso autor conclui afirmando que Marx não havia sido capaz de demonstrar que o capitalismo entraria em colapso por razões “puramente econômicas”, especialmente tendo em vista que algumas de suas proposições futuras essenciais para a argumentação ortodoxa, como a referente ao crescimento inexorável da miséria e da opressão, seriam insustentáveis (SCHUMPETER, 2017, p. 85). Por outro lado, o resultado final previsto por Marx – o da derrocada do sistema capitalista – teria sido vislumbrado de forma correta, e é justamente este resultado aquilo que Schumpeter pretende demonstrar, a sua maneira, em *Capitalismo, Socialismo e Democracia*:

Quanto a tendência ao socialismo, primeiro convém compreender que é um problema diferente. A ordem de coisas capitalista ou qualquer outra está completamente sujeita à derrocada – ou a ser superada pela evolução econômica e social – e, no entanto, é possível que a fênix socialista não

renasça das próprias cinzas. **Pode ser que venha o caos e, a menos que definamos como socialismo qualquer alternativa não caótica ao capitalismo, há outras possibilidades.** O tipo particular de organização social que o marxista ortodoxo médio – antes do advento do bolchevismo em todo caso – parecia prever é certamente apenas um dentre muitos casos possíveis (SCHUMPETER, 2017, p. 86, grifo nosso).

O trecho citado corrobora o que já vínhamos afirmando a respeito da terceira via schumpeteriana presente na obra aqui analisada. Some-se isso ao aludido pelo economista na nota de rodapé número 13, na qual afirma que “não há nada especificamente socialista na teoria do valor-trabalho”, tampouco há na teoria da exploração, e a qual completa afirmando que “para ser socialista não é necessário ser marxista; mas tampouco é suficiente ser marxista para ser socialista” (SCHUMPETER, 2017, p. 88), e o socialismo schumpeteriano como uma forma de “terceira via” salta aos nossos olhos. A crítica romântica do capital se complementa com uma propositura de socialismo que nega de forma peremptória a alternativa marxista prática disponível à época. É assim que, recusando o socialismo revolucionário de um lado, e constatando os problemas intrínsecos do capitalismo – porém sem atingir suas contradições essenciais – de outro, Schumpeter assinala a busca de uma via que não existia, tudo isso após dar mostras da sua recusa com evidências de ignorância acerca do marxismo, condição compartilhada, aliás, com muitos dos pensadores que lhe foram contemporâneos e sucedâneos.

4.2 A DERROCADA DO CAPITALISMO

4.2.1 Desenvolvimento e monopólio: a defesa cega do progresso e da concorrência monopolista em Schumpeter

“O capitalismo pode sobreviver? Não. Não creio que o possa” (SCHUMPETER, 2017, p. 91). É com essa célebre passagem que Schumpeter abre a parte II da *CSD*, nos entregando sua tese de que o capitalismo se autodestruiria, e sua derrocada seria decorrente de fatores endógenos:

A tese que vou me esforçar para demonstrar é de que o desempenho presente e futuro do sistema capitalista é tal **que rejeita a ideia do seu colapso sob o peso do fracasso econômico, mas que seu próprio sucesso solapa as instituições sociais que o protegem e cria**, “inevitavelmente”, as condições nas quais ele não poderá viver e que designam claramente o socialismo como seu herdeiro legítimo. Portanto, **a minha conclusão final não difere,**

por mais que o faça a argumentação de que ela decorre, da apresentada pela maioria dos autores socialistas e, em particular, por todos os marxistas. Mas, para aceitá-la, não é preciso ser socialista. O prognóstico nada implica acerca da desejabilidade do curso dos fatos que se predizem. Se um médico prevê que o seu paciente vai morrer logo, não significa que ele o deseje. **Pode-se detestar o socialismo ou pelo menos encará-lo com olhos friamente críticos e, no entanto, antever o seu advento. Muitos conservadores o fizeram e o fazem** (SCHUMPETER, 2017, p. 92)

Esse é um dos trechos mais emblemáticos da obra aqui analisada, ela nos permite entrever não só a conclusão schumpeteriana sobre o fim do capitalismo e o advento do socialismo, como também deixa nítido o tom resignado e até mesmo pessimista do nosso autor diante do que momento histórico vivido. Claramente Schumpeter não desejava o fim do capitalismo, nunca o desejou, tendo sempre atuado em defesa da ordem burguesa, no entanto, a situação caótica em que a humanidade se encontrava na década de 1940, depois de já ter sofrido com sucessivas crises, não lhe deixava outra saída que não fosse decretar o fim do capitalismo, mas tendo o cuidado de converter a “inevitável” saída socialista em um “terceiro caminho” que mantivesse longe das massas qualquer chance de revolução. Não seria, portanto, o fracasso econômico que colapsaria o sistema, mas sim seu próprio sucesso o responsável por solapar os alicerces institucionais que sustentam e protegem o capitalismo, e sem os quais ele não poderia sobreviver.

Para Schumpeter, o caráter evolucionário do processo capitalista é devido às inovações criadas pela empresa capitalista, dessa maneira:

O caráter evolucionário do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica transcorrer em um ambiente social e natural que se transforma incessantemente e cujas transformações alteram os dados da ação econômica; esse fato é importante e essas mudanças (guerras, revoluções e assim por diante) geralmente condicionam as mutações industriais, mas não são a sua principal causa motriz. Esse caráter evolucionário também não se deve a um crescimento quase automático da população e do capital ou aos caprichos dos sistemas monetários, que tampouco figuram entre as suas principais causas motrizes. **O impulso fundamental que põe e mantém em movimento a máquina capitalista é dado pelos novos bens de consumo, os novos métodos de produção ou transporte, os novos mercados e as novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista** (SCHUMPETER, 2017, p. 119).

Há uma hipostasiação do papel exercido pelas inovações e pela atividade empresarial em Schumpeter, e é através desse viés hipostasiado que ele define a sua noção de capitalismo, o que, por sua vez, justifica a fragilidade de seu conceito. Assim, o que constitui a *diferença específica* do capitalismo é o surgimento da atividade creditícia e da classe dos banqueiros

capitalistas, aqueles responsáveis por fornecerem créditos aos empresários que impulsionarão o desenvolvimento econômico do sistema. O capitalismo assim como definido por Schumpeter não é apreendido, portanto, como uma relação social. A posição defendida pelo economista no texto analisado é a de que o processo capitalista elevaria o nível de vida das massas graças ao seu próprio mecanismo, tendo no decorrer da história resolvido problemas de suprimento de mercadorias, além de estar se aproximando de resolver os problemas ainda restantes, como o referente à questão da habitação (SCHUMPETER, 2017, p. 100). O capitalismo é visto apenas como um ambiente capaz de multiplicar os ciclos econômicos impulsionados pelo surgimento em massa das inovações, e de potencializar o desenvolvimento econômico, esse entendimento a respeito do capitalismo faz com que Schumpeter reduza o escopo da esfera econômica em sua teoria, enquadrando-a de modo direto nos altos e baixos da atividade empresarial (FELDMANN, 2013, p. 79).

Ao não compreender a ordem capitalista como verdadeira expressão de um conjunto de relações sociais, Schumpeter não apreende a contradição fundamental sobre a qual o sistema se baseia, qual seja a contradição entre a produção socializada e a apropriação privada (NETTO; BRAZ, 2006, p. 164). Há, portanto, uma apologética de um progresso, consistente em melhorias a longo prazo para todos, que o capitalismo sempre seria capaz de proporcionar pois, ao não se permitir chegar ao fundo contraditório essencial do capitalismo, Schumpeter não entende que a partir de um determinado momento, quando a socialização é progressivamente aprofundada, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial, as relações sociais de produção capitalistas deixam de corresponder ao desenvolvimento das forças produtivas, convertendo-se uma *contradição assinalada* que passa a travar o desenvolvimento (NETTO, BRAZ, 2006, p. 164). E no estágio imperialista, forma superior do capitalismo, em que o capital financeiro desempenha papel definitivo, e a forma empresarial típica é a monopolista, essa contradição é ainda mais acentuada e se manifesta no plano sócio-político agudamente através das incessantes crises que assolam o período.

O estágio imperialista é também chamado de “monopolista” por ser a fase do capitalismo em que essa forma empresarial domina. Schumpeter, que na *TDE* aparecia afirmando o caráter individualista da inovação, realizada por um único homem – o empresário –, agora se vê obrigado a resignar-se com o fato de os setores de pesquisa e desenvolvimento dos grandes conglomerados terem passado a exercer a atividade inovadora, substituindo aquele indivíduo típico. Diante disso não lhe resta outra saída que não seja conformar-se com a prática monopolista, atuando então como “advogado” dos monopólios. É assim que

expressa o entendimento de que “a concorrência monopolista foi uma das contribuições mais importantes do pós-guerra” (SCHUMPETER, 2017, p. 114), e que progresso foi mais conspícuo não nos casos de livre-concorrência, mas sim nos casos em que os grandes conglomerados empresariais se encontravam presentes (SCHUMPETER, 2017, p. 118), sendo a grande empresa então responsável por elevar o nível de vida da população. Isso se justificaria através da teoria do desenvolvimento econômico idealizada pelo nosso autor, e destrinchada no capítulo anterior. Como já destacado anteriormente, as grandes empresas contribuíram para a elevação do padrão de vida da população porque elas viabilizaram a inovação produtiva, que é o fator responsável pela movimentação do sistema capitalista. Dessa maneira, novos bens de consumo, novos métodos de produção e de transporte e novos mercados foram criados pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 2017, p. 118-119). Nesse sentido, o processo de destruição criativa que revoluciona de modo incessante e endógeno a estrutura econômica, suplantando o antigo enquanto cria e o substitui pelo novo, é o fato essencial do capitalismo (SCHUMPETER, 2017, p. 120). Traçando um paralelo de Nietzsche até Schumpeter, Harvey reitera a importância do conceito de “destruição criativa” para a modernidade:

Todo o conjunto de imagens iluministas sobre a civilização, a razão, os direitos universais e a moralidade de nada valia. A essência eterna e imutável da humanidade encontrava sua representação adequada na figura mítica de Dionísio: “Ser a um só e mesmo tempo ‘destrutivamente criativo’ (isto é, formar o mundo temporal da individualização e do vir-a-ser, um processo destruidor da unidade) e ‘criativamente destrutivo’ (isto é, devorar o universo ilusório da individualização, um processo que envolve a reação da unidade)” (loc. cit). O único caminho para a afirmação do eu era agir, manifestar a vontade, no turbilhão da criação destrutiva e da destruição criativa, mesmo que o desfecho esteja fadado à tragédia. A imagem da “destruição criativa” é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal como poderia um novo mundo ser criado sem destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos, como observou toda uma linhagem de pensadores modernos de Goethe a Mao. O arquétipo literário desse dilema é, como Berman (1982) e Lukács (1969) assinalaram, o *Fausto*, de Goethe. Um herói épico preparado para destruir mitos religiosos, valores tradicionais e modos de vida costumeiros para construir um admirável mundo novo a partir das cinzas do antigo, Fausto é, em última análise, uma figura trágica. (...) “Parece”, diz Berman (1982), “que o próprio processo de desenvolvimento, na medida em que transforma o deserto num espaço social e físico vicejante, recria o deserto no interior do próprio agente de desenvolvimento. Assim funciona a tragédia do desenvolvimento”. Há várias figuras modernas – Haussman trabalhando na Paris do Segundo Império e Robert Moses na Nova Iorque pós-Segunda Guerra Mundial- para dar à figura da destruição criativa uma estatura superior à do mito. Mas

vemos aqui em ação, com uma aparência bem distinta, a oposição entre o efêmero e o eterno. Se o modernista tem de destruir para criar, a única maneira de representar verdades eternas é um processo de destruição passível de, no final, destruir ele mesmo essas verdades. E, no entanto, somos forçados, se buscamos o eterno e imutável, a tentar e a deixar a nossa marca no caótico, no efêmero e no fragmentário. **A imagem nietzschiana da destruição criativa e da criação destrutiva estabelece uma ponte entre os dois lados de Baudelaire de uma nova maneira. Note-se é que o economista Schumpeter empregou essa mesma imagem para compreender os processos do desenvolvimento capitalista. O empreendedor, que Schumpeter considera uma figura heróica, era o destruidor criativo *par excellence* porque estava preparado para levar a extremos vitais as conseqüências da inovação técnica e social. E era somente através desse heroísmo criativo que se podia garantir o progresso humano. Para Schumpeter, a destruição criativa era o *leitmotif* progressista do desenvolvimento capitalista benevolente.** Para outros era tão só a condição necessária do progresso do século XX (HARVEY, 2008, p. 25-26)

A questão que deve ser feita, portanto, não é como o capitalismo administra as estruturas existentes, mas sim como as cria e as destrói. A única concorrência que importa, portanto, é a monopolista que advém da inovação bem-sucedida criada pela atividade empresarial, e que vai gerar uma vantagem momentânea em custo ou em qualidade dentro de determinado setor produtivo. Em razão desse fato, o economista austríaco tece uma longa defesa das práticas restritivas e monopolistas de concorrência, chegando até mesmo a defender algumas práticas “desleais” para se chegar ao progresso, efeito que seria gerado a longo prazo:

Decerto é tão concebível que um sistema de cartéis onipresentes sabote todo o progresso quanto que realize, com custo social e privado menores, tudo que se atribui à concorrência perfeita. Eis porque a nossa tese não constitui um argumento contrário à regulação estatal. Ela mostra, isto sim, que não há nenhuma razão geral que justifique o “desmembramento indiscriminado dos trustes” ou a perseguição de tudo quanto seja qualificado de restrição comercial. Uma regulação racional, não vindicativa, por parte da autoridade pública constitui um problema delicadíssimo cuja solução não pode ser confiada a um órgão governamental qualquer, sobretudo quando se ergue um clamor geral contra as grandes empresas (SCHUMPETER, 2017, p. 131).

Esse argumento favorável às grandes empresas e conglomerados, e às práticas monopolistas para que se atinja o progresso econômico são marcas características da teoria schumpeteriana e que fazem alusão à defesa cega do progresso econômico em Schumpeter:

O processo capitalista eleva progressivamente o nível de vida das massas não por acaso, mas graças ao seu mecanismo. E o faz por meio de uma série

de vicissitudes, a gravidade das quais é proporcional à velocidade do avanço. Mas o faz efetivamente. Os problemas do suprimento de mercadorias às massas foram resolvidos com sucesso, um após o outro, à medida que eram colocados ao alcance dos métodos da produção capitalista. O mais importante dos ainda restantes, o da habitação, está se aproximando de uma solução por meio da casa pré-fabricada (SCHUMPETER, 2017, p. 100).

Isso é tão forte em Schumpeter que ele chega a pensar o desemprego como um fenômeno meramente “temporal”, e cujas taxas elevadas seriam meros reflexos dos períodos de adaptação que sucedem à fase de prosperidade no capitalismo (SCHUMPETER, 2017, p. 102). Para nosso autor, a grande empresa é inseparável do progresso econômico, e a concorrência perfeita incompatível com este, ele então faz uma defesa resignada do capitalismo monopolista ao afirmar que os grandes conglomerados funcionariam como uma espécie de motor do desenvolvimento econômico através da atividade inovadora no estágio evoluído do imperialismo: “o estabelecimento em larga escala tem de ser aceito como um *mal necessário* inseparável do progresso econômico, o qual as forças inerentes do seu próprio aparato produtivo o impedem de sabotar” (SCHUMPETER, 2017, p. 150). Fica evidente então que na *CSD*, bem como na *TDE*, o desenvolvimentismo é visto somente através de seus lados bons, sem que haja qualquer tipo de questionamento a respeito da contraditoriedade que carrega em suas entranhas, e que são indissociáveis do modo produtivo capitalista por ser ele mesmo baseado em uma contradição fundamental. Ao abordar a contraditoriedade do desenvolvimento, não queremos de forma alguma propor ou defender uma volta a períodos pré-históricos, mas a defesa cega do progresso que não enxerga os males que são dele advindos também não é o caminho correto. O que pretendemos, portanto, é sempre a superação do capitalismo para uma etapa mais evoluída da humanidade, em que o desenvolvimento não se encontre atrelado ao aumento da disparidade social, da miséria humana e à destruição do planeta, e tal não será jamais possível em um sistema como o capitalista, que tem crises aterradoras inelimináveis e atreladas ao seu próprio ser contraditório.

A apologética da inovação, do desenvolvimento e do capitalismo é ainda reforçada pelo fato de Schumpeter (2017, p. 155), enxergar o progresso tecnológico e a iniciativa capitalista não enquanto dois fatores distintos do desenvolvimento da produção, mas como a mesma coisa, de modo que o ato de inventar é visto como um produto da mentalidade capitalista racional e burguesa:

Não só a fábrica moderna e o volume de produção que dela brota, não só a tecnologia e a organização econômica modernas, mas também todas as características e realizações da civilização moderna são, direta ou indiretamente, produtos do processo capitalista. Devem ser incluídos em todo o balanço dele e em todo veredicto sobre os seus feitos e malfeitos (SCHUMPETER, 2017, p. 177).

Todo o progresso da humanidade é imputado ao capitalismo e ao processo de racionalização social. É curioso notar como nunca há menção à categoria trabalho e a classe proletária, e o malabarismo argumentativo faz parecer que o desenvolvimento não seria possível em nenhum outro modo produtivo. De fato o capitalismo é uma melhoria em relação ao superado feudalismo, de fato ele trouxe progresso em muitos aspectos que não seria possível na sociabilidade feudal, entretanto, ele não é o estágio evolutivo final da humanidade, ele não é o ápice a que podemos chegar, o “fim da história”, mas Schumpeter deixa essa constatação subtendida nesse ponto de sua análise, limpando o terreno para o que virá em seguida: seu “socialismo” não revolucionário, mas evolucionário, e que necessita de uma coalizão com a classe burguesa para funcionar, para seguir atingindo esse progresso que, na ausência de uma crítica, é sempre benéfico para toda a população por igual.

4.2.2 “As paredes desabam”: o fim do capitalismo

O capitalismo não durará. Esta é a constatação primordial de Schumpeter na CSD, e é a partir dela que ele irá desenvolver sua terceira via e sua teoria democrática. Um dos motivos apresentados para a derrocada desse sistema é a banalização da atividade inovadora, que deixa de ser uma função econômica distinta, capaz de ser exercida apenas por uma pequena fração da população em razão de todos os obstáculos e dificuldades que envolve (SCHUMPETER, 2017, p. 187). A inovação, portanto, é função que antes só era exercida por uma espécie de “elite intelectual”, mas que se tornou uma função social “comum”, cada vez mais praticada por equipes de especialistas capacitados que produzem conforme encomenda. A banalização da atividade inovadora a faz perder força porque com a automatização e despersonalização do progresso econômico, e a consequente substituição da ação individual pelo trabalho coletivo, o papel e a posição social do empresário inovador também são solapados, e com eles todo o estrato burguês, já que a classe burguesa absorve os empresários bem-sucedidos, bem como suas famílias. Ademais, os empresários sustentam com sua renda as chamadas “classes intermediárias” – industriais, comerciantes, financistas e banqueiros: “Portanto, econômica e sociologicamente, direta e indiretamente, a burguesia depende do empresário e, enquanto

classe, vive e morrerá com ele”(SCHUMPETER, 2017, p. 189). Com a automatização cada vez maior do progresso, a figura do empresário individualizada tende a se tornar supérflua, o que irá expropriar a própria burguesia como classe:

Sintetizando essa parte da nossa tese: se a evolução capitalista – “o progresso” – cessar ou se tornar completamente automática, a base econômica da burguesia industrial ficará reduzida enfim a salários como os que remuneram o trabalho administrativo corrente, com exceção dos resquícios de quase rendas e lucros semimonopólicos, que é de esperar que perdurem algum tempo, se bem que decrescendo. Como a empresa capitalista, graças ao seu próprio sucesso, tende a automatizar o progresso, conclui-se que ela tende a se tornar supérflua a si mesma - a se partir em cacos sob o peso do seu próprio êxito. **A unidade industrial gigantesca e perfeitamente burocratizada não só desaloja a empresa pequena ou média e “expropria” os seus donos, como, no fim, também elimina o empresário e expropria a burguesia como classe, que, no processo, arrisca a perder não só a sua renda, como também, o que é infinitamente mais importante, a sua função.** Os verdadeiros pioneiros do socialismo não serão os intelectuais ou agitadores que o pregavam, e sim os Vanderbilt, os Carnegie e os Rockefeller. Pode ser que esse resultado não agrade muito os socialistas marxistas e menos ainda os de “denominação” mais popular (Marx diria vulgar), mas enquanto prognóstico, não difere do deles (SCHUMPETER, 2017, 189-190, *grifo nosso*).

Feldmann, ao analisar a teoria schumpeteriana, afirma que é a racionalidade sob o capitalismo que vai suplantará de vez a burguesia, ao mesmo tempo em que vai elaborar a transição para o socialismo (FELDMANN, 2013, p. 54). O estudo realizado por este autor em sua tese doutoral nos ajuda a compreender como a difusão do capitalismo foi apreendida de modo contraditório por Schumpeter, tendo em vista que a “racionalização social” – mola propulsora de todo o avanço civilizatório imputado pelo desenvolvimento e difusão do capitalismo – seria responsável simultaneamente pela garantia de estabilidade do sistema através do progresso e também por miná-lo:

A racionalização atingia em cheio o empreendedor, que era ao mesmo tempo o próprio “cérebro” e o “herói” do capitalismo e que, para Schumpeter, cumpria um “*papel criador (...) revolucionário*” (SCHUMPETER, 1967, p. 145). Se é verdade que o comportamento do empreendedor em si mesmo não era sempre racional, por outro lado “*o sucesso empresarial era suficientemente fascinante para todos (...) de modo a atrair a maioria dos melhores cérebros e assim gerando mais vapor para a máquina racionalista.*” (SCHUMPETER, 1979, p.165). Assim, era inevitável que o próprio sucesso empresarial fomentasse a racionalização e burocratização das empresas num processo cujo ápice seria os grandes monopólios (FELDMANN, 2013, p. 56).

Dessa maneira, além de afetar suas bases econômicas, a evolução do capitalismo também afetou outros de seus extratos protetores, como é o caso do seu arcabouço institucional composto pelas instituições jurídicas e pelas políticas públicas (SCHUMPETER, 2017, p. 190). Uma das coisas destruídas pelo avanço do capitalismo, e que era essencial à manutenção do *status quo* burguês, foi a simbiose ativa entre nobreza e burguesia. Para nosso autor, a nobreza era o que dava sustentação política à burguesia, pois esta última não era detentora de força política. Ao mesmo tempo a burguesia sustentava a nobreza economicamente, num intercâmbio entre as classes (SCHUMPETER, 2017, p. 192). Ocorre que no curso da evolução capitalista, a burguesia se emancipou e fez desaparecer os privilégios de classe da nobreza, fazendo dessa maneira desaparecer também entraves que não somente impediam seu caminho, como também a protegiam. Assim, a burguesia somente seria capaz de se sair bem no aspecto econômico, sendo, no entanto, muito fraca politicamente, o que a tornou dependente de uma espécie de associação com a nobreza para prosperar:

A conclusão é óbvia: salvo em circunstâncias excepcionais, a classe burguesa está mal equipada para enfrentar os problemas, tanto domésticos quanto internacionais, que um país de certa importância tem de enfrentar. Os próprios burgueses o sentem apesar de toda a fraseologia que parece negá-lo, e as massas também o sentem. Dentro de um marco protetor feito de material não burguês, a burguesia pode ser bem-sucedida não só na defensiva política, como também na ofensiva, especialmente na oposição. Durante algum tempo ela se sentiu segura a ponto de se dar ao luxo de atacar o próprio marco protetor; é o que exemplifica com perfeição a oposição burguesa como a existente na Alemanha imperial. Mas, sem a proteção de um grupo não burguês, a burguesia é politicamente indefesa e incapaz não só de liderar a sua nação, como até mesmo de cuidar de seus próprios interesses de classe. O que equivale a dizer que ela precisa de um amo (SCHUMPETER, 2017, p. 195).

Nesse momento vem à tona toda a carga que a formação aristocrática exerce sobre Schumpeter. A essencialidade da conjunção nobreza/burguesia para o bom funcionamento do capitalismo evidencia um enaltecimento da superioridade da nobreza, e deixa entrever até mesmo um certo saudosismo do período feudal, quando esta classe ocupava o topo da hierarquia social. Há incutido nesse discurso de Schumpeter um tipo de aceno aos privilégios da nobreza e a um período já superado na história, que nos permite entrever que sua crítica ao capitalismo e à burguesia não passa de romantismo.

Por sua vez, a destruição que o processo evolutivo do sistema capitalista causou aos estratos do feudalismo, também gera a destruição do quadro institucional da própria

burguesia, arrastando consigo a propriedade privada e a liberdade contratual, expressões máximas da atividade econômica da burguesia capitalista (SCHUMPETER, 2017, p. 196). O próprio capitalismo, portanto, cria um ambiente que lhe é hostil ao minimizar a importância da função empresarial, que sustenta a classe capitalista, e ao desgastar suas próprias camadas protetoras, tornando a “fortaleza burguesa” politicamente indefesa:

E, enfim, vimos que o capitalismo cria uma atitude mental crítica que, depois de ter destruído a autoridade moral de tantas outras instituições, no fim se volta contra a sua própria; o burguês descobre com assombro que a atitude racionalista não se restringe a questionar a legitimidade dos reis e dos papas, mas também ataca a propriedade privada e todo o esquema de valores burgueses (SCHUMPETER, 2017, p. 201).

A ordem capitalista não é capaz de se manter sozinha, necessitando de apoio político em substratos extracapitalistas porque, em primeiro lugar, “a racionalidade capitalista não elimina as impulsões sub-rationais ou suprarracionais”; em segundo lugar, porque o grande público, a massa, não é dotada do discernimento e da capacidade de análise que a faria compreender a grande façanha econômica – o progresso – realizada sob a égide do capitalismo, de modo que esse reconhecimento “exigiria dos pobres uma façanha moral quase impossível” (SCHUMPETER, 2017, p. 203); em terceiro lugar porque o capitalismo não é capaz de produzir o que Schumpeter (2017, p. 204) chama de “adesão *emocional* à ordem social”; e, em quarto lugar, porque o progresso que é tido como certeza pela classe proletária, em conjunto com sua insegurança individual ressentida, forma a melhor combinação para uma agitação social.

Depois de enaltecer o progresso econômico obtido pelo capitalismo, Schumpeter volta-se contra a burguesia, criticando-a em razão da ausência de força política que a torna dependente de uma simbiose com a nobreza para ser capaz de se manter no poder. Sozinha a burguesia se autodestrói. Há, portanto, uma separação das esferas política e econômica, e é justamente quando a civilização capitalista seria capaz de elevar ao máximo sua potência econômica que tal desenvolvimento lhe é negado pela esfera política.

Desse ponto em diante, a crítica e tentativa de descrédito das massas passa a ser uma constante na obra analisada: “a massa do povo nunca desenvolve opiniões definidas por iniciativa própria. E é ainda menos capaz de articulá-las e transformá-las em atitudes e ações coerentes” (SCHUMPETER, 2017, p. 204). O conservadorismo e o elitismo de Schumpeter, que servirão como base para a construção de sua teoria democrática e de seu “socialismo” emergem e se tornam um caminho do qual não há mais como voltar. É dessa maneira que,

para nosso autor, “o indivíduo típico burguês é superior em aptidão intelectual e volitiva ao indivíduo típico de qualquer outra classe da sociedade industrial” (SCHUMPETER, 2017, p. 281), ou que a burguesia, em razão do “processo seletivo” do qual resulta, é detentora de um “material humano de qualidade superior” (SCHUMPETER, 2017, p. 281). Tudo isso servirá para um socialismo em que Schumpeter empurrará a necessidade de uma coalizão entre proletariado e burguesia para sobreviver, da mesma forma que a burguesia outrora necessitou de uma coalizão com a nobreza para manter-se no poder. Trata-se, portanto, de manter o *status quo* e os privilégios das classes mais abastadas, mas em razão do momento crítico em que a obra foi escrita, a argumentação que em verdade pretendia exercer a função social de conservadora da ordem das coisas (da ordem capitalista), não poderia mais ser empregada de forma escancarada. Opta-se, então, pela crítica romântica do capital, de modo a realizar um malabarismo argumentativo que defende o sistema de forma indireta.

Um exemplo do conservadorismo escancarado de Schumpeter surge quando ele fala do grupo dos “intelectuais”, que também contribuiriam para a derrocada do sistema com sua atitude “crítica”. Os intelectuais não compõem uma classe social distinta, mas são sim um grupo formado por gente que exerce o poder da palavra falada e escrita, são formadores de opinião e, segundo Schumpeter, teriam capacidade de agitar as massas. Ao falar dos intelectuais, nosso autor se mostra quase contrário à liberdade de expressão desse grupo, que com suas críticas acabaria alimentando “alas esquerdistas e minorias ressentidas, a defender casos duvidosos e submarginais, a apelar para o extremismo, a se declarar disposto a obedecer” (SCHUMPETER, 2017, p. 215).

Cabe ainda destacar, como exemplo do conservadorismo schumpeteriano, outra “causa interna” de destruição do capitalismo apontada pelo autor: a desintegração da família burguesa. Nesse momento fica evidente como nosso autor deixa de lado a apreensão da totalidade do real, tendo em vista que leva em consideração somente aquilo que seria considerado “família” e “lar” para os estratos mais altos da sociedade, deixando de lado as classes menos abastadas. Schumpeter então incorre numa defesa do “lar espaçoso”, da “casa ampla”, da “grande família” que precisaria de grandes espaços para se desenvolver, e que estaria sendo substituída por prédios de apartamentos e hotéis residenciais (SCHUMPETER, 2017, p. 223). O lar familiar na época da burguesia já não configuraria tanto um objeto de desejo quanto na época da nobreza, e na maior parte das vezes eles estavam se tornando mais fonte de aborrecimentos e despesas do que de alegrias. Isso, por sua vez, seguindo a lógica schumpeteriana, acarretaria menos desejo de procriação que traria como consequência uma

drástica redução na necessidade de acumulação de bens de consumo (SCHUMPETER, 2017, p. 224).

Dessa maneira, o que procuramos demonstrar aqui é como a construção teórica de Schumpeter a respeito da destruição do capitalismo pelo seu próprio processo evolutivo, que leva ao aniquilamento do seu arcabouço institucional e do seu extrato protetor extracapitalista, servirá como base fundamental para a elaboração de sua crítica romântica do capital idealizada através de um “socialismo” eivado de conservadorismo e elitismo.

4.3 O “SOCIALISMO” BURGUEÊS DE SCHUMPETER: A CRÍTICA ROMÂNTICA DO CAPITAL REALIZADA ATRAVÉS DE UMA TERCEIRA VIA

Uma sociedade socialista é definida por Schumpeter como sendo aquela em que a autoridade central seria responsável pelo controle dos meios de produção, retirando-se os assuntos econômicos da esfera privada para colocá-los na esfera pública. Para tanto ele designa o termo “socialismo centralista”, com o intuito de deixar claro que se trata de uma sociedade em que não há pluralidade de unidades de controle (SCHUMPETER, 2017, p. 232). Nosso autor afirma que haveria uma “indeterminação cultural do socialismo”, e que em razão disso:

Uma sociedade pode ser plena e verdadeiramente socialista e, no entanto, governada por um monarca absoluto ou contar com a organização mais democrática possível; pode ser aristocrática ou proletária; pode ser uma teocracia e hierárquica ou ateia ou indiferente à religião; pode ser muito mais rigorosamente disciplinada que um exército moderno ou completamente desprovida de disciplina; pode ser ascética ou de espírito eudemonista, enérgica ou relaxada; preocupada só com o futuro ou só com o presente; belicosa e nacionalista ou pacífica e internacionalista; igualitária ou anti-igualitária; pode ter a ética dos senhores ou a ética dos escravos (...) (SCHUMPETER, 2017, p. 236).

Essa passagem não deixa dúvidas de que aquilo que é proposto por Schumpeter é tudo, menos um socialismo real. Ele deixa o conceito extremamente aberto podendo englobar tudo, até mesmo monarquia absolutista e aristocracia, e, desse modo, ele esvazia a definição de socialismo, que acaba perdendo de vista o seu caminho revolucionário. Naquele momento vivido, que era de crise no sistema, o contexto da II Guerra Mundial, Schumpeter foi tomado pela visão pessimista de colapso e destruição completa do sistema, e diante disso, como não poderia mais se manter fazendo uma apologética do capitalismo, a saída encontrada para

reagir ao materialismo histórico e sua concepção de socialismo foi justamente a elaboração dessa terceira via a qual ele também chamava socialismo, mas que não era nem de longe próximo da ideia de socialismo real. O motivo para isso é evitar a revolução e a posterior tomada de poder pelo proletariado. Acreditamos que nem o nome escolhido para essa terceira via tenha sido em vão, há a possibilidade de nosso autor ter escolhido nomeá-la socialismo justamente para ocultar ainda mais a sua apologética indireta do capitalismo e da burguesia. Lembrando que, conforme afirmado no tópico anterior, no decorrer da obra analisada, sempre que possível Schumpeter utiliza argumentos para desacreditar a massa proletária, chamando-a de inepta, violenta e incapaz, ao mesmo tempo em que enaltecia a burguesia pelo progresso econômico alcançado no curso da era capitalista.

O socialismo schumpeteriano não cria uma lógica econômica própria, logo o modo produtivo permanece intacto. É, portanto, mera repetição da ordem capitalista, visto que **“o socialismo, afinal de contas, só pode utilizar mecanismos e categorias capitalistas (...) e só as variantes mais grosseiras e burras do credo socialista podem se sentir ameaçadas por qualquer demonstração nesse sentido”** (SCHUMPETER, 2017, p. 252, *grifo nosso*). Conforme nosso autor, a solução de problemas enfrentados pela gestão socialista seria ainda mais fácil do que a enfrentada pelas gestões mercantis, porque no socialismo não existiriam os obstáculos e a incerteza que são inerentes à tomada de decisão feita pelo “líder empresarial bem-sucedido” na grande empresa. Dessa maneira: “para dirigir tal sistema, seria necessário muito menos inteligência do que a exigida para pilotar um conglomerado de certa importância em meio às ondas vagalhões capitalistas” (SCHUMPETER, 2017, p. 257). Notem como Schumpeter imputa a lógica capitalista empresarial ao seu socialismo, deixando transparecer que somente adotando essa lógica, o socialismo seria viável e prático. Ou seja, somente mantendo intacta a lógica capitalista, o socialismo seria possível.

Toda a abordagem sobre uma “natureza humana” que seria maleável em certa medida e a ausência da “necessidade de reforma fundamental da alma humana” para pôr em marcha o socialismo soa muito estranha (SCHUMPETER, 2017, p. 279). Mesmo que Schumpeter não considere a “natureza humana” como um obstáculo para se atingir o socialismo, como muitos ideólogos burgueses chegaram a afirmar, só o fato dele considerar essa “reforma na alma humana” nos permite entrever uma espécie de biologismo típico do pensamento irracionalista, até porque a única razão que impede que reforma na alma e na mente dos indivíduos que compõem a sociedade seja fator indispensável à transição para o socialismo é porque, dessa maneira, a mudança de um sistema para o outro seria realizada com menos atrito: “há outros caminhos possíveis. Mas o que nos interessa é que haja um que se possa trilhar com muito

pouco atrito e que se possa trilhar indefinidamente sem prejudicar o direito da sociedade de continuar se chamando socialista” (SCHUMPETER, 2017, p. 279).

Esse caminho sem atrito é o caminho não-revolucionário, é o caminho que vai permitir a tal coalizão entre o estrato superior – a burguesia – e o estrato inferior – o proletariado – que garantirá o bom funcionamento do socialismo schumpeteriano. Dessa maneira, a burguesia não mais se tornaria “vítima” da ordenação socialista, e qualquer socialismo que visasse a destruição dessa classe e dos privilégios que lhe são correspondentes não poderia ser considerado um bom socialismo. Nas palavras de Schumpeter:

Qualquer socialista civilizado, pelo seu bom comportamento e o desejo de ser levado a sério por gente séria, admite muitos fatos ligados à qualidade e às realizações do estrato burguês que são incompatíveis com essa doutrina e, além disso, argumenta que as suas camadas não devem absolutamente ser imoladas, mas, pelo contrário, também precisam ser libertadas dos grilhões do sistema que as oprime moralmente tanto quanto oprime as massas economicamente. A partir desse ponto de vista, que está de acordo com a teoria de Karl Marx, não é difícil chegar à conclusão de que **a cooperação dos elementos burgueses pode fazer toda a diferença entre o sucesso e o fracasso da ordem socialista** (SCHUMPETER, 2017, p. 280, *grifo nosso*).

Ele afirma a superioridade da classe burguesa em detrimento da classe proletária, além de sempre destacar a burguesia como responsável causal não só por todas as realizações econômicas da época capitalista, como também por todo o progresso econômico, como se esse progresso não estivesse associado ao crescimento da classe trabalhadora e, por conseguinte, ao aumento da produtividade do trabalho. Schumpeter elimina, portanto, o papel central desenvolvido pela exploração burguesa do trabalho e pela mais-valia na obtenção do “progresso” para que assim fosse possível afirmar a necessidade da burguesia enquanto gestora no socialismo. Nenhum dos passos na sua argumentação é dado em vão, pois quando deixa de fazer considerações a respeito da categoria trabalho, ele então tem o caminho livre para afirmar que o regime socialista ideal não seria dirigido pelo proletariado, mas sim pela burguesia. Desse modo, a seleção para os cargos diretivos deveria ser pautada na aptidão e na tradição, não podendo a burguesia ser excluída da luta concorrencial por esses cargos (SCHUMPETER, 2017, p. 282).

Outra coisa que chama a atenção no regime socialista proposto por Schumpeter é a necessidade de uma burocracia enorme e tentacular que pudesse abranger os mais variados setores. Essa burocracia além de tudo seria derivada da experiência prévia e capitalista da grande empresa (SCHUMPETER, 2017, p. 256-257). A visão sobre a burocracia que o economista austríaco detém é a de que ela não constituiria um obstáculo para a democracia,

mas seria um complemento desta última, da mesma forma com que também seria um complemento inevitável ao desenvolvimento moderno, e indispensável a uma sociedade socialista (SCHUMPETER, 2017, p. 283). Para Coutinho, a burocratização da vida social cada vez mais imposta pelo desenrolar do curso evolutivo do capitalismo retira qualquer fundamento racional objetivo da subjetividade, relegando a esfera subjetiva da vida privada, aquela que não é diretamente envolvida pelas leis do mercado, ao abandono irracional (COUTINHO, 2010, p. 46). A subjetividade assim esvazia-se de sentido, e é convertida em mera negação do real: “com o passar do tempo, o combate à vida pública converte-se numa luta contra a democracia e numa defesa de posições aristocráticas no plano ético e mesmo no político” (COUTINHO, 2010, p. 47). Essa luta contra a democracia (tradicional) e a defesa de posições aristocráticas podem ser vislumbradas na teoria schumpeteriana, bem como uma sublimação filosófica da crítica romântica do capitalismo onde há uma denúncia da realidade social, ao mesmo tempo em que existe uma rejeição da razão, que se confunde com regras formais da práxis técnica e burocrática. Há um processo fetichizador que faz com que determinadas formas particulares do mundo capitalista, compreendidas em sua imediaticidade, se convertam em uma espécie de “condição eterna do homem”, e não há outro caminho possível para isso que não o mais profundo pessimismo e conformismo (COUTINHO, 2010, p. 50). A burocratização da vida é uma tendência espontânea do curso de desenvolvimento do capitalismo, que se dá em paralelo à fetichização de todas as relações humanas no quadro da sociedade burguesa, e a práxis burocrática surge como um fator que limita e fragmenta a razão:

Concretamente isso significa substituir a pesquisa da essência ontológica do real (inacessível à racionalidade burocrática) pela reprodução imediata da aparência. Desse modo, tudo o que é objeto da razão dialética – e que nela, e só nela, pode ser elevado à consciência – é declarado como “metafísica”, “falso problema”, “resíduo irracional”; **a destruição e a miséria da razão desembocam no mesmo ponto** (COUTINHO, 2010, p. 53, *grifo nosso*).

O apelo à burocratização como condição de sucesso da transformação da sociedade capitalista em socialista é então fator demonstrativo do irracionalismo no pensamento de Schumpeter, pois a “miséria da razão” oculta a essência do real ao confundir a razão com regras formais capazes de manipular dados extraídos da totalidade objetiva de forma arbitrária. Não por acaso, a práxis esvazia-se na atividade burocrática de modo que “‘a miséria da razão’ é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo burocratizado do capitalismo” (COUTINHO, 2010, p. 51).

O desejo de conter as massas, evitar a via revolucionária de transmutação da sociedade capitalista para a socialista – via tida como *imatura* – torna-se inegável quando Schumpeter afirma a indispensabilidade da “disciplina autoritária”: “hábito, inculcado por agentes que não os próprios indivíduos disciplinados, de obedecer a ordens e aceitar supervisão e crítica” (SCHUMPETER, 2017, p. 289). Essa disciplina autoritária incluiria inclusive uma desvalorização das greves, vistas como meros “ataques antissociais ao bem-estar da nação” (SCHUMPETER, 2017, p. 290), e teria como justificativa básica o fato da classe trabalhadora nunca ter acatado ordens em razão de uma convicção racional das vantagens que tal atitude lhe traria, mas sim em razão da “disciplina inculcada pelo predecessor feudal de seu patrão burguês” (SCHUMPETER, 2017, p. 289). É notável, portanto, o desejo de disciplina e controle da classe proletária que nosso autor deixa transparecer e que ele embute na sua proposta de socialismo. Nunca foi sobre a classe proletária, mas sim sobre como contê-la e discipliná-la, tornando-a a apática e incapaz de tomar as rédeas da sua própria situação.

O socialismo schumpeteriano nunca foi crítico do capitalismo e da burguesia, ele sempre foi um ato desesperado no sentido de emudecer as massas, e conservar os privilégios burgueses vigentes. É uma clara reação ao materialismo feita através de uma perigosa apologética indireta da ordem burguesa, pela Schumpeter supostamente a critica, para enfim poder enaltecê-la de forma subliminar ao mesmo tempo em que repreende o proletariado. Existe até um tom de rancor em relação à burguesia que suplantou a aristocracia da qual nosso autor era originário, no entanto a crítica schumpeteriana à burguesia nunca atingiu seus estratos sócio-econômicos, mantendo-se no nível da cultura. Diante da “ameaça marxista” que rondava a Europa no período crítico em que *CSD* foi escrita, não há dúvidas de que Schumpeter se encontrava do lado do compromisso burguês, preferindo a manutenção do ameaçado *status quo* com a burguesia ocupando o topo da hierarquia social, do que uma revolução proletária que suplantaria de vez todos os privilégios burgueses e o que ainda restasse de resquícios da outrora dominante aristocracia europeia.

4.3.1 O direito burguês utilizado como ferramenta para a transição do capitalismo ao socialismo

Uma das maiores evidências de que Schumpeter propunha uma verdadeira conciliação de classes naquilo que denominou “socialismo” é a proposta que apresenta de uma política de socialização feita em “estado de maturidade”, que seria efetivada, claro, através de uma emenda constitucional:

O processo capitalista plasma coisas e almas para o socialismo. No caso limite, pode fazê-lo tão cabalmente que o passo final não seria mais que uma formalidade. Porém mesmo nesse caso, a ordem capitalista não se transformaria em socialista por si só; esse passo final, a adoção oficial do socialismo como a lei da vida da comunidade, ainda precisaria ser dado, por exemplo, na forma de uma emenda constitucional (SCHUMPETER, 2017, p. 301).

A escolha da emenda constitucional como política de socialização, meio apto para a realização da transição do capitalismo para o socialismo é uma forma de retirar das mãos do povo a transformação, e assim evitar uma ruptura com a continuidade legal burguesa. A política de socialização deveria ser efetuada através do direito e da administração, que são ferramentas burguesas. Ou seja, o que Schumpeter pretende é retirar a mudança dos braços do povo, para colocar nos braços do capital, de modo que dessa maneira pudesse garantir a conservação dos privilégios e os grilhões do capital bem firmes. Na mesma obra aqui analisada, o economista austríaco já havia abordado o direito ao falar da questão da legislação social. Acreditamos ser importante pincelar a questão do direito aqui tendo em vista esse processo de socialização proposta via emenda constitucional, mas em decorrência dos limites de espaço e tempo da pesquisa aqui aventada não poderemos nos delongar muito.

Dito isto, seguimos. Schumpeter imputa ao capitalismo, como já citado em tópico prévio, alguns aspectos do progresso capitalista, e entre eles se encontra a legislação social:

A técnica e atmosfera da luta pela legislação social obnubilam dois fatos em si óbvios: por um lado, parte dessa legislação pressupõe sucesso capitalista prévio (em outras palavras, riqueza que teve de ser criada anteriormente pela empresa capitalista) e, por outro, grande parte do que a legislação social desenvolve e generaliza foi iniciada previamente pela ação da própria classe capitalista. Naturalmente, os dois fatos devem ser acrescentados à soma total das realizações do capitalismo (SCHUMPETER, 2017, p. 100).

Essa abordagem faz-se interessante na medida em que evidencia a não interpretação crítica do direito por parte de Schumpeter, o arcabouço jurídico burguês é inclusive uma das coisas que o “socialismo” proposto pelo economista deveria manter para funcionar perfeitamente, visto que o processo de transição da ordem capitalista para a socialista seria efetivado através de uma emenda constitucional. Schumpeter então vislumbra a legislação social como uma grande concessão às massas, proporcionada pela sociedade capitalista, e que seria capaz de resolver grande parte das hipossuficiências de um determinado grupo oprimido em relação a outro. No entanto, essa visão é extremamente limitada e se mantém dentro dos

conformes da sociabilidade burguesa, de modo a não romper com ela. É importante deixar claro que não desprezamos de maneira nenhuma a luta por direitos sociais e temos ciência de sua importância para as classes sociais que se situam mais abaixo na hierarquia social, entretanto, também partimos da concepção que essa luta não é bastante, pois o direito como o conhecemos não é um fenômeno a-histórico e atemporal, mas tem sua gênese e estrutura atreladas a um processo histórico que culmina na consolidação da burguesia como classe hegemônica e do seu modo de produção capitalista (SARTORI, 2011, p. 03). Engels, na resposta que dirige aos sociais-reformadores burgueses e pequeno burgueses que tentavam dissimular as chagas da sociedade burguesa quanto ao problema da questão habitacional, nos explica muito sobre o problema do direito na seguinte passagem:

Numa dada etapa, muito primitiva, do desenvolvimento da sociedade faz-se sentir a necessidade de abarcar numa regra comum os atos que se repetem todos os dias relacionados com a produção, a distribuição e a troca dos produtos, a necessidade de cuidar de que cada pessoa se submeta às condições gerais de produção e de troca. Esta regra, primeiramente um costume, em breve se torna lei. Com a lei surgem necessariamente órgãos encarregados da sua manutenção: o poder público, o Estado. Com a continuação do desenvolvimento social, a lei vai-se constituindo e transformando numa legislação mais ou menos vasta. **Quanto mais complexa se torna esta legislação mais a sua forma de expressão se afasta daquela em que se expressam as condições econômicas habituais de vida da sociedade. Ela aparece como um elemento autônomo que vai buscar a justificação da sua existência e a fundamentação do seu desenvolvimento não às relações econômicas, mas a razões próprias, internas, digamos, ao “conceito de vontade”.** Os homens esquecem a descendência do seu direito das suas condições econômicas de vida, tal como esqueceram a sua própria descendência do reino animal. Com o crescimento da legislação num vasto e complexo conjunto surge a necessidade de uma nova divisão social do trabalho; forma-se uma ordem de juristas profissionais, e com estes surge a ciência jurídica. No seu ulterior desenvolvimento, esta compara os sistemas jurídicos de diferentes povos e diferentes épocas uns com os outros, não como reproduções das relações econômicas de então mas como sistemas que encontram a sua fundamentação em si próprios. A comparação pressupõe algo de comum; e isso encontra-se, na medida em que os juristas classificam como direito natural aquilo que há mais ou menos de comum em todos esses sistemas jurídicos. Porém, o padrão pelo qual se mede o que é e o que não é direito natural é precisamente a expressão mais abstrata do próprio direito: a justiça. **A partir de agora, portanto, o desenvolvimento do direito passa a ser, para os juristas e para aqueles que neles acreditam à letra, apenas o esforço no sentido de aproximar continuamente as situações humanas, na medida em que se expressarem juridicamente, do ideal da justiça, da justiça eterna. E esta justiça é sempre só a expressão ideologizada, celestializada, das relações econômicas existentes, ora segundo o seu lado conservador ora segundo o seu lado revolucionário.** A justiça dos gregos e dos romanos achava justa a escravatura; a justiça dos burgueses de 1789 exigiu a supressão do feudalismo por ele ser injusto. Para o *Junker*

prussiano, até o podre regulamento municipal é uma violação da justiça eterna. **A representação de justiça eterna varia, pois, não só conforme o tempo e o lugar mas até conforme as pessoas, e faz parte das coisas que, como Mülberger corretamente observa, “cada um entende deforma algo diferente”**. Se na vida corrente, com a simplicidade das relações que nela se têm de julgar, expressões como justo, injusto, justiça, sentimento do direito se aceitam sem mal-entendidos, mesmo em relação a coisas sociais, já nas investigações científicas sobre relações econômicas essas expressões causam, conforme vimos, a mesma desesperada confusão que surgiria, por exemplo, na química de hoje se se quisesse manter o modo de expressão da teoria flogística. A confusão torna-se ainda pior se, como Proudhon, se acreditar nesse flogisto social, a “justiça”, ou se, como Mülberger, se protestar que ela mantém a sua completa correção com o flogisto não menos do que com o oxigênio (ENGELS, 1873, p. 51-52).

O direito é, portanto um produto burguês, e, Schumpeter reconhece isso em certa medida, conforme demonstrado na citação acima referida, entretanto nosso autor acredita que a concessão de direitos sociais seria suficiente para melhorar a vida das classes menos abastadas, seria o bastante para resolver o conflito de classes e as contradições do capitalismo que ele procura ocultar em toda a sua obra. Ocorre que “conforme o caráter sistêmico e positivo do Direito se impõe, não cessa o conflito social” (SARTORI, 2011, p. 16). As contradições de classe inerentes ao capitalismo não deixam de se perpetuar, e são elas que dão a tônica dos problemas postos na sociedade capitalista que se tornam o objeto do direito. O direito burguês, portanto, busca resolver os conflitos impostos pela própria ordem burguesa, e como isso jamais pode ser feito de modo satisfatório, a única saída possível é uma “manipulação jurídica” desses conflitos na tentativa de suspender as contradições decorrentes do capital (SARTORI, 2011, p. 16). Como não se altera o modo produtivo, mantém a base objetiva e real que gera os conflitos, conforme Sartori (2011, p.16):

A partir do momento em que ao jurista cabe uma postura “técnico-jurídica”, tem-se inviabilizada a via de superação do capital. Ao mesmo tempo, tal postura não é acidental ao ser do Direito, ela está em sua própria essência, não sendo possível qualquer forma de nostalgia quanto aos tempos de jusnaturalismo. Resta, pois, que uma efetiva superação dos antagonismos sociais nunca se dá pelo Direito. Ele é obrigado a “se mover com elasticidade entre pólos antinômicos”, pressupondo sempre uma sociabilidade que tem por base antinomias como aquelas entre o cidadão e o burguês, a moral e a violência, o consenso e a dominação, portanto, só é “esticado” até onde lhe é permitido pela própria burguesia.

O direito funciona na realidade como uma espécie de “braço” do capitalismo, atuando mais como forma de “regular”, de “manipular” as contradições sociais do que de fato resolvê-

las¹⁵. Assim, quando Schumpeter classifica o direito como emancipatório, o que ele faz na verdade é enaltecer o capitalismo e a ordem social burguesa responsável pela formulação desse direito que não emancipa ninguém, mas que condiciona as pessoas a se manterem dentro dos quadros da burguesia, e isso ocorre mesmo quando se trata dos chamados direitos sociais e humanos.

O papel que o direito exerce dentro da teoria schumpeteriana, a própria concepção que Schumpeter tem do direito é, portanto, o de mero regulador de conflitos sociais que continuarão a se conformar dentro da ordem burguesa. Não há nenhuma intenção real de resolver as contradições de classe que ele buscou ocultar no decorrer de toda a sua exposição, mas a mera vontade de manipulá-las para que não afetem a estrutura sociometabólica burguesa. Isso reflete diretamente na ideia da socialização que Schumpeter considera como a mais adequada, aquela que se efetua via emenda constitucional, e é denominada por ele como “socialização em estado de maturidade”: uma socialização sem oposição, ou com uma oposição fraca, e na qual haveria “cooperação” de *todas* as classes. Normalmente ela seria realizada pacificamente, pois o risco de revolução seria baixo em razão tanto da ausência de resistência organizada e de agitação violenta, como em razão da existência de um grupo responsável e preparado, além de uma burocracia extremamente bem treinada que seria capaz de capacitar esse grupo para tomar as rédeas do governo de um modo em que se encontrassem dispostos a manter a disciplina para reduzir o choque da mudança (SCHUMPETER, 2017, p. 302).

Por outro lado, a chamada “socialização em estado de imaturidade” não é benquista pelo autor. Esta socialização seria aquela “transição da ordem capitalista para a socialista numa época em que os socialistas têm a possibilidade de obter o controle dos órgãos centrais do Estado capitalista, mas sem que as coisas e as almas já estejam preparadas” (SCHUMPETER, 2017, p. 305). Ela ocorreria em sociedades nas quais o progresso ainda não estivesse completo, onde a grande empresa ainda não houvesse se desenvolvido plenamente a ponto de tornar segura a transição. Nessa situação, a transição socialista feita através da emenda constitucional seria inviável, e haveria a necessidade de uso de força contra determinados grupos e classes, pois a nova ordem somente poderia advir de uma revolução sangrenta:

15 Para uma explicação mais completa acerca da inserção do direito no quadro da decadência ideológica, e de como ele é um objeto ideológico que funciona a serviço do capital, ver o artigo *Apontamentos sobre Marxismo e Direito: Decadência Burguesa e Manipulação*, da autoria de Vitor Sartori (SARTORI, 2011).

Este, naturalmente, é o caso contemplado pelos socialistas ortodoxos, a maior parte dos quais seria incapaz de se conformar com qualquer coisa menos fascinante que a degola espetacular do dragão capitalista pelo são Jorge proletário. Entretanto, não é por causa da infeliz sobrevivência da antiga ideologia revolucionária burguesa que vamos examinar as consequências decorrentes da combinação de oportunidade política com despreparo econômico, mas porque os problemas característicos do ato de socialização, tal como geralmente o entendemos, surgem unicamente neste caso (SCHUMPETER, 2017, p. 307).

E segue afirmando o quanto a revolução proletária não seria o melhor caminho para a transição do capitalismo para o socialismo:

É óbvio que a socialização em qualquer situação imatura a ponto de requerer uma revolução, não só no sentido de ruptura da continuidade legal, como também no de um subsequente reinado do terror não beneficia ninguém em curto nem em longo prazo, a não ser aqueles que a arquitetaram. Despertar o entusiasmo pela revolução e glorificar a coragem de tudo arriscar por ela deve ser um dos deveres menos edificantes do agitador profissional (SCHUMPETER, 2017, p. 311).

Os trechos acima citados são as provas irrefutáveis do que vínhamos afirmando no decorrer do capítulo: a aversão de Schumpeter pela revolução que tornaria o proletariado apto a dar fim aos privilégios burgueses e ao modo de produção capitalista. O economista austríaco desqualifica de maneira contumaz as massas e a via revolucionária, propondo como um contraponto sua socialização *madura* por intermédio de uma emenda constitucional que deixaria o arcabouço jurídico burguês intacto. A estrutura do direito em toda sociedade de classes funciona de modo a fazer com todos os homens se acostumem de forma espontânea a agirem de determinadas maneiras. As proibições decorrentes das leis funcionam em sua maioria limitando a ação do outro, consolidando o egoísmo humano e a consideração do próximo como um mero limite imposto à própria existência e a própria práxis (LUKÁCS, 2008, p. 118). É sabido que, conforme Marx, o direito burguês continuaria vigente no período socialista com algumas modificações, e é justamente por essa continuidade do direito que existe a necessidade de se incutir nos homens hábitos capazes de consolidar a nova sociabilidade não mais derivada do capital, e o único caminho para isso é aquele que Schumpeter tenta evitar, qual seja o da completa revolução do sistema: “é necessário que intervenha na realidade algo que não surge espontaneamente, ou seja, é necessário revolucionar até as raízes não somente a ideologia, mas sobretudo o ser e o agir materiais da vida cotidiana” (LUKÁCS, 2008, p. 119).

O socialismo de Schumpeter nunca tratou de romper com a ordem posta, mas sim de fazer o possível – até mesmo uma crítica em aparência, mas nunca em essência da burguesia – para mantê-la. Se expressa, portanto como uma “terceira-via”, mais próxima de uma social-democracia que se manteria nos conformes da sociabilidade burguesa do que de um projeto realmente revolucionário, lembrando que os partidos social-democratas foram cruciais para a propagação do entendimento de que na moderna sociedade industrial a luta de classes teria desaparecido, tendo tais partidos se afastado totalmente do marxismo para se tornarem membros ativos do *establishment* manipulador (LUKÁCS, 2008, p. 96). O projeto socialista de Schumpeter se apresenta como uma continuidade do *status quo*, só que faz isso de uma forma diferente, repaginada: o anticapitalismo romântico que possui a aparência de crítico da burguesia e da ordem capitalista, mas na verdade a defende através dessa aparência de crítica.

4.3.2 Socialismo & Democracia: A teoria democrática elitista de Schumpeter

A transição do capitalismo para o socialismo schumpeteriano também perpassa pela crítica da teoria democrática burguesa clássica, e pela elaboração de uma outra democracia que assume contornos elitistas. Em razão da funcionalidade que essa via democrática assume na construção da terceira via de Schumpeter, e também em razão da importância que esse pensamento adquiriu no âmbito da teoria política que se desenvolveu no decorrer do século XX, acreditamos ser interessante apresentá-la em linhas breves com o intuito de evidenciar sua filiação a uma teoria do conhecimento elitista e ao pensamento irracionalista, enquadrando-a, portanto, na decadência ideológica da burguesia.

Nosso autor abre a parte de sua obra dedicada à democracia afirmando o objetivo de construir “uma teoria mais realista da relação que pode existir entre o socialismo e a democracia” (SCHUMPETER, 2017, p. 320), isso porque o argumento marxista que tornava socialismo e democracia ligados de forma indissociável era tautológico, e toda a crítica realizada pelo economista ao socialismo marxista também atingia a questão da democracia, não sendo ela, portanto, suficiente. Até 1916, ano da Revolução Russa, ninguém questionava a conexão existente entre socialismo e democracia, no entanto após esse ocorrido a coisa muda de figura. Netto e Braz (2006, p. 193) nos explicam que naquele momento a burguesia do Ocidente se encontrava aterrorizada com a possibilidade de que as experiências socialistas que ocorriam no Leste do continente europeu pudessem contagiar o ocidente. O contexto histórico se encontrava marcado pela Revolução de Outubro, dirigida pelos bolcheviques em

1917, que indicava a criação do primeiro Estado proletário e constituiu um duro golpe no imperialismo e na economia ocidental, tendo em vista que o novo Estado estreitou o mercado externo para os imperialistas:

O que produziu um temor real na burguesia do Ocidente foi a possibilidade de “contágio”: para ela, tratava-se de isolar a experiência socialista e impedir que os “seus” trabalhadores seguissem o exemplo que vinha do Leste - e, finalizada a Primeira Guerra Mundial, eram muitos os sinais que apontavam nessa direção, inclusive o surgimento de Partidos Comunistas, estimulados pela criação da Internacional Comunista (fundada em Moscou, em 1919, e depois conhecida como Terceira Internacional) (NETTO; BRAZ, 2006, p. 193)

Paralelamente, a sociologia alemã do período anterior à primeira guerra, buscando demonstrar a superioridade do Estado alemão e de sua estrutura social frente às democracias do restante do continente, começa a acusar com muita força as contradições e problemas da democracia burguesa (LUKÁCS, 1959, p. 491). Isso, claro, vai repercutir no pensamento de vários autores do período, como é o caso de Max Weber, que também faz sua crítica à democracia moderna, entretanto a considera como a forma mais adequada para a expansão imperialista da Alemanha moderna, forjando uma teoria democrática que, segundo Lukács (1959, p. 493), não passava de um “cesarismo bonapartista”. A agudização da luta de classes e da situação de crise da burguesia em conjunto com o fortalecimento do movimento proletário e de suas tendências revolucionárias ao redor do mundo, principalmente após 1917, abrem caminho para que as ideologias burguesas desenvolvam uma nova forma irracionalista de considerar os problemas sociológicos: “o irracionalismo aparece cada vez mais como o escudo ideológico da decidida reação” (LUKÁCS, 1959, p. 502). Assim a crítica à moderna democracia burguesa, sempre unida ao irracionalismo, nasce como uma das tendências da sociologia do período:

Esta crítica traduz bem claramente a degradação reacionária do liberalismo. O democratismo tantas vezes proclamado se vê traído ignominiosamente pelo medo das possibilidades socialistas de uma democracia levada até suas últimas consequências. Alfred Weber se junta, neste ponto, à corrente geral imperialista tão em voga daqueles críticos da democracia que reduzem a problemática desta à sua forma de massas. Por tanto, em vez de criticar resolutamente os limites burgueses, capitalistas, da democracia presente, retrocede aterrorizado contra o caráter das massas da democracia, com o que sua crítica afluí necessariamente - a que pese todas as reservas - à corrente geral da reação (LUKÁCS, 1959, p. 503, *tradução livre*).

Sabemos onde essa crítica à democracia burguesa acabou chegando na Alemanha: em uma intervenção estatal que se deu conforme a natureza antidemocrática do capital, levada ao extremo pelos monopólios, com a supressão de direitos dos trabalhadores – o nazismo, que nasce também como uma “terceira via”, nunca é demais lembrar. Como já reiteramos neste trabalho, Schumpeter não desenvolveu seu anticapitalismo romântico a este ponto, não tendo feito eco com regimes nazi-fascistas ao redor do mundo, entretanto, sua crítica à democracia burguesa nasce desse contexto que esboçamos, expressando inclusive algumas nuances como a crítica ao caráter das massas que a democracia clássica portava.

Assim, Schumpeter tenta trazer um contraponto entre democracia e a via revolucionária, como se fossem pouco compatíveis, numa clara tentativa de deslegitimação desta via. Ademais, segundo ele, Marx teria colocado o socialismo acima da democracia, caso tivesse que escolher, de modo que:

Marx teria declarado sem dúvida, como muitos fizeram depois dele, que, na realidade, não estava se desviando do caminho verdadeiramente democrático porque, para pôr no mundo uma democracia autêntica, é necessário dissipar os miasmas venenosos do capitalismo que a asfixiam. Ora, para o crente na democracia, a importância de observar um procedimento democrático aumenta, obviamente, na proporção da importância da questão em foco. Daí que a sua observância nunca precisa ser mais zelosamente vigiada nem mais cuidadosamente salvaguardada por todas as garantias disponíveis do que no caso da reconstrução fundamental da sociedade (...). O democrata autêntico considera toda reconstrução assim implementada como viciada nas próprias raízes, por mais que possa aprová-la em outros terrenos (SCHUMPETER, 2017, p. 321).

Schumpeter considerava o argumento marxista uma forma de fugir da responsabilidade democrática, e, como ele também não aceitava a teoria democrática clássica, isso o levou a construir a sua própria teoria. Esta se configura então como uma reação tanto ao marxismo quanto à teoria clássica liberal, pautada em uma teoria do conhecimento elitista que deprecia a vontade das massas. No entendimento do autor, a teoria democrática clássica apresentava um consenso concernente às demandas políticas mais necessárias que era baseado na vontade comum, logo, na racionalidade do povo. A sua crítica à teoria clássica parte então da impossibilidade de existência desse consenso ao redor de um bem comum unicamente determinado. Para Schumpeter, a existência da vontade do povo direcionada a busca de um bem comum era impossível porque o próprio modo com que a sociedade é formada, com suas demandas e partículas isoladas, obstaculiza a criação de um núcleo político estável (SOUZA, 2008, p. 22). Não obstante, ainda que com essa crítica ele já seja capaz de solapar a teoria

democrática clássica, pois lhe retira os alicerces de sustentação – vontade comum e bem comum –, Schumpeter ainda vai atacar um outro ponto para formar as bases de sua teoria de liderança democrática, e esse ponto é a incapacidade do homem comum em tomar decisões políticas. É neste momento que sua crítica assume contornos tipicamente elitistas, com a depreciação da vontade das massas, de sua capacidade de governar e de eleger alguém para fazê-lo.

Dessa maneira, o ponto de partida da democracia elitista de Schumpeter se dá quando ele afirma que a democracia, enquanto método político para se chegar a decisões políticas, não pode ser um fim em si mesma. Ele renuncia ao conceito clássico de democracia enquanto “governo do/ou pelo povo” para trocá-lo pela definição de “governo aprovado pelo povo”, porque essa segunda definição seria muito mais abrangente que a primeira, tendo em vista que, com exceção do caso em que há democracia direta, o povo nunca realmente governa (SCHUMPETER, 2017, p. 333-334). O conceito clássico de democracia é ligado ao hedonismo e à doutrina utilitarista de Bentham e Mills, visto que foi justamente o utilitarismo o responsável por proporcionar o fundamento racional necessário à fé na vontade do povo e na possibilidade de um bem comum. Schumpeter critica então a teoria racionalista na qual se baseia o conceito clássico de democracia, aquele segundo o qual haveria um *bem comum* passível de ser definido e percebido por qualquer pessoa normal na sociedade que, por sua vez, coincidiria com a *vontade comum do povo*. O que é pontuado por nosso autor, portanto, é a inexistência ou impossibilidade de se determinar esse bem comum em razão da impossibilidade de se pressupor respostas iguais para problemas individuais. Isto, por conseguinte, leva ao esvaziamento do conceito de vontade comum do povo (SCHUMPETER, 2017, p. 341-342):

Se quisermos argumentar que a vontade dos cidadãos é, per se, um fator político digno de respeito, primeiro é preciso que essa vontade exista. Em outras palavras, ela tem de ser mais que um punhado indeterminado de vagos impulsos a girarem frouxamente em torno a slogans dados e impressões equivocadas (SCHUMPETER, 2017, p. 347).

A vontade do povo é, dessa maneira, irracional, e assim o povo não pode ser capaz de formar um consenso a respeito de um suposto bem comum. Para justificar essa irracionalidade das massas, Schumpeter utiliza argumentos voltados à “natureza humana na política”, baseando-se para tanto na obra *Mind and Society* de Pareto, e na psicologia das multidões de

Gustave Le Bon¹⁶. A partir disso, ele conclui que uma multidão, que não precisa estar necessariamente reunida no mesmo espaço físico, além de inapta a evitar uma situação de frenesi animalesco mesmo diante de uma argumentação plenamente racional, também é extremamente sensível à influência da propaganda e outros métodos persuasivos, de modo que uma simples afirmação repetida por várias vezes tem mais poder de convencimento do que um argumento racional. Assim, uma multidão seria mais controlada do que controlaria (SCHUMPETER, 2017, p. 349). Existiria um senso reduzido de realidade por parte da multidão que explicaria não só o senso reduzido de responsabilidade em relação aos governos locais, como também a ausência de volição efetiva, e a conjugação desses dois fatores seria a responsável por explicar a ignorância do cidadão comum e a falta de julgamento em questões de política nacional e externa (SCHUMPETER, 2017, p. 354). O cidadão comum, médio, quando dentro do âmbito político, volta a ser primitivo, o que implica uma certa facilidade em ceder a preconceitos e impulsos irracionais. Logo, a lógica das massas é fraca, lhe falta crítica racional e responsabilidade pelos seus atos políticos, e essa “natureza humana em política” gera uma vontade comum que não é autêntica, mas sim fabricada e altamente influenciável pela propaganda política. “Assim sendo, a vontade do povo é o produto do processo político, não a sua força motriz” (SCHUMPETER, 2017, p. 356).

Diante da inexistência de uma opinião bem definida e racional sobre questões individuais por parte do povo, o que inviabiliza a formação de uma vontade comum para eleger representantes que colocariam tal opinião em prática, não haveria porquê a teoria clássica da democracia sobreviver. Nela o fator principal se resume a conferir ao eleitorado (o povo) o poder de decisão, o elemento secundário é o meio através do qual a escolha do

¹⁶ Sobre Le Bon e Pareto, Lukács: Sobre a multidão temática quase inabalável da sociologia ocidental, destacaremos aqui somente dois motivos, muito importantes, para o desenvolvimento filosófico. Um deles determina a aparição de uma ciência especial, a “psicologia das massas”. Seu representante mais caracterizado, Le Bon, contrapõe brevemente resumindo seu pensamento, a psicologia da massa, como a do puramente instintivo e bárbaro da racionalidade, ao pensamento civilizado do indivíduo. Por tanto, quanto mais influenciam as massas na vida pública, mas em perigo se encontrarão os resultados do desenvolvimento cultural da humanidade. E, ao passo que essas doutrinas chamam a luta contra a democracia e o socialismo em nome da ciência, outro destaca sociólogo do período imperialista, Pareto, entoar um hino consolatório inspirado na mesma sociologia. Se a história de todas as mudanças sociais – diremos, resumindo também muito brevemente o seu pensamento – não é mais que a substituição de uma elite velha por uma nova, podemos chegar a conclusão de que os fundamentos “eternos” da sociedade capitalista estão sociologicamente a salvo e não há que falar de um tipo fundamentalmente novo da sociedade, da sociedade socialista. São os mesmos princípios que o alemão R. Michels, mais tarde partidário de Mussolini, quis aplicar ao movimento proletário, valendo-se do fato da aparição de uma burocracia proletária sob as condições do imperialismo, a qual ele, naturalmente, não se refere para nada, com o fim de apresentar como um fenômeno sociológico sujeito à leis de aburguesamento necessárias a todo movimento proletário (LUKÁCS, 1959, p. 25).

representante é realizada. Na teoria clássica, portanto, a eleição do representante (elemento secundário) é feita para garantir ao povo o poder de decisão (elemento primário). Schumpeter, após realizar toda a crítica a teoria clássica da democracia, sempre desprezando as massas, vem propor uma inversão nessa lógica: a decisão do povo passaria a ser o elemento secundário, enquanto o processo de escolha do representante tornar-se-ia o elemento primário. Assim ele define sua democracia dessa maneira: “o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo” – a chamada “teoria da liderança competitiva” (SCHUMPETER, 2017, p. 366). Sua ênfase, portanto, vai recair sobre o método utilizado para eleger um governante, não mais estando situada na vontade da população. No entanto, a definição schumpeteriana de democracia mostra-se extremamente elitista quando, ao afirmar que em princípio todos os membros da sociedade são livres para disputar a liderança política, Schumpeter acrescenta uma nota de rodapé (de número 6) dizendo que a palavra “livre” é empregada no sentido de que todo mundo é livre para abrir uma fábrica de tecidos (SCHUMPETER, 2017, p. 369). O ele quer dizer com isso? Que no fim, só uma parcela da população, a parcela que ocupa o extrato superior da hierarquia social, possui de fato a liberdade para disputar o pleito. Schumpeter exclui dessa maneira boa parte da população da disputa eleitoral, demonstrando assim o quão conservadora do *status quo* burguês é sua posição.

Outros exemplos que demonstram o conservadorismo e o elitismo da teoria democrática de Schumpeter se encontram nas condições que ele afirma serem necessárias para que a democracia seja um sucesso. A primeira dessas condições é que os homens que irão compor o partido político, aqueles que concorrerão ao pleito eleitoral, devem ser de alta qualidade, sendo que a única garantia efetiva da qualidade do material político se encontraria na existência de um estrato social que fosse produto de um rigoroso processo seletivo (SCHUMPETER, 2017, p. 394). Com essa condição, o que Schumpeter pretende é formar uma espécie de “casta” política através de uma seleção rígida, que excluirá as classes menos abastadas. Outra condição de sucesso é aquela relacionada à existência de uma burocracia bem treinada, tradicional e detentora de uma boa reputação em conjunto com um forte senso de dever. Também quanto a este ponto, a questão se resolveria com a existência de um estrato social suficientemente qualificado, no qual o Estado possa recrutar seus agentes (SCHUMPETER, 2017, p. 397-398). Há ainda um conjunto de condições que podem ser resumidas sob a expressão “autocontrole democrático”. Este é referente a um certo nível “intelectual” e “moral” que tanto o eleitorado, quanto os eleitos devem possuir para não

cederem às pressões de homens que queiram derrubar o governo e desacreditar a democracia. O autocontrole democrático diz respeito tanto à uma atitude do parlamento eleito, que precisa de uma “dose de tradicionalismo” capaz de fazê-lo resistir às oportunidades de derrubar ou questionar demasiadamente o governo, quanto também a uma atitude dos eleitores, que precisam se abster de dar instruções ou cobrar em demasia o governo (SCHUMPETER, 2017, p. 399). Há que se ter um alto grau de tolerância com as diferenças para que a competição pela liderança democrática possa funcionar.

Com essas condições, Schumpeter deixa claro que sua democracia não só é dependente de uma teoria elitista do conhecimento, capaz de formar esse estrato superior e altamente qualificado, como também tenta ao máximo eliminar a interferência do eleitorado nos rumos do governo. Que tipo de democracia é essa que pretende ao máximo se livrar do povo e se manter nas mãos de uma elite? Certamente não é uma que tem intenções em romper com a dominação burguesa, tampouco em efetuar realmente uma superação do modo de produção capitalista, substituindo-o pelo próximo passo, o socialismo. A teoria democrática schumpeteriana é um dos alicerces que sustentam a terceira via – o “socialismo” – pretendida pelo autor, e no fundo ela não passa de uma ferramenta para impedir que as massas se sublevem. Trata-se inequivocadamente de uma maneira de conservar a ordem social posta, ou pelo menos, diante da inevitabilidade de alguma mudança em razão da crise vivenciada naquele momento pelo capitalismo, de alterá-la minimamente.

O quadro da crítica romântica do capital no âmbito do método democrático se faz completo quando, ao sugerir um prognóstico pessimista para a democracia do tipo capitalista em razão da não criação de um estrato político próprio bem-sucedido, e das alegadas tendências antimilitaristas que reduziram o papel desempenhado pela decisão política no Estado burguês, Schumpeter afirma que a democracia pode funcionar no socialismo desde que a transição seja feita em um já referido “estado de maturidade econômica”, especialmente em um Estado que seja capaz de garantir uma transição democrática e não revolucionária, e que possua uma burocracia devidamente preparada (SCHUMPETER, 2017, p. 407). A democracia funcionará satisfatoriamente numa sociedade socialista se, e somente se, a população estiver disposta a aceitar a estrutura institucional da democracia, qual seja, a estrutura institucional burguesa. Dessa maneira o socialismo poderia “restabelecer a harmonia no tocante aos princípios arquitetônicos do edifício social” (SCHUMPETER, 2017, p. 408), transformando os antagonismos restantes em antagonismos capazes de serem resolvidos pelo método democrático. O que temos, portanto, é a mera regulação dos antagonismos de classe postos pela ordem capitalista, além da manutenção da estrutura burguesa-capitalista. A

proposta schumpeteriana nunca pretendeu extinguir de fato as contradições inerentes ao capitalismo, pois para isso seria necessária uma extinção do arcabouço jurídico e político burguês, e não a manutenção do mesmo conforme o exigido pelo autor para que houvesse sucesso na sua democracia.

4.4 CONCLUSÃO

Capitalismo, Socialismo e Democracia é uma obra nascida no período em que a segunda guerra mundial ainda se desenrolava, quando a crise do imperialismo atingia o seu ápice, refletindo em um dos maiores conflitos bélicos que se tem notícia. O irracionalismo, filosofia dominante no pensamento burguês durante o estágio imperialista, havia se desenvolvido até fornecer as bases para o mais puro horror fascista, e naquele momento o mundo assistia ao colapso do capitalismo, que já havia vivido tantas crises arrasadoras naquele início de século, sem saber se ele sobreviveria. Tornou-se comum então apostar no seu fim, duvidar de sua sobrevivência, e é justamente a partir desta dúvida, desse cenário de completa instabilidade e descrença na ordem burguesa, que nasce a obra que analisamos neste capítulo.

É procurando responder à pergunta sobre a sobrevivência do capitalismo que Schumpeter traça toda a teoria exposta em *Capitalismo, socialismo ou democracia*. A resposta dada era negativa, o capitalismo não sobreviveria àquela crise, e não só não sobreviveria, como seria substituído pelo socialismo, que desde a Revolução Russa assombrava o mundo ocidental – um erro de diagnóstico de nosso autor que o curso da história fez questão de nos mostrar –. No entanto, como demonstramos no decorrer do capítulo, a aposta de Schumpeter não se constituía em um socialismo revolucionário, com participação ativa da classe proletária, mas pelo contrário, seu socialismo era a somente a expressão de mais uma tentativa de salvar a dominação de classes burguesa e a ordem capitalista por intermédio da realização de uma conciliação de classes com o proletariado. Não passava, portanto, de uma “terceira via”, que continha em si a crítica romântica do capitalismo e da burguesia.

A ideologia da “terceira via” se desenvolveu no estágio imperialista do capitalismo como uma tendência que possuía como única e verdadeira função impedir o descontentamento engendrado pela crise, de modo a evitar que a população se voltasse contra as bases fundamentais da sociedade capitalista (LUKÁCS, 1967, p. 44). À medida que a crise

se aprofundava, a ideia do “terceiro caminho” crescia no plano social, pois através dela era possível fazer uma defesa do capitalismo de forma indireta e mais complexa, era possível aparentar uma espécie de crítica ao capitalismo e até mesmo abarcar uma suposta “revolta”, mas essa crítica era mantida somente no plano da aparência, aquele referente a cultura e a moral burguesa, não atingindo a essência que mantém o sistema de pé, qual seja, a sua base sócio-econômica. O “terceiro caminho” e a crítica romântica do capital surgem então para responder a necessidade burguesa que se punha diante da materialidade e do estágio complexo que a luta de classes havia atingido, compõem parte da grande ofensiva ideológica burguesa contra o seu maior inimigo: o socialismo.

A *CSD* constitui uma grande ofensiva ao socialismo desde seus capítulos iniciais, quando Schumpeter esboça uma crítica contundente à Marx, mas que muitas vezes parece não compreender realmente aquilo que a se pretende responder, restando partir para uma tentativa de descrédito do autor e de sua teoria classificando-a de acientífica e atribuindo-lhe um tom messiânico e religioso. A *CSD* é o trabalho mais voltado às ciências sociais escrito por Schumpeter, e apesar de conter pontuações sobre economia, tais se dão sempre de forma apartada dos reflexos sociais e políticos. Essa cisão operada entre os diversos ramos do pensamento constitui o *modus operandi* schumpeteriano, e é reflexo da divisão social do trabalho que atua de forma cada vez mais forte na sociedade capitalista conforme ela evolui no tempo, promovendo uma separação entre o intelecto e a vida dos sentimentos, como bem nos alertou Lukács:

Reflete-se aqui, no indivíduo, o fato de que na sociedade capitalista, as atividades profissionais especializadas dos homens tornem-se aparentemente autônomas do processo de conjunto. Mas enquanto o marxismo interpreta esta viva contradição como um efeito da “produção social e apropriação privada”, o aparente contraste superficial é fixado, pela ciência da decadência, como “destino eterno” dos homens. Deste modo, ao burguês médio, sua atividade profissional parece ser uma pequena engrenagem num enorme maquinário de cujo funcionamento geral ele não pode ter a mínima ideia. E se esta conexão, esta imprescindível socialidade implícita na vida do indivíduo, é simplesmente negada, à maneira dos anarquistas, nem por isso deixa de se manifestar a separação em compartimentos estanques, com a diferença de que ele recebe agora uma orgulhosa justificação pseudofilosófica. Em ambos os casos, a sociedade aparece como um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe, ameaçadora e incompreendida, ao indivíduo (LUKÁCS, 1968, p. 67-68).

A separação que a teoria schumpeteriana comete entre as esferas econômica e social lhe permite caminhar sem se preocupar em ter que abordar as contradições indissociáveis do

capitalismo. Respalhado, de um lado, por uma teoria econômica que, pautada na escola neoclássica, assume uma teoria do valor subjetiva e reprime a teoria do valor trabalho objetiva, negando assim a exploração do trabalho humano, e de outro, por uma teoria de classes sociais baseada em um conceito de alternância de famílias, que lhe permite negar a luta de classes como motor da história, Schumpeter tem o caminho livre para estabelecer um tipo de socialismo que não retirará o véu que esconde a verdadeira face exploratória do sistema capitalista burguês, e mais, que só funcionará plenamente se houver uma cooperação entre o proletariado e a burguesia.

A crítica que Schumpeter faz à burguesia é uma crítica que não atinge o âmago do sistema, qual seja sua contradição fundamental entre produção socializada e apropriação privada, ela se mantém no nível da imediatez do fenômeno, mas não atinge sua essencialidade:

Em função do que já estudamos, é desnecessário acrescentar que essa contradição se expressa, no nível sociopolítico e histórico, como um processo específico de luta de classes: a “contradição entre produção social e a apropriação capitalista [privada] reveste a forma de antagonismo entre o proletariado e a burguesia (Engels, op. e loc. cit., p. 81). E é exatamente no nível sociopolítico que essa contradição fundamental – como, aliás, todas as contradições do MPC (modo de produção capitalista)–, que se manifesta agudamente por ocasião das crises capitalistas, pode ser solucionada: a solução reside em substituir o modo de produção capitalista por uma organização superior e mais avançada da vida econômica, mediante um protagonismo político dos trabalhadores que dirija um processo de transição socialista. Enquanto essa solução não se viabiliza, o desenvolvimento capitalista avança reiterando o conjunto de suas contradições, e ao desencadear novos fenômenos e processos, instaura novas contradições (NETTO; BRAZ, 2006, p.166).

Naquele momento de crise generalizada do capitalismo, tornava-se impossível fazer uma defesa direta da burguesia e da ordem econômica por ela imposta, a solução então era criticar a burguesia no nível da cultura, e propor a saída do “terceiro caminho”, pois isso impediria a conclusão socialista (real) e a revolução das massas. E é exatamente essa crítica romântica do capitalismo, com o apontamento da terceira via como solução que a *CSD* nos apresenta. O objetivo, claro, era manter o projeto de dominação burguês de pé, mesmo diante do caos e das incertezas que se impunham na materialidade, pois antes a dominação de classe burguesa, que mantinha os privilégios dos membros daquela classe mediante a exploração do proletariado, do que o fim da sociedade de classes que o socialismo proletário traria. Sobre o

papel fundamental e perigoso que a ideologia do “terceiro caminho”, responsável por fazer a “distração da oposição aparente”, desempenha na manutenção da ordem burguesa, Lukács:

Conhecemos muito bem, graças à história das grandes lutas de classes, quão grande é o papel que desempenha, na manutenção do sistema capitalista, a manobra de distração da oposição aparente. Basta pensar na social democracia. Hitler ou Dollfuss podem dissolver as organizações socialdemocratas, encerrar suas funções em campos de concentração, mas a social democracia segue sendo o pilar social fundamental da burguesia na Alemanha e na Áustria; **precisamente porque com seu comportamento, em aparência opositor, dissuade as massas de trabalhadores de empreender a luta de classes, na verdade revolucionária, contra o sistema fascista**: daí a periculosidade peculiar da social democracia “de esquerda” e de seu palavreado “revolucionário”. (...) **Seus melhores representantes – e só com os melhores vale a pena discutir ideologicamente –, não são delinquentes a soldo como os líderes social fascistas, senão críticos honestamente convencidos que desprezam a cultura contemporânea** (LUKÁCS, 2007, p. 37, *tradução livre, grifo nosso*).

O Schumpeter maduro que escreveu *Capitalismo, socialismo e democracia* desenvolveu, portanto, um anticapitalismo romântico seguindo a tendência do irracionalismo filosófico que imperava na fase imperialista. Se na *Teoria do desenvolvimento econômico* constatamos que o pensamento do referido autor se encontrava em uma forma mais “embrionária” que expressava a própria crise ainda latente do imperialismo, comportando ainda algumas tendências da apologética direta do capital, típica da fase precedente do pensamento burguês, em harmonia com elementos do irracionalismo, cuja vertente moderna ainda se encontrava em uma fase mais inicial/intermediária de seu desenvolvimento em 1911, em *Capitalismo, socialismo e democracia* não nos restam dúvidas de que é a crítica romântica do capital, a ideologia da “terceira via”, por conseguinte, a apologética indireta, expressão de um irracionalismo mais complexo, que ditam os rumos da obra. É certo, portanto, que o pensamento schumpeteriano contido na *CSD* se encontra plenamente inserido nos quadros da chamada decadência ideológica da burguesia, impedido de dar o “salto vital” até a perspectiva revolucionária, e preso ao solo da ideologia burguesa sobre o qual se ergue o “Gran Hotel Abismo”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do trabalho que aqui delineamos, nosso objetivo foi buscar compreender o pensamento de Joseph Alois Schumpeter, com o principal intuito de identificar qual tendência do pensamento burguês a teoria do autor assumia de forma predominante. Excluindo desde logo a possibilidade de existir uma verdadeira crítica materialista ao capitalismo na teoria schumpeteriana, partimos da hipótese de que o ideário do autor comportava de forma harmônica as duas tendências antitéticas que o pensamento burguês assumiu em seu curso evolutivo: a defesa cega da ordem capitalista efetuada pela apologética vulgar, e a apologética indireta exercida pelo pseudo-objetividade irracionalista. Para tanto, nos debruçamos sobre duas das obras mais célebres do autor, *A teoria do desenvolvimento econômico* e *Capitalismo, socialismo e democracia*, utilizando o instrumento da análise imanente nos contornos desenvolvidos pelo filósofo húngaro György Lukács.

A análise das duas obras, que guardam trinta e dois anos de diferença de idade entre si, nos permitiu confirmar *parcialmente* nossa hipótese inicial de trabalho. Isso porque foi possível perceber que de fato existe a convivência de elementos apologéticos e irracionalistas no pensamento schumpeteriano, principalmente na *TDE* obra de sua juventude, entretanto não é uma convivência tão harmônica, que se dá em paridade, pois o fato é que Schumpeter, como um produto do estágio imperialista do capitalismo, com sua formação intelectual tendo sido toda estabelecida quando o imperialismo já estava em curso na história da humanidade, refletia no seu pensamento mais aspectos do irracionalismo filosófico, que constitui a chamada “filosofia da crise”, do que aspectos do agnosticismo e da apologética vulgar que dominaram na fase precedente do capitalismo.

Para que pudéssemos efetuar a análise que aqui nos propusemos, inicialmente retomamos o conceito de “decadência ideológica da burguesia” confeccionado por Lukács. Lukács parte das observações de Marx acerca da mudança constatada no pensamento econômico burguês após às revoluções de 1848, e as amplia para o âmbito da filosofia burguesa. O filósofo húngaro então estabelece três fases evolutivas do pensamento burguês, que evolui conforme a materialidade avança e a luta de classes se complexifica.

Dessa maneira, a primeira fase seria a *clássica*, fase heroica, combativa e revolucionária da burguesia, quando ela lutava contra os resquícios da nobreza feudal e apostava em um mundo mais igualitário para todos. Foi a etapa do iluminismo, da elevação da

razão, da construção da economia política clássica, e de um avanço possível de ser constatado em várias áreas do conhecimento, pois a burguesia buscava responder de forma sincera os problemas postos pela realidade.

A segunda fase do pensamento burguês inicia a denominada por Lukács, “decadência ideológica da burguesia”, pois a burguesia após ter derrotado o feudalismo impôs um outro regime de dominação de classe, não cumprindo com a emancipação prometida, há uma virada na produção do pensamento pois ele passa a agir num sentido de manutenção da ordem burguesa, largando o viés revolucionário da já superada fase heróica da burguesia. O intuito torna-se, então, o de proteger o sistema capitalista, e isso é feito através de uma defesa cega das supostas vantagens desse sistema, o que impede, por sua vez, que a razão avance tendo em vista que esse avanço acabaria levando a conclusões que poderiam colocar a ordem burguesa abaixo. Nesse período, a luta de classes assumia uma nova forma, agora quem a disputava era a burguesia reacionária *versus* a classe ascendente proletária, herdeiros do materialismo histórico e do heroísmo revolucionário que outrora pertenceu à burguesia. São características desse período o agnosticismo que desprezava a capacidade da razão compreender o mundo, a evasão da realidade e apologética vulgar e direta do capitalismo.

Já a terceira etapa evolutiva do pensamento burguês apresenta uma continuação da decadência iniciada na etapa anterior, entretanto em decorrência da agudização da luta de classes imposta pelo período imperialista, novas formas de exercer o compromisso com a manutenção do *status quo* são exigidas dos ideólogos burgueses. É nesse momento que o pensamento burguês, desenvolvendo a vertente moderna do irracionalismo, abraça a apologética indireta, a pseudo-objetividade dos mitos, o pessimismo, a intuição como método de conhecimento que se opõe à razão, a teoria aristocrática do conhecimento, o anticapitalismo romântico e a ideologia do “terceiro caminho”. O alvo continua sendo o socialismo e o materialismo da categoria proletária, mas diante do momento de instabilidade e crise do capitalismo, a defesa da ordem burguesa não mais poderia ser feita de forma direta, impunha-se assim a necessidade de um disfarce, e a saída escolhida então foi utilizar uma “aparência” de crítica que mantinha intocadas as bases sociais e econômicas do capitalismo. Com a eleição da intuição como forma verdadeira de acessar o conhecimento, a razão passa a ser negada peremptoriamente. Se na etapa anterior do pensamento burguês nos deparamos com o enfraquecimento da razão levado a cabo pelo agnosticismo, na etapa presente nos encontrávamos diante de uma completa *destruição da razão*, que ainda na primeira metade do século XX fundamentou a completa barbárie nazi-fascista, que nasceu também travestida de

crítica do capitalismo e da burguesia, como “terceira via” alternativa entre socialismo e capitalismo.

Ambas as obras de Schumpeter que analisamos no presente trabalho com intuito de compreender seu constructo teórico não são somente frutos da etapa imperialista do capitalismo, como também se encontram inseridas nos marcos da decadência ideológica da burguesia, configurando expressões do irracionalismo filosófico.

A análise imanente da *TDE*, obra mais centrada no âmbito da economia, como a maioria dos trabalhos realizados por Schumpeter, nos permitiu apreender uma certa convivência entre a apologética vulgar da exaltação de uma ordem supostamente harmônica no capitalismo, que se renovaria a cada novo ciclo econômico, a cada nova crise que expressaria a adaptação do sistema a um novo ponto de equilíbrio alçado pelo desenvolvimento econômico garantido pelo fluxo de inovações realizadas pelo empresário; a apologética do desenvolvimentismo e da tecnologia, que consiste em uma defesa cega de ambos, sem considerar os efeitos perversos que eles podem gerar na ordem capitalista, como desemprego, miséria e destruição ambiental, e que são derivados das próprias contradições essenciais do sistema, do uso que o capitalismo faz da tecnologia, mas jamais dela em si; e o irracionalismo contido na mitificação da categoria central de Schumpeter, aquela que age como motor de todo o desenvolvimento econômico, o mito do *empresário* ou *empreendedor*. Por seu turno, a análise imanente da *CSD*, obra que se situa muito mais no âmbito das ciências sociais e políticas, nos levou à constatação de que há ali um anticapitalismo romântico desempenhado não só pela crítica feita no nível da superficialidade contra a burguesia, e que aponta o fim do capitalismo, como também, e principalmente, pela proposta de transição ao “socialismo” que é uma clara pavimentação de um “terceiro caminho”: “nem capitalismo, nem socialismo”, capitalismo disfarçado de oposição, afinal um “socialismo” que exige conciliação de classes para dar certo é tudo, menos um socialismo de verdade.

A escolha das duas obras em questão para realização do exame por nós proposto nos permitiu ter um panorama de como o pensamento do autor evoluiu de sua juventude até a maturidade, nos proporcionando captar a evolução de alguns conceitos que se encontravam presentes desde cedo em Schumpeter, bem como o remanejamento de outros nas três décadas que separam uma obra da outra. Foi possível assim avaliar como os conflitos postos na materialidade, que exigiram novas posições intelectuais, refletiram no pensamento do nosso autor. A partir destas duas obras fomos capazes de concluir que atua de forma predominante em Schumpeter uma nuance conservadora, decadente e irracionalista. Tendo em vista o enquadramento nos marcos da decadência ideológica burguesa, com a predominância de

elementos do irracionalismo filosófico, a partir desta posição podemos derivar a afirmação de que o pensamento de Schumpeter exerce uma funcionalidade a serviço da burguesia e da manutenção do seu *status quo* até mesmo quando aposta no fim do capitalismo e na transição para o socialismo. Considerando que, diante do caos que imperava na década de 1940, a melhor forma de reagir ao materialismo, e dessa maneira evitar a conclusão socialista e a revolta das massas ao estilo do que já havia sido realizado na Revolução Russa de 1917, responsável por assombrar todo o mundo ocidental na primeira metade do século XX, era justamente propor uma saída alternativa, mas que fosse capaz de manter toda a estrutura econômica e social do capitalismo burguês de pé o constructo teórico schumpeteriano cumpre bem com o acordo firmado com a manutenção da ordem burguesa posta. Na impossibilidade de um elogio direto, a apologética indireta da “terceira via” exercia bem o papel de defesa dos estratos burgueses que garantiriam a sobrevivência de seus privilégios e da exploração do proletariado por mais tempo, e conforme nós concluímos, foi justamente essa forma de crítica romântica do capitalismo e de “terceira via” que a aposta no fim do capitalismo e na posterior transição para o socialismo decretada por Schumpeter assumiram.

Acreditamos extremamente na importância de se realizar o estudo que aqui fizemos tendo em vista o contexto nacional e internacional em que vemos ressurgir o fascismo ao redor do mundo, na face exposta de representantes políticos extremamente conservadores e que conquistaram forte apelo popular, pautados muitas vezes na mentira, em uma pseudo-objetividade mítica que nos faz, mais uma vez, abandonar a razão e questionar os mais variados tipos de conquistas científicas. Mais uma vez nos deparamos com um obscurantismo extremamente perigoso sendo lançado sobre as conquistas da humanidade, de modo que compreender as mais variadas formas em que o pensamento conservador é capaz de se manifestar torna-se pauta urgente do dia. Por mais que Schumpeter não tenha desenvolvido o irracionalismo ao ponto da barbárie, seu pensamento é tributário do perigoso conservadorismo burguês, e conforme nos alertou Lukács:

Um verdadeiro desmascaramento e desarticulação da ideologia fascista só pode ter êxito sobre a base do contraste, estabelecido de forma materialista, entre palavras e fatos. **Qualquer ideologia que impede o despertar das massas para essa perspectiva única, que corresponde a seus verdadeiros interesses, contribui - queira ou não - com a demagogia social, afasta as massas de uma compreensão real da demagogia social.** Como o relativismo sofisticado do período imperialista surge no sul de todas aquelas tendências ideológicas (agnosticismo, irracionalismo, “filosofia da vida”, mito, sucessor moderno da religião, etc.) que o fascismo uniu de modo eclético em sua filosofia da barbárie; como este relativismo sofisticado permanece atrelado ao âmbito da mais pura ideologia precisamente frente a

estas tendências, com todos os seus gestos hipercríticos e hiperradicais, não pode levar a cabo nenhuma verdadeira luta ideológica contra o fascismo. Sobre este solo ideológico há de voltar a surgir sempre, de modo espontâneo, o Gran Hotel “Abismo”, seja na emigração ou, ilegalmente, na Alemanha de Hitler, ou eventualmente tolerado pelo fascismo sob novas formas. A necessidade de uma ruptura radical com esta construção ideológica da vida interior, a necessidade de queimar esta construção e de dar o *salto vital* salvador, se faz cada vez mais presente. Incorpora com força cada vez maior os melhores elementos da intelectualidade alemã. Mas o enraizamento de uma parte considerável da elite intelectual no solo do capitalismo é tão forte, que o Gran Hotel “Abismo” não pode ser verdadeiramente aniquilado nem sequer pelo fascismo (LUKÁCS, 2007, p. 47, *tradução livre, grifo nosso*).

Ainda sobre a importância de se estudar Schumpeter, reiteramos que nosso autor figura no rol dos maiores economistas do século XX, tendo sua obra influenciado os mais diversos campos do pensamento. No campo do direito especificamente, no qual a influência de Schumpeter não é tão óbvia, após realizarmos uma breve consulta, encontramos duas pesquisas que são suficientes para confirmar a relevância do autor no debate que envolve direito e inovação. Dessa maneira, conforme pesquisa realizada por Almeida no ano de 2014¹⁷, com o objetivo de compreender como a questão da inovação era trabalhada no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, e como a análise empreendida pelas autoridades neste âmbito se relacionava com as principais vertentes da economia política, efetuando para tanto a análise da principal forma jurídica referente ao Direito de Concorrência no cenário nacional, consistente na Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), e de alguns atos de concentração julgados pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica, autarquia federal ligada ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC), foi possível concluir que a política de concorrência nacional não adota um único marco teórico específico no que tange à promoção do desenvolvimento e da autonomia tecnológica. Desse modo tanto a legislação em vigor, quanto a análise econômica e a jurisprudência do CADE expressam variadas correntes econômicas, entre elas a chamada “corrente evolucionária” na qual se enquadra Schumpeter:

Em seguida passa-se ao estudo da economia evolucionária baseada no pensamento de Joseph A. Schumpeter. O que mais chama a atenção na obra de Schumpeter é justamente a importância que o autor dá para a questão da inovação e como o economista trabalha a disputa entre as unidades

¹⁷ALMEIDA, Mariana Cavichioli Gomes. **A questão da inovação no sistema brasileiro de defesa da concorrência: uma abordagem à luz de conceitos da economia política**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1123>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

empresariais como elemento central para o desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, as inovações transformadoras seriam o principal motor das rupturas no sistema capitalista, podendo-se assim considerá-lo um sistema instável. Por meio delas, ocorreriam a destruição das estruturas econômicas existentes e a criação de novas estruturas, tratando-se de uma ruptura por meio da qual o agente econômico busca uma vantagem competitiva, ao mesmo tempo que gera desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2014, p.12).

No decorrer de sua análise, Almeida pode concluir que a abordagem predominante nas decisões do CADE é a neoclássica, entretanto foi também possível constatar a existência de conceitos desenvolvimentistas e evolucionários em decisões mais recentes do CADE, principalmente fundamentados por princípios constitucionais relacionados ao desenvolvimento econômico e tecnológico (ALMEIDA, 2014, p. 146). E curiosamente a única vertente da economia política que até o momento em que a referida pesquisa foi realizada não havia sido trabalhada na política de concorrência aplicada pelo CADE foi a marxista (ALMEIDA, 2014, p. 146).

Um outro trabalho de 2014¹⁸ procurou identificar possíveis pontos de aderência entre o modelo de concorrência schumpeteriano e a política de defesa da concorrência praticada no Brasil através da atuação do CADE. Andrade (2014, p. 88) concluiu que:

Identificados diversos pontos de efetiva aderência entre o racional de Schumpeter a realidade nacional, permitiu-se concluir pela aplicação de preceitos daquele modelo científico de análise da concorrência pelo órgão da antitruste brasileiro - se não de forma expressa e sistemática, ao menos pelo racional considerado em determinados casos relacionados a mercados específicos vinculados ou de alguma forma dependentes ou afetados pela inovação. Tal conclusão emanou de manifestações da autoridade da concorrência brasileiras, ora por meio dos pareceres e votos proferidos, ora - especialmente - pela formalização de Termos de Compromisso de Desempenho voltados a assegurar a geração de efeitos específicos como condição de aprovação de operações.

E ainda:

Sobre a intersecção entre a lógica de Schumpeter e a Lei nº 12.529/2011, notou-se relativa harmonia de conceitos (dinamismo, eficiência, supremacia de concorrentes em relação aos demais), confirmada na atuação do Conselho

¹⁸ ANDRADE, Marcelo Henrique Lapolla Aguiar. **O modelo de concorrência schumpeteriano e sua aderência à realidade nacional**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1135/1/Marcelo%20Henrique%20Lapolla%20Aguiar%20Andrade.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Administrativo de Defesa Econômica (CADE), especialmente em casos envolvendo rivais em mercados dependentes da inovação tecnológica. Ou seja: ainda que respondendo a necessidades diferentes (o modelo schumpeteriano se presta a analisar a lógica da concorrência, enquanto a norma legal estabelece as regras de funcionamento do mercado), ambos os conjuntos revelaram similaridades refletidas na atuação da autoridade antitruste (ANDRADE, 2014, p. 90)

O trabalho realizado por Andrade pode ainda inferir que, futuramente, a aderência entre o modelo schumpeteriano e a política de concorrência adotada pelo CADE no Brasil seria efetivamente reconhecida (ANDRADE, 2014, p. 92).

Creemos que as pesquisas aqui referenciadas são suficientes para demonstrar a influência que nosso economista exerce no direito pátrio, sendo extremamente relevante no debate sobre o direito de concorrência nacional no que tange à inovação e tecnologia. A partir das conclusões apresentadas, que indicam a repercussão do pensamento schumpeteriano conservador no debate jurídico sobre desenvolvimento, tecnologia e inovação, podemos nos questionar se o próprio pensamento jurídico concernente a essas questões não estaria também preso em marcos problemáticos partilhados por Schumpeter. Nossa pesquisa que aduziu, mesmo que de forma breve, a presença de uma apologética cega da inovação e do desenvolvimento em Schumpeter, aliada ao mito do empresário que é quem exerce a atividade de inovar, sugere que sim. Entretanto, somente uma pesquisa detalhada feita nesse sentido poderia nos permitir uma verdadeira conclusão a respeito, fica então a sugestão para eventuais trabalhos futuros.

Pois bem, se Schumpeter é influente no cenário jurídico, repercutindo até mesmo na legislação nacional, imaginem o quão relevante não é o autor para as áreas do conhecimento sobre as quais escreveu diretamente, como é o caso da economia, das ciências sociais e da política a nível nacional e internacional. Assim sendo, a revelação sobre a essência conservadora de seu pensamento, no qual vigora um irracionalismo que se apresenta às vezes em conjunto com uma apologética, outras vezes sendo total e completamente uma expressão da crítica romântica do capitalismo, pode ser importante para a compreensão de determinadas áreas das humanidades como um todo, que, na medida em que se apresentam influenciadas pelo pensamento de Schumpeter, podem se encontrar vinculadas às estruturas da decadência ideológica da burguesia, entre a apologética e o irracionalismo.

No decorrer de nossa investigação, foi também possível notar a presença de uma certa especificidade no pensamento schumpeteriano. Tal especificidade diz respeito ao fato de que quando Schumpeter se encontra mais próximo ao campo econômico, seu pensamento tende a

apresentar uma espécie de “capa racionalista”, não deixando entrever um irracionalismo de forma muito óbvia. No entanto, quando nosso autor se volta ao campo filosófico-sociológico, o véu racionalista se esvai, nos permitindo enxergar com mais precisão a nuance irracionalista que ele guarda de forma mais profunda. Em razão de nossa limitação temporal, não nos foi permitido aqui desenvolver essa linhagem de pesquisa de forma mais acurada e precisa, entretanto deixamos a questão da especificidade do pensamento schumpeteriano sob a hipótese aqui levantada também como possibilidade de pesquisas futuras.

Por fim, concluímos que o pensamento schumpeteriano é parte da decadência ideológica burguesa, contendo de forma predominante elementos do irracionalismo que dominou durante a primeira metade do século XX, e que agora, para nossa preocupação, parece ressurgir nas primeiras décadas do século XXI. Entretanto, Schumpeter também apresenta em si tendências da apologética vulgar, mas como esclarecemos no decorrer do presente trabalho, isso não constitui nenhum paradoxo, visto que ambos são complementares. Eis que entre a defesa cega do desenvolvimento econômico sob a égide do capitalismo, o mito do empresário, e a crítica romântica do capital em conjunto com o esboço de um “terceiro caminho” alternativo entre capitalismo e socialismo, situamos Joseph Alois Schumpeter, nosso *profeta da inovação*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mariana Cavichioli Gomes. **A questão da inovação no sistema brasileiro de defesa da concorrência: uma abordagem à luz de conceitos da economia política.** 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1123>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

ANDRADE, Marcelo Henrique Lapolla Aguiar. **O modelo de concorrência schumpeteriano e sua aderência à realidade nacional.** 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/1135/1/Marcelo%20Henrique%20Lapolla%20Aguiar%20Andrade.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BAKER, Jonathan B. Beyond Schumpeter vs. Arrow: How antitrust fosters innovation. **Antitrust Law Journal**, [s.l.], v. 74, n. 3, p.575-602, 2007. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27897561>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

BELLI, Rodrigo Bischoff. **O irracionalismo como ideologia do capital: análise de suas expressões ideológicas fascista e pós-modernista.** 2017. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/belli_rb_do.pdf>

BENFATTI, Fabio Fernandes Neves. **Atuação do Estado no desenvolvimento econômico: a inovação tecnológica como eixo estruturante do desenvolvimento no Brasil.** 2017. 264 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutora em Direito Político e Econômico, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/3107/5/Fabio%20Fernandes%20Neves%20Benfatti.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.** São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978. 663 p.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 286 p. Pós-fácio de José Paulo Netto.

ENGELS, Friedrich. **Para a Questão da Habitação.** Transcrição autorizada de Obras escolhidas. Tomo II. Lisboa: Avante, 1887. Disponível em: <http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf>. Acesso em 19 jun. 2019,

FELDMANN, Daniel Augusto. **Um ensaio sobre a relação entre economia e política no pensamento de Schumpeter, Keynes e Hayek.** 2013. 263 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/286087/1/Feldmann_DanielAugusto_D.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

FOSTER, J. B; SWEEZY, P. M. **On the laws of capitalism**. Monthly Review, Vol. 63, No. 1, may. 2011. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2011/05/01/on-the-laws-of-capitalism/>>. Acesso em 14 de out. de 2018.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 349 p. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

KATZ, Michael L; SHELANSKI, Howard A. "Schumpeterian" Competition and Antitrust Policy in High-Tech Markets. 2005. **Competition**. [s.l.], vol. 14, p. 47. Disponível em.: <<http://ssrn.com/abstract=925707>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, etapa superior do capitalismo** (e-book). Campinas: FE/UNICAMP, 2011. 270 p. (Navegando publicações). Apresentação de Plínio de Arruda Sampaio Júnior.

LUKÁCS, Georg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, Georg. **Marxismo e Teoria da Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 49-113. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

LUKÁCS, Georg. **El asalto a la razón: La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. México, D.f: Fondo de Cultura Económica, 1959. Traducción de Wenceslao Roces.

LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Editora Senzala, 1967. 252 p. Tradução de José Carlos Bruni.

LUKÁCS, György. Gran Hotel "Abismo". In: LUKÁCS, György. **Ética, Estética y Ontología**. Buenos Aires: Colihue, 2007. p. 31-47. Compilado por Miguel Vedda y Antonino Infranca.

LUKÁCS, György. **Socialismo e democratização: Escritos políticos 1956 - 1971**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2008. 258 p. Organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto.

MANDEL, Ernest. **Tratado de Economía Marxista**. 2. ed. México D.F: Ediciones Era S.A, 1971. 424 p. (Tomo II). Traducción de Francisco Díez del Corral.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. 254 p. Tradução de Álvaro Pina.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. 175 p. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. 1493 p.

MCRAW, Thomas K. Joseph Schumpeter on Competition. **Competition Policy International**. [s.l.], v. 8, n. 1, p.194-221, 2012. Disponível em: <<https://www.competitionpolicyinternational.com/assets/0d358061e11f2708ad9d62634c6c40ad/cpispring2012schumpeterreprint.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução básica**. São Paulo: Cortez, 2006. 258 p.

NETTO, José Paulo. **Lukács e a crítica da filosofia burguesa**. Lisboa: Seara Nova, 1978. 97 p.

SARTORI, Vitor Bartoletti. Apontamentos sobre Marxismo e Direito: Decadência burguesa e manipulação. **Revista Jurídica Direito e Realidade: Núcleo de pesquisa jurídica E.B Pachukanis**, Monte Carmelo, v. 1, n. 2, p.01-31, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/direito-realidade/article/view/251>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2017. Tradução de Luiz Antonio Oliveira de Araújo.

SCHUMPETER, Joseph A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997. 238 p. Tradução de Maria Silvia Possas.

SCHUMPETER, Joseph. **Imperialism & Social Classes: Two essays by Joseph Schumpeter**. 9. ed. Cleveland: The World Publishing Company, 1966. 182 p. Translated by Heinz Norden

SIDAK, J. G.; TEECE, D. J. Dynamic competition in antitrust law. **Journal Of Competition Law And Economics**, [s.l.], v. 5, n. 4, p.581-631, 20 nov. 2009. Oxford University Press (OUP). <<http://dx.doi.org/10.1093/joclec/nhp024>>

ŚLEDZIK, Karol. **Patent Trolls and Schumpeter's Creative Destruction**. April 14, 2014. Disponível em SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=2424943> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2424943>>. Acesso em: 18 jun. 2019

SOUZA, Ronaldo Tadeu de. **Análise da teoria democrática contemporânea: Um estudo crítico sobre Joseph Schumpeter**. 2008. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SWEEZY, Paul M. Professor Schumpeter's Theory of Innovation. **The Review Of Economics And Statistics**, Cambridge, v. 25, n. 1, p.93-96, fev. 1943. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1924551>. Disponível em: